

Contribuição à
Linguística no Brasil:
um projeto de vida



Miscelânea em homenagem a
Claudia Roncarati

Darcilla Simões
Paulo Osório
Cecília Mollica
(Orgs.)

Contribuição à Linguística no Brasil: um projeto de vida

Miscelânea em homenagem a
Claudia Roncarati

Darcília Simões
Paulo Osório
Cecília Mollica
(Orgs.)



2015

Copyright @ 2015 Darcilia Simões; Paulo Osório; M^a Cecília Mollica

Publicações Dialogarts

<http://www.dialogarts.uerj.br>

Organizadora e Editora do volume: Darcilia Simões

Co-coordenador do projeto: Flavio García

Coordenador de divulgação: Cláudio Cezar Henriques

Diagramação: Equipe LABSEM

Capa: Igor Cesar Rosa da Silva, Raphael Ribeiro Fernandes e Luiza Amaral Wenz

Revisão e preparação de textos: Darcilia Simões

Logo Dialogarts: Gisela Abad

CEH-UERJ- DEPEXT-SR3 — Publicações Dialogarts

FICHA CATALOGRÁFICA

R769c SIMÕES, Darcilia; OSÓRIO, Paulo; MOLLICA, M^a Cecília (Orgs.).
Contribuição à Linguística no Brasil: um projeto de vida. Miscelânea
em homenagem a Claudia Roncarati. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2015.
Publicações Dialogarts
Bibliografia
ISBN (digital) 978-85-8199-031-6
ISBN (impresso) 978-85-8199-032-3
1. Linguística 2. Dialetologia 3. Pesquisa. I. Darcilia Simões; Paulo
Osório; M^a Cecília Mollica (Orgs.). II - Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. III - Departamento de Extensão. IV. Título.
CDD
410.417

Índice para catálogo sistemático:

1. Dialetologia. Linguística histórica: Linguística. 410.417

Conselho Editorial

Estudos Linguísticos

Darcilia Simões (UERJ)
Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP)
Maria do Socorro Aragão (UFPB/ UFCE)

Estudos Literários

Flavio García (UERJ)
Karin Volobuef (UNESP)
Marisa Martins Gama-Khalil (UFU)

Conselho Consultivo

Estudos Linguísticos

Alexandre do Amaral Ribeiro (UERJ)
Carmem Lucia Pereira Praxedes (UERJ)
Helena Valentim (UNL, Portugal)
Lucia Santaella (PUC-SP)
Maria Aparecida Barbosa (USP)
Maria Suzett Biembengut Santade
(FIMI/FMPFM)
Massimo Leone (UNITO, Itália)
Paulo Osório (UBI, Portugal)
Roberval Teixeira e Silva (UMAC, China)
Rui Ramos (Uminho, Portugal)
Sílvia Ribeiro da Silva (UFG)
Tania Shepherd (UERJ)

Estudos Literários

Dale Knickerbocker
(ECU, Estados Unidos da América)
David Roas (UAB, Espanha)
Jane Fraga Tutikian (UFRGS)
Júlio França (UERJ)
Magali Moura (UERJ)
Márcio Ricardo Coelho Muniz
(UFBA)
Maria Cristina Batalha (UERJ)
Maria João Simões (UC, Portugal)
Patrícia Kátia da Costa Pina (UNEB)
Regina da Costa da Silveira
(UniRitter)
Rita Diogo (UERJ)
Susana Reisz (PUC, Perú)

Correspondências para:
UERJ/IL - a/c Darcilia Simões
R. São Francisco Xavier, 524 sala 11.139-F
Maracanã - Rio de Janeiro: CEP 20 569-900
Contatos: dialogarts@oi.com.br
darciliasimoes@gmail.com
flavgarc@gmail.com
URL: <http://www.dialogarts.uerj.br>

SUMÁRIO

CONTRIBUIÇÃO À LINGUÍSTICA NO BRASIL: UM PROJETO DE VIDA	8
1. Motivação da obra	8
2. Claudia Roncarati e a pesquisa linguística.....	10
3. Artigos completos publicados em periódicos	10
4. Livros publicados/organizados ou edições.....	12
5. Capítulos de livros publicados.....	14
6. O legado e o livro.....	34
A ESCRITA EM REDES SOCIAIS <i>ONLINE</i>	38
Introdução	38
1. Perguntas e objetivos	38
2. Database.....	40
3. Análise	42
Considerações finais.....	46
Referências.....	47
A SOCIOLINGUÍSTICA COMO APOIO AO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	49
1. Introdução	49
2. As variações diatópicas, diastráticas e diafásicas.....	51
3. As variações e o ensino-aprendizagem da língua	54
4. As possíveis causas do problema	57
5. Preconceitos, crenças e atitudes dos alunos.....	59
6. O caso do ensino na língua portuguesa	63

Referências	66
COMO SE APRESENTA O PORTUGUÊS DO BRASIL? “PRIMEIROS TRAÇADOS” DO <i>ALiB</i>	70
1. A construção do <i>ALiB</i>	71
2. Primeiros traçados	75
3. Que traçados se esboçam?.....	82
Referências	83
EDIÇÃO, PÚBLICO LEITOR E UM TRATADO ANTIGO SOBRE A PESTE	85
1. Introdução	85
2. A adequação linguística.....	86
3. A finalidade da edição	92
Considerações finais.....	96
Referências	96
LINGUÍSTICA CULTURAL E O ESTUDO DO LÉXICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (PE E PB):.....	98
1. Produtividade Lexical em PE e PB	98
2. Polissemia ou sentidos múltiplos: o exemplo do item ‘ <i>feitio</i> ’	101
3. Os fundamentos teóricos da Linguística Cultural.....	105
3.1 Linguística Cultural: caracterização geral	105
4. Especificidade cultural do léxico e a determinação cultural da gramática e do discurso	111
5. Perspectivação conceptual e o exemplo da conceptualização da semana em línguas e culturas diferentes	

Considerações finais.....	132
Referências.....	134
O LÉXICO E AS CONSTRUÇÕES DO PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA HOMENAGEM A CLAUDIA RONCARATI	144
1. Palavras iniciais.....	144
2. Os pressupostos teóricos	146
2.1 A inexistência de fronteiras na gramática.....	146
2.2 Motivações para a criação lexical.....	148
2.3 O léxico e a noção de esquema.....	154
2.4. A função da habilidade cognitiva da analogia para a criação de esquemas.....	157
3. Considerações finais.....	160
Referências.....	161
VARIABILIDADE LINGUÍSTICA NA PERSPECTIVA DA CONSTRUCIONALIZAÇÃO	165
1. Introdução.....	165
2. Variação e construcionalização	172
3. Variação como padrão construcional.....	174
4. Correlação aditiva e construcionalização.....	177
5. Mesoconstruções correlativas aditivas.....	185
Considerações finais.....	187
Referências.....	189
PROCESSO DE MUDANÇA SEMÂNTICA DE REPENTE: SUBJETIVAÇÃO E INTERSUBJETIVAÇÃO.....	194

6. O processo de mudança de <i>de repente</i> : do Século XVI ao XX	194
7. Principais mecanismos envolvidos no processo de mudança.....	197
7.1. Reanálise	197
7.1.1. Metonímia	199
7.1.2. Analogia.....	205
7.1.3. Frequência.....	210
8. <i>De repente</i> : gramaticalização e subjetivação	212
Considerações finais.....	218
Referências.....	218
PERFIS DOS AUTORES – LIVRO CLAUDIA RONCARATI.....	221
ÁLBUM DE FOTOS.....	226

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – comunicação em rede	40
Figura 1: Reprodução da Carta F05 C1 (ALiB, 2014) L 08 — Aipim. Denominações registradas nas capitais	77
Figura 2: Reprodução da Carta L 08 (ALiB, 2014)	78
Figura 3: Distribuição de macaxeira	79
Fonte: Carta L 08 (ALiB, 2014)	79
Figura 4: Distribuição de mandioca - Fonte: Carta L 08 (ALiB, 2014).....	80
Figura 5: Distribuição de aipim.....	80
Fonte: Carta L 08 (ALiB, 2014)	80
Figura 6: TU e VOCÊ.....	81
Fonte: Carta M 02 (ALiB, 2014)	81
Quadro 1. A polissemia e a rede de sentidos do item lexical 'feito'.	103
Quadro 2: Natureza multidisciplinar do modelo das conceptualizações da cultura e da linguagem	115
Quadro 3. Conceptualização dos dias em função dos deuses pagãos/ planetas/ elementos (exemplos).....	126
Quadro 4. A origem da semana latina.....	127
Quadro 5. Os dias da semana em diferentes Línguas Românicas (exemplos).....	128
Quadro 6. Dias da semana nas Línguas Eslavas e Bálticas (exemplos).....	130
Quadro 7. Dias da semana em países de Língua Portuguesa e Crioulas.....	131
Esquema 1 – Exemplos de formações com -ete.....	153
Esquema 1 – Padrão macroconstrucional correlativo aditivo ..	168
Tabela 1 – Padrões microconstrucionais correlativos aditivos .	180
Tabela 1: total de dados recolhidos	196
Tabela 2: funções exercidas por de repente	212

Tabela 3: contextos discursivos favorecedores do emprego de de repente como modalizador epistêmico de possibilidade	216
Foto 1 – Em casa de Labov, na Pensilvânia, com Gillian Sankoff e Alzira Macedo.....	226
Foto 2 - Lançamento Português Brasileiro 1 – 2004	226
Foto 3 - Conferência: Dra. Claudia Neiva Roncarati	
Tema: Cadeias referenciais: sua aplicabilidade na produção e interpretação textual - – FELIN-UERJ, 2007	227
Foto 4 - Claudia Roncarati e Mário Martellota – 2007.....	227
Foto 5 - Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina – ALFAL - Montevidéu - 2008	228
Foto 6 - Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina – ALFAL - Montevidéu - 2008	228
Foto 7 – Defesa de Mestrado em Linguística, de Rodrigo Alipio Carvalho do Nascimento, UFRJ, 2008.....	229
Foto 8 - Defesa de Mestrado em Linguística, de Rodrigo Alipio Carvalho do Nascimento, UFRJ, 2008.....	229
Foto 9 - Congresso da Associação Internacional de Linguística do Português – UFF - 2010	230
Foto 10 Congresso da Associação Internacional de Linguística do Português – UFF - 2010	230
Foto 11 - Congresso da Associação Internacional de Linguística do Português – UFF - 2010	231
Foto 12- Congresso da Associação Internacional de Linguística do Português – UFF - 2010	231

CONTRIBUIÇÃO À LINGUÍSTICA NO BRASIL: UM PROJETO DE VIDA

Miscelânea em homenagem a Claudia Roncarati

Darcília Simões
(UERJ/Brasil)
Paulo Osório
(UBI/Covilhã/Portugal)

1. Motivação da obra

A Linguística foi tomada de surpresa pela partida prematura da pesquisadora, nossa querida e diletta amiga, Cláudia Nívia Roncarati de Souza. Competente e dedicada estudiosa, distribuía seu entusiasmo pelos espaços onde transitava. Generosa e solidária, Cláudia estimulava todos que a rodeavam durante as interações profissionais e outras a avançarem em seus projetos, encorajando-lhes a produção, transmitindo-lhes a certeza do futuro sucesso.

Os dados do texto inicial de seu Curriculum Lattes atestam o perfil de uma brasileira que investiu sua vida na pesquisa e no ensino na área das Letras e da Linguística, deixando um legado relevante para quem hoje se debruça sobre os estudos linguísticos, em especial nos temas da sociolinguística e da dialetologia. Transcrevemos a seguir a autoapresentação de Claudinha, como era tratada por muitos de nós:

Graduada em Licenciatura em Português-Inglês pela PUC-Rio, Mestre em Linguística e Filologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutora em Linguística e Filologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-Doutorado pela University of California, Santa Barbara (1994-1995), orientada por Sandra Thompson e Wallace Chafe. Pós-Doutorado, sob a supervisão de Ataliba Teixeira de Castilho (IEL-UNICAMP, outubro de 2009 - outubro 2010). Atualmente é Professor Associado III da Universidade Federal Fluminense e pesquisadora

junto ao PEUL (Programa de Estudos sobre os Usos da Língua, UFRJ/ UFF/UnB). Pesquisadora I do CNPq. Coordenadora do Curso de Especialização 'Latu Sensu' em Língua Portuguesa da UFF (1994 a 1997), Coordenadora da Subárea de Mestrado em Língua Portuguesa e do Doutorado em Estudos Linguísticos da UFF do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF (1998 a 2002), Presidente da ASSEL-Rio (UFF, 1994-1995), Coordenadora do GT de Sociolinguística da ANPOLL (2001-2002), Membro da Diretoria da ANPOLL (UFF, 1998-2000), Secretária da ABRALIN (UFRJ, 2001 a 2003) e Conselheira da ASSEL-Rio (UFF, 2003-2005). Conselheira da ABRALIN (junho 2007 a junho de 2011). Coordenadora da Subárea de Mestrado em Língua Portuguesa e Doutorado em Estudos Linguísticos do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF (junho de 2007 a fevereiro de 2010). Membro Titular e Coordenadora da Área de Linguística, Letras e Artes do Comitê Assessor de Pesquisa da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFF (2008-fevereiro de 2010). Membro Titular do Colegiado de Letras da UFF, a partir de maio de 2009. Consultor "ad hoc" do CNPq, CAPES, FAPERJ, FAPESP. Presidente da Associação Internacional de Linguística do Português (AILP), gestão 2007-2010. Vice-Presidente da AILP, gestão 2010-2013. Focos de interesse: História da Língua Portuguesa, Sociolinguística, Funcionalismo, Teoria e Análise Linguística. Pesquisa atualmente sobre fenômenos morfossintáticos variáveis na fala e na escrita, sobre processos de referenciação na organização textual/interativa e processos sócio-históricos na expansão da Língua Portuguesa. É autora dos livros 'O Discurso do Câncer' (7 Letras, 2004) e "Cadeias do texto: construindo sentidos" (Parábola, 2010). (Texto informado pelo autor)

A partir desse perfil cremos ficar objetivamente explicado o que motivou a produção desta miscelânea em homenagem Claudia Roncarati.

2. Claudia Roncarati e a pesquisa linguística

Pesquisadora de uma juventude e alegria perenes, Claudia Roncarati dedicou sua vida às investigações linguísticas com a meta de propulsionar o avanço desta ciência. Reconhecida no cenário internacional, a estudiosa deixou significativo número de escritos que favorecem não apenas a aquisição de instrução na ciência linguística, mas também um estilo exemplar de escrever, que ela tentou transmitir aos seus orientandos ao longo de sua travessia pelos programas de pós-graduação.

Eis algumas das suas publicações:

3. Artigos completos publicados em periódicos

RONCARATI, Claudia; CYRANKA, L. F. M. Atitudes linguísticas: uma pesquisa em escolas públicas de Juiz de Fora (MG- Brasil). *Diacrítica* (Braga), v. 24, p. 211-231, 2010.

_____. A subjetividade do demonstrativo na mídia jornalística. *Investigações* (Recife), v. 21, p. 221-240, 2009.

_____. Prestígio e preconceito linguísticos. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 36, p. 45-56, 2008.

_____. SILVA, S. R. N. A construção da referência e do sentido: uma atividade sociocognitiva e interativa. *Gragoatá (UFF)*, v. 21, p. 319-337, 2007.

_____. ALMEIDA, M. C. A multifuncionalidade da clivagem na fala e na escrita. *Linguística (PPGL/UFRJ)*, v. 1, p. 21-52, 2007.

_____. ALMEIDA, M. C. Aplicações de variação morfossintática em processo de retextualização. *Revista do GELNE (UFC)*, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 180-184, 2003.

_____. et alli. Gramática, ensino e formação profissional. *Revista da ANPOLL*, São Paulo, v. 14, p. 11-29, 2003.

_____. A gênese da negação. *Gragoatá (UFF)*, EDUFF, v. 9, p. 171-191, 2001.

_____. MOLLICA, M. C. Questões teórico-descriptivas em sociolinguística e em sociolinguística

aplicada e uma proposta de agenda de trabalho. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 17, p. 45-55, 2001.

_____. MOLLICA, M. C. A oralidade na produção textual. Revista da ANPOLL, São Paulo, v. 9, p. 11-21, 2000.

_____. Brazilian portuguese negation: acquisition and variation. Congress Nwave 28, Chicago, v. 2, p. 1-2, 1999.

_____. Estudos sobre o português do Xingu. Anais do XI Encontro Nacional da ANPOLL, João Pessoa, p. 516-518, 1997.

_____. Languages in contact and diachronic evidence in Brazilian Portuguese negation. Meeting handbook of Linguistic Society of America, Estados Unidos, p. 74, 1997.

_____. et alli. Macrossociolinguística e transferência para a sociedade. Boletim da Abralín, Rio de Janeiro, v. 21, p. 456-460, 1997.

_____. Análise do discurso. Mosaicos sobre o discurso na língua. ABRALIN (Curitiba), Maceió, v. 21, p. 354-358, 1997.

_____. et alli. Contato linguístico e aquisição do português. Revista Internacional de Língua Portuguesa, Estado Unidos, n. 14, p. 119-127, 1996.

_____. Avaliação linguística- identidade e ideologia. ABRALIN (Curitiba), Santa Catarina, v. 19, p. 241-249, 1996.

_____. Repetição e saliência na construção do texto oral - questões e aplicações. ABRALIN (Curitiba), Rio de Janeiro, n. 15, p. 139-147, 1994.

_____. PEREIRA, M. A. B. O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por *para*. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 09, n. 01, p. 15-30, 1993.

_____. Reiteração e saliência em margens intertópicas. Letras & Letras, Uberlândia/MG, v. 08, n. 01, p. 21-30, 1993.

_____. GARCIA, R. L. Oralidade, escrita e alfabetização. ABRALIN (Curitiba), São Paulo, n. 13, p. 99-109, 1992.

_____. MOLLICA, M. C. Enfoques sobre

amostragem em sociolinguística. DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 07, n. 02, p. 521-528, 1991.

_____. GONCALVES, J. C. O Projeto Dialetos Sociais Cearenses. ABRALIN (Curitiba), v. 11, p. 69-71, 1991.

_____. A educação logosófica de Pecothe. Jornal do Professor, Suplemento Mensal do Departamento Educacional, Jornal do Brasil, p. 8-9, 1980.

_____. O coronel e o lobisomem. Revista Littera, v. 3, p. 107-108, 1971.

4. Livros publicados/organizados ou edições

RONCARATI, Claudia. As cadeias do texto. Construindo sentidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. v. 1. 215 p.

_____. (Org.). SOARES, V. L. (Org.). Revista Gragoatá - Transdisciplinaridades. 25. ed. Niterói: EdUFF, 2009. v. 1. 230 p.

_____. (Org.). Cadernos de Letas da UFF nº 39 - Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa. 2. ed. Niterói: Instituto de Letras da UFF, 2009. v. 1. 345 p.

_____. (Org.) VOTRE, S. J. (Org.). Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro: 7 Letras/ FAPERJ, 2008. v. 1. 400 p.

_____. (Org.). ABRAÇADO, J. (Org.). Português Brasileiro II - contato linguístico, heterogeneidade e história. Niterói: EdUFF/ FAPERJ, 2008. v. 1. 400 p.

_____. (Org.). GONCALVES, J. C. (Org.). Cadernos de Letras da UFF nº 34. Niterói: EdUFF, 2008. v. 1. 333 p.

_____. (Org.). ALMEIDA, F. A. (Org.). VEREZA, S. (Org.). Caderno de Letras da UFF nº 30 e 31 2004/2005 (publicado em junho de 2007). Niterói: Gráfica Universitária da UFF/ Instituto de Letras, 2007. v. 1. 87 p.

_____. (Org.). LUGARINHO, M. C. (Org.). TORRES, S. (Org.). Caderno de Letras da UFF nº 32 - Letras & Infovias, 2006 (publicado em junho de 2007). Niterói: Gráfica Universitária/ Instituto de

- Letras da UFF, 2007. v. 1. 155 p.
- _____. O discurso do câncer. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. 127 p.
- _____. (Org.). ABRAÇADO, J. (Org.). Português brasileiro - contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: Editora 7LETRAS/FAPERJ, 2003. v. 1. 302 p.
- _____. (Org.). MOLLICA, C. (Org.). III Congresso Internacional da ABRALIN. Niterói: UFF/Centro de Estudos Gerais, 2003. v. 1. 200 p.
- _____. (Org.). Línguas e variação linguística no Brasil - Revista Gragoatá. Niterói: EDUFF, 2001. v. 9. 248 p.
- _____. (Org.). Revista Gragoatá n^a 9 - Línguas e variação linguística no Brasil. 9. ed. Niterói: EdUFF, 2001. v. 1. 248 p.
- _____. (Org.). MOLLICA, M. C. (Org.). Variação e aquisição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 126 p.
- _____. Banco de dados interacionais. Rio de Janeiro: EdUFRJ/ CNPq, 1996. 237 p.
- _____. (Org.). MACEDO, A. T. (Org.). MOLLICA, C. (Org.). Variação E Discurso. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. 148 p.
- _____. (Org.). IV Congresso da Assel-Rio. Niterói: Universidade Federal Fluminense /Instituto de Letras, 1995. v. 1. 459 p.
- _____. (Org.). III Congresso da Assel-Rio. Niterói: Universidade Federal Fluminense/ Instituto de Letras, 1994. v. 1. 393 p.
- _____. et alli. Manual do professor para o Laboratório de Redação (1^a tiragem -1978, 2^a -1979, 3^a -1982. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1978. 70 p.
- _____. et alli. Laboratório de Redação. 1^a tiragem -1978, 2^a tiragem -1979, 3^a tiragem -1982. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar, 1978. 180 p.

5. Capítulos de livros publicados

RONCARATI; C. MOLLICA, M. Cc.; A escrita em redes sociais on-line. In SIMÕES, Darcilia; OSÓRIO, Paulo (Orgs.). Contribuição à Linguística no Brasil: um projeto de vida. Miscelânea em homenagem a Cláudia Roncarati. Rio de Janeiro: Dialogarts. 2015, p. 35-45.

_____. Como a escola pode explicar erros gramaticais e inovações? In BORTONI-RICARDO et al (orgs.). Por que a escola não ensina gramática assim? São Paulo: Parábola Editorial, 2014, pp.217-245.

_____. A língua portuguesa na América do Sul: difusão, identidade e diversidade. In MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. (Org.). Usos da linguagem e sua relação com a mente humana - no prelo. 1ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010, v. 1, p. 101-109.

_____. PEREIRA, F. A. M. Valores aspectuais e seus efeitos de sentido na expressão da argumentatividade. In BARRETO, Mônica Maria Guimarães Savedra; SALGADO, Ana Cláudia Peters. (Org.). Sociolinguística no Brasil- uma contribuição dos estudos sobre línguas em / de contato: homenagem ao professor Jürgen Heye. 1ªed. Rio de Janeiro: 7 Letras/ FAPERJ, 2009, v. 01, p. 29-64.

_____. A recategorização lexical em cadeias referenciais. In REZENDE, Letícia Marcondes et alli. (Orgs.). Léxico e gramática: dos sentidos à construção da significação. Série Trilhas Linguísticas. 1ed. Araraquara: UNESP, 2009, v. 16, p. 127-139.

_____. et alli. Opções contemporâneas. In HENRIQUES, Claudio Cezar. (Org.). Nomenclatura Gramatical Brasileira. São Paulo: Parábola, 2009, v. 1, p. 77-79.

_____. Dêixis social - a designação socialmente referenciada: 'Você sabe com quem está falando'? In VÔTRE, Sebastião Josué; RONCARATI, Cláudia. (Org.). Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro: 7

Letras/ FAPERJ, 2008, v. 1, p. 115-147.

_____.SCHERRE, M. M. P.; Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL): origens e trajetória. In VÔTRE, Sebastião Josué; RONCARATI, Cláudia. (Org.). Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil - uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro: 7 Letras/ FAPERJ, 2008, v. 1, p. 37-49.

_____.VOTRE, S. J.; NASCIMENTO, R. Entrevista com o Professor Anthony Julius Naro. In VÔTRE, Sebastião Josué; RONCARATI, Cláudia. (Org.). Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro: 7 Letras/ FAPERJ, 2008, v. 1, p. 13-20.

_____. VOTRE, S. J. Introdução. In VÔTRE, Sebastião Josué; RONCARATI, Cláudia. (Org.). Anthony Julius Naro e a Linguística no Brasil - uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2008, v. 1, p. 11-12.

_____. CYRANKA, L. F. M. Crença de professores e alunos de português de escolas públicas de Juiz de Fora/MG. In RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Org.). Português Brasileiro II - contato linguístico, heterogeneidade e história. 1ed. Niterói: Editora da UFF/ FAPERJ, 2008, v. 2, p. 170-191.

_____. A recategorização lexical na constituição de cadeias referenciais. In HENRIQUES, Cláudio Cezar Henriques; SIMÕES, Darcília. (Org.). Língua portuguesa, educação & mudança. Rio de Janeiro: Europa, 2008, v. 1, p. 56-71.

_____. Universais linguísticos no saber sintático: um estudo exploratório com crianças do Rio de Janeiro. In GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecília. (Org.). A palavra: forma e sentido. São Paulo: Editora Cortez, 2007, p. 49-73.

_____; OLIVEIRA, K. R. P.; REIS, S. S. A variação em gênero e modalidade: vertentes de pesquisa. In HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, Darcília. (Org.). Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino. Rio de Janeiro: Editora Europa, 2005, p. 87-100.

_____; ALMEIDA, M. J. A. Domínios referenciais e a hipótese da trajetória universal. In RONCARATI,

Cláudia; ABRAÇADO, Jussara. (Org.). Português brasileiro. Contato linguístico. Heterogeneidade. Rio de Janeiro: Editora 7Letras/FAPERJ, 2003, v. 1, p. 144-159.

_____. Os mostrativos na variedade carioca falada. In PAIVA, M^a da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (Org.). Mudança Linguística em tempo real. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2003, v. 1, p. 139-157.

_____. GOMES, C. A. Variáveis Fonológicas. In MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Org.). Introdução à sociolinguística - O tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003, v. 1, p. 73-80.

_____. Enfraquecimento das fricativas sonoras. In ARAGÃO, M. do S.; BARROS, K. S. M. (Org.). Linguística. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 1999, v. 1, p. 5-6.

_____. Ciclos aquisitivos da negação. In RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, M^a Cecília. (Org.). Variação e aquisição. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 65-102.

_____. Revisitando alguns tópicos sobre a negação. In KOCH, I. V. & BARROS, K. S. M. (Org.). Tópicos em linguística de texto e análise da conversação. Rio Grande do Norte: Editora da Faculdade do Rio Grande do Norte - EDUFRN, 1997, p. 43-46.

_____. A negação no português falado. In RONCARATI, Cláudia & MACEDO, Alzira T. & MOLLICA, M^a Cecília. (Org.). Variação e discurso. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 96-111.

_____. Histórico do projeto dialetos sociais cearenses. In SOARES, M^a Elias; ARAGÃO, M^a do Socorro. (Org.). A linguagem falada em fortaleza. Diálogos entre informantes e documentadores materiais para ensino. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 1996, v. 1, p. 7-7.

_____. PAIVA, M. C.; SILVA, G. M. O. E. Diferenças linguísticas entre sexo: fronteiras entre o biológico e o cultural? In MOLLICA, Maria Cecília; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). Revista

Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, v. 117, p. 07-16.

_____. Repetição e saliência em interações dialogadas. In MOLLICA, M^a Cecília; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, v. 117, p. 75-90.

_____. Fatores fonológicos. In MOLLICA, C. (Org.). Introdução a sociolinguística variacionista. Rio de Janeiro: UFRJ - Serie Cadernos Didáticos, 1994, p. 39-46.

_____. CIEP, E. C. E. L. P. As disciplinas. Explorando a linguagem. In RIBEIRO, Darcy. (Org.). O livro dos CIEPS. Rio de Janeiro: Bloch, 1986, p. 64-65.

A seguir, transcrevemos uma entrevista concedida pela autora de *As cadeias do texto* à edição n. 05/ 2011 da Revista Icarahy¹, a partir da qual é possível ir desenhando a imagem do engajamento de nossa homenageada nos estudos e pesquisas linguísticas:

ESTUDOS SOCIOLINGÜÍSTICOS E DIALECTOLÓGICOS²

Em nossa edição nº 5, a sociolinguista Cláudia Roncarati fala sobre o papel dos linguistas e das associações científicas relativamente à variação e ao ensino da língua portuguesa.

(.....)

1. *Quais são os caminhos mais promissores no âmbito dos estudos sociolinguísticos e dialectológicos no Brasil?*

Uma das maneiras mais concretas de se avaliar

¹ Revista dos alunos da Pós-Graduação em Letras da UFF - <http://www.revistaicarahy.uff.br/revista/html/numeros/5/entrevista/ENTREVISTA.pdf>
Acesso em 28/12/2014.

² Entrevista realizada por: Letícia Cao Ponso, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, pela Universidade Federal Fluminense, bolsista CAPES.

projeções nos campos de saber é lançar um olhar multifacetado para indicadores de grupos de trabalho (GTs), congressos e publicações recentes.

Começo então pelo GT de Sociolinguística, criado em 1985, um dos pioneiros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). A atual gestão, sediada na UFRN sob o comando de Marco Antonio Martins, tal qual as anteriores, vem abrigando eixos temáticos, fato que atesta a coexistência da sociolinguística *stricto sensu* (leia-se pesquisa correlacional entre variação estável ou em progresso e mudança linguística) com uma macroárea, em que se incluem, dentre outros, a dialetologia, a crioulista, o bilinguismo e multilinguismo e a linguística histórica. No presente, o GT acolhe as seguintes vertentes: princípios sociolinguísticos universais; políticas de expansão e difusão da língua portuguesa; constituição de novos *corpora*; mapeamento sociolinguístico no Brasil: história, heterogeneidade e ecolinguística; novas metodologias; interfaces teórico-metodológicas (tais como, sociolinguística e funcionalismo; sociolinguística e gramática gerativa, sociolinguística, discurso e sociofonética (cf. HORA et al., 2010; BRESCANCINI, 2011)). O GT, para além de publicações de ponta de projetos integrados e de pesquisas individuais, alinhando-se com a tendência de outras áreas dos estudos de linguagem, tem dedicado especial atenção à produção de grandes obras seriadas de referência, visando reunir o acervo ainda disperso e completando os vazios detectados. A publicação seriada do GT, *Português brasileiro I e II* (RONCARATI; ABRAÇADO, 2003, 2008), é uma guarda memorial da trajetória da sociolinguística brasileira para as novas gerações. Outras fontes do percurso do GT encontram-se em Brandão (1995), Ramos (2006) e SAVEDRA (2010). Leitura obrigatória nos oferece VANDRESEN (2003) ao retratar as origens e os rumos da pesquisa sociolinguística

no Brasil.

A tradicional participação de sociolinguistas e dialetólogos continua em ritmo crescente em congressos nacionais e internacionais. Dentre os eventos recentes, registro aqui o I Encontro Internacional do GT de Sociolinguística da ANPOLL (PUC-Rio, julho de 2007), organizado por SAVEDRA, e os três Simpósios Mundiais de Estudos de Língua Portuguesa (SIMELPs), sob a coordenação geral, respectivamente, de Maria Célia Lima-Hernandes, (I SIMELP, USP, 2008), de Maria João Marçalo (II SIMELP, Universidade de Évora, 2009) e de Roberval Teixeira e Silva (III SIMELP, Universidade de Macau, 2011). Incluo, ainda, os Congressos Brasileiros de Língua Portuguesa organizados por Neusa Barbosa Bastos, no IP-PUC-SP, os quais resultam em publicações seriais. O evento de 2006, que agregou o I Congresso Internacional de Lusofonia, focalizou a questão da lusofonia nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

As tendências anotadas na agenda sociolinguística (cf. MOLLICA; RONCARATI, 2001) atestam não somente a consolidação do diagnóstico sincrônico da variação estável e mudança em progresso do Português (GUY, ZILLES, 2007; VIEGAS, 2011), a partir dos anos 70, mas também a pluralidade de frentes de pesquisa em interface. A investigação diacrônica tem ganhado novo vigor (cf. NARO; SCHERRE, 2007; LUCCHESI, 2004), associada a processos de mudança que evidenciam e favorecem a gramaticalização de itens e construções linguísticas. A agenda de trabalho está voltada para a natureza da variação, as mudanças no indivíduo e na sociedade (PAIVA; DUARTE, 2003) e em comunidades urbanas e comunidades pequenas, as inter-relações entre variacionismo, gerativismo, a aquisição da contraparte variável da língua em comunidades monolíngues, bilíngues e plurilíngues e, ainda, o exame da tensão entre fatores sociais e funcionais. Outros estudos fundamentam-se em princípios funcionalistas para explicar mutações

linguísticas e estratégias compensatórias relacionadas à manutenção do equilíbrio do sistema (MARTELOTA et al., 1996). A sociometria da análise de crenças e atitudes linguísticas associadas à avaliação social das variantes (AMARAL, 1989; ABRAÇADO, 2008; CYRANKA, 2007, 2011; CYRANKA; RONCARATI, 2010, PONSO, 2009, 2011 em curso); a aplicação do modelo de redes sociais correlacionado com graus de densidade, coesão interna, preservação de variedades populares e assimilação de novos hábitos linguísticos (cf. BORTONI-RICARDO, 2005; 2008; 2011); os estudos sócio-históricos (cf. MATTOS E SILVA, 2008; CASTILHO, et al., 2007); os processos de pidginização e crioulização e a ecologia social das línguas (COUTO, 2007; 2009); o incremento da dimensão aplicada veiculados em linguagem didático-pedagógica nas áreas de aquisição da norma padrão e letramento (MOLLICA, 1988; 2003; 2007); as pesquisas em línguas de e em contato (SAVEDRA; SALGADO, 2009); a expansão transnacional da língua portuguesa (LUCCHESI; BAXTER, 2004; BASTOS, 2006; FIORIN; PETTER, 2008; RONCARATI, 2010; 2011; PONSO, 2009; 2011 em curso) e a implementação de políticas linguísticas (HORA; LUCENA, 2008) são outros campos igualmente férteis.

A participação na discussão teórica internacional e a celebração de convênios entre grupos de pesquisa brasileiros e estrangeiros sobre a relação entre variação e mudança linguística, variação e mudança de código, variação estilística e gramáticas em competição continua sendo um convite para incrementar publicações em parcerias (cf. GUY; ZILLES, 2007).

As trilhas perseguidas pelos estudos dialectológicos (cf. CARDOSO, 2001, 2010; RIBEIRO et al., 2009; ARAGÃO, 2004) fertilizam os avanços graduais do método geolinguístico e indicam as coordenadas perseguidas pelo caráter extensivo da Dialectologia, que, embora permaneça diatópica em sua essência na identificação de diferenças diatópicas (fônicas,

morfossintáticas, léxico-semânticas e prosódicas), abriga também aspectos etno-diatópico-sociais, incorporando dimensões diastráticas, diagenéricas e diaetárias. O empreendimento geolinguístico visa à publicação de atlas de natureza diversa: regionais, nacionais e transnacionais, de cunho cartográfico, interpretativo e *parlants* (contato direto do leitor-ouvinte com a realidade oral da área representada). Há muitos desafios intervenientes no alargamento da pesquisa dialetológica, com influência direta na recolha de dados e na demarcação de isoglossas ou áreas dialetais, dentre os quais ressalto: novas e complexas configurações de redes sócio-econômico-culturais, acentuando peculiaridades linguísticas entre grupos etários (usos dos mais jovens em relação àqueles dos mais avançados em idade), quebra de fronteiras e limites, migração e interligação entre massas rurais e grandes centros urbanos com a conseqüente flutuação demográfica e mobilidadesocial.

Atualmente, os atlas linguísticos proliferam no território brasileiro. Estão em preparo os atlas de Ceará, Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul, pescadores do

Estado do Rio de Janeiro, Pará, Mato Grosso, Maranhão e Rio Grande do Norte. Eles têm perseguido o alinhamento teórico-metodológico com o *Projeto Atlas Linguístico do Brasil* (Projeto ALiB), coordenado por Suzana Alice Marcelino Cardoso, na UFBA, empreitada de longo prazo e de expressiva relevância para a linguística brasileira.

Em síntese, a Dialectologia, sem descurar do aspecto multidimensional de que se reveste o ato de fala, oferece um retrato de áreas geolinguísticas com a indicação de diferenças e identidades. Sua contribuição saliente é diagnosticar a realidade da língua inter-relacionando variáveis sociais e distribuição espacial, contribuindo, assim, para uma arqueologia da natureza multidialetal do Brasil, ao oferecer imenso volume de dados para lexicógrafos, etimólogos, professores, gramáticos e autores de livros didáticos.

Para encerrar essa resposta, embora corra o risco de excluir outras fontes, apresento uma amostragem recente do acervo em Sociolinguística e Dialeto: ABRACADO, Jussara (Org.). Preconceito linguístico e cânone literário. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 36, 2008. Disponível em: <cadernosdeletras@vm.uff.br>.

AMARAL, Ana Maria Guimarães. Reações subjetivas de professores de português ao dialeto não- padrão. 1989. 153f. Dissertação (Mestrado em Linguística)_UNB, Brasília, 1989.

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. As pesquisas geolinguísticas do português do Brasil. In: DIETRICH, W.; NOLL, V. (Org.). *O português do Brasil – perspectivas da pesquisa atual*. Vervuert/Iberoamericana, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística & educação. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *O professor pesquisador – introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade – estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*, São Paulo: Parábola, 2011.

BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. GT de Sociolinguística. *Revista da ANPOLL*, n. 1, p. 95-102, 1995.

BRESCANCINI, Cláudia Regina. A elevação da vogal postônica final no Rio Grande do Sul: uma leitura à luz de Bailey e Tillery (2004). In: BATISTI, E.; COLLISCHONN, G. (Org.). *Língua e linguagem: perspectivas de investigação*. Pelotas: EDUCAT, 2011. p. 227-251.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Dialeto: trilhas seguidas, caminhos a perseguir. *D.E.L.T.A.*, v. 17, p. 25-44, 2001. Edição especial.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Geolinguística – tradição e modernidade*. São Paulo: Parábola, 2010.

CASTILHO, Ataliba T. de; MORAIS, Maria Aparecida Torres; LOPES, Ruth E. Vasconcellos; CYRINO, Sônia Maria Lazzarini. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo:

- Fapesp, Campinas: Pontes, 2007.
- COUTO, Hildo Honório de. *Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.
- COUTO, Hildo Honório de. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- CYRANKA, Lúcia F. Mendonça. *Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora – MG*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.
- CYRANKA, Lúcia F. Mendonça. *Dos dialetos populares à variedade culta – a sociolinguística na escola*. Curitiba: Appris, 2011.
- CYRANKA, Lúcia F. Mendonça; RONCARATI, Cláudia. Atitudes linguísticas: uma pesquisa em escolas públicas de Juiz de Fora (MG- Brasil). *Revista Diacrítica - Revista do Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Série Ciências da Linguagem*, n. 24, v. 1, p. 211-231, 2010.
- FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida. *África no Brasil – a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.
- HORA, Dermeval da et al. Status da consoante pós-vocálica no português brasileiro: coda ou onset com núcleo preenchido foneticamente? *Letras de Hoje*, v. 45, p. 71-79, 2010.
- HORA, Dermeval da; LUCENA, Rubens Marques de (Org.). *Política linguística na América Latina*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB/ Ideia, 2008.
- LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2004.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan (Org.). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MARTELLOTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil – uma*

- abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica – ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. *Influência da fala na alfabetização*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998.
- MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. *Da linguagem coloquial à escrita padrão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. *Fala, letramento e inclusão social*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães; RONCARATI, Cláudia. Questões teórico-descritivas em sociolinguística e em sociolinguística Aplicada e uma proposta de agenda de trabalho, *D.E.L.T.A.*, v. 17, 2001., p. 45-55. Edição especial.
- NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003.
- PONSO, Letícia Cao. O português no contexto multilíngue de Angola. *Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, n. 35/36, p. 147-162, 1º semestre 2009.
- PONSO, Letícia Cao. *Atitudes sobre o português em Moçambique - diversidade linguística e identidade no contexto pós-colonial*. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Em curso.
- RAMOS, Jânia Martins. *Estudos sociolinguísticos: os quatro vértices do GT da ANPOLL*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.
- RIBEIRO, Silvana Soares; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. (Org.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Homenagem a Jacyra Andrade Mota pela contribuição aos estudos dialetais brasileiros.

Salvador: EDUFBA, 2009.

RONCARATI, Cláudia (Org.). Difusão da língua portuguesa. *Cadernos de Letras da UFF*, n. 39, 2009. Disponível em: <cadernosdeletras@vm.uff.br>.

RONCARATI, Cláudia. A língua portuguesa na América do Sul: difusão, identidade e diversidade. In: MOLLICA, M. C. de. (Org.). *Usos da linguagem e sua relação com a mente humana*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. p. 101-109.

RONCARATI, Cláudia. *Sociometria dos estatutos da expansão transnacional da língua portuguesa*. Projeto de Bolsa de Produtividade em Pesquisa submetido ao CNPq, 2011.

RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro- contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Ed.7 Letras, 2003.

RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Org.). *Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ EdUFF, 2008.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães; SALGADO, Ana Claudia Peters (Org.). *Sociolinguística no Brasil – uma contribuição dos estudos sobre línguas em/ de contato*. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2009.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. Estudos e pesquisas em sociolinguística no contexto plurilíngue do Brasil. *Revista da ANPOLL*, n. 29, jan./jun. 2010. p. 219-234.

VANDRESEN, Paulino. A trajetória do GT de Sociolinguística da ANPOLL – 1985-2001. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro- contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ Ed.7 Letras, 2003. p. 13-49.

VIEGAS, Maria do Carmo. *Minas é plural*. Belo Horizonte: Ed. FALE/UFMG, 2011.

2. *Qual é o papel de associações científicas como a Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN), a APL (Associação Portuguesa de Linguística), a Comunidade dos Países de Língua (CPLP) e a AILP (Associação Internacional de Linguística do Português) nas pesquisas acerca de difusão transnacional da língua portuguesa?*

Uma constatação inicial revela que a temática da expansão da língua portuguesa não está contemplada em todos os estatutos dessas associações. Senão vejamos: o estatuto da ABRALIN, atualizado em 2008, objetiva “promover, desenvolver e divulgar entre os interessados os estudos de Linguística teórica e aplicada no Brasil”; o da APL, (1984), “promover e desenvolver o estudo da Linguística”, mas o da CPLP, revisto em 2002, inclui entre outras metas, a “materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa” e a AILP (2001), a promoção da “investigação em linguística do Português, nas suas variedades europeia, brasileira, africanas e outras” e a “contribuição para a difusão do Português no mundo e de sua cultura”. Muito embora sejam indiscutíveis o papel dessas associações na divulgação de pesquisas de ponta e a relevância dos eventos científicos por elas patrocinados, é de se notar expressiva lacuna na implementação de pesquisas de cooperação nacional e internacional sobre a expansão do Português. Esse lugar, como já mencionei, tem sido recentemente ocupado por congressos como os dos SIMELPs e do IP-PUC-SP. Nesse cenário, a AILP, entidade em processo de consolidação, tem ganhado destaque ao investir na “promoção e defesa da língua portuguesa no plano internacional, intervindo no sentido de assegurar o reconhecimento que é devido a uma grande língua de comunicação a nível mundial”. Uma das materializações dessa meta é a celebração de convênios e de intercâmbios com parceiros onde o Português é falado (cf. RONCARATI, 2011).

No entanto, entre as metas projetadas e sua concretização medeia um acentuado hiato.

À guisa de ilustração, trago aqui uma síntese das declarações finais da VIII Conferência de Chefes de Estado e do Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizada em 23 de Julho de 2010 em Luanda. Alguns dos diversos documentos que as compõem enfatizam a necessidade de reforçar a visibilidade da CPLP na cena internacional em dupla via: “numa Comunidade de oito Estados que, espalhados por todos os continentes, estão unidos pela diversidade e pela língua portuguesa que os projecta como Comunidade unida” e “nos laços de fraternidade, de solidariedade e de cooperação entre os povos que têm a língua portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade”. Os documentos também reconhecem a “diversidade cultural e o multilinguismo como factores de enriquecimento da Comunidade, a serem protegidos e valorizados”, reafirmam a função crucial da língua portuguesa, na gênese da CPLP, como elemento impulsionador de convergência na diversidade, reiteram o empenho em desenvolver ações, programas e projetos que “promovam o conhecimento das diferentes línguas nacionais dos Estados membros e que “concorram para o ensino da Língua Portuguesa em contextos multilinguísticos” e incentivam a “utilização dos novos meios de comunicação, inclusive a televisão, para difundir a Língua Portuguesa e a cultura dos Países da CPLP”. Entretanto, cabe perguntar, como o faz Fiorin³, até que ponto as diretrizes apontadas por esses documentos têm um impacto realista para aumentar o número de falantes do Português?

Ora, se as associações acadêmicas intentam estimular a expansão da língua portuguesa torna-se imperativo levar em conta que as trajetórias sócio-históricas de colonização e de independência dos

³ Em Mesa-Redonda da AILP, sobre “A difusão transnacional da língua portuguesa”, Jose Luiz Fiorin apresentou uma visão crítica da política da CPLP pra a difusão internacional do Português em 07 de dezembro de 2010.

países onde o Português é falado são acentuadamente distintas. Elas apresentam relações históricas desiguais de poder e constroem identidades nacionais particularizadas. A ampliação dos espaços territoriais, que é sobretudo de ordem político-diplomática, implica “assinaturas de tratados de cooperação e intercâmbio intergovernamentais, ampliação de mercados para a produção brasileira, construção de alinhamento político e investimento estatal em políticas de língua disputando, no campo político, o controle do imaginário sobre a representação das questões linguísticas na sua relação com um projeto de nação” (ZOPPI FONTANA, 2010, p. 14⁴). A inserção da língua portuguesa como língua internacional implica a legitimação de uma posição de autoria no contato estabelecido com outras línguas na história (op. cit., p. 16).

A cotação da língua portuguesa nos espaços internacionais está estreitamente associada ao papel que as sociedades que nela se expressam assumem no concerto das nações (cf. ATALIBA, 2009⁵).

Considero que os objetivos propostos pelas associações exibem um cunho de concertação política e diplomática, em que se imbricam complexos fatores de ordem econômico-cultural e social com importantes desdobramentos para a implementação de políticas de línguas e de ensino do Português L2. Nesse sentido, os estudos voltados para a promoção e defesa da língua portuguesa podem ser alocados em uma macrolinguística em que preponderam fatores

⁴ ZOPPI-FONTANA, Mônica G. *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009.

⁵ CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Entrevista com Isabel Hub Fria e Ataliba Teixeira de Castilho sobre a difusão e o ensino da língua portuguesa. *Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Difusão da língua portuguesa*. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Niterói, n. 39, p. 15-30, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff>>.

extralinguísticos. A meu ver, torna-se necessário conjugá-los com estudos microlinguísticos, afetos à questão da variação e mudança linguística em contextos multilíngues.

3. *Que tarefas podem ser destacadas como prioritárias na agenda dos pesquisadores brasileiros na investigação sobre o Português em suas variedades portuguesa, europeia, africana e asiática?*

Creio que as respostas anteriores adiantaram algumas tendências atuais. A boa notícia é que essa investigação está ganhando fôlego através de eventos específicos e de projetos e intercâmbios em parceria nacional e internacional. No entanto, há alguns domínios lacunosos que gostaria de pontuar. O primeiro deles é o desconhecimento mútuo do acervo construído e em curso. O diálogo praticado entre brasileiros e portugueses está em processo de consolidação, mas a produção sobre os PALOPs em grande parte nos é desconhecida. Tudo isso compromete a originalidade e a adequação explicativa dos resultados atingidos. Temos, pois, de investir mais fortemente em parcerias transnacionais dentro da comunidade científica que trabalha sobre o Português. O segundo domínio diz respeito à criação de estratégias político-culturais relativas ao ensino do Português L2 que realmente funcionem como mecanismos adequados à formação de professores e os familiarizem com os espaços enunciativos e plurilinguísticos em que estão atuando. Tais mecanismos deveriam ter como mote o reconhecimento da diversificada trajetória sócio-histórica e político-econômica da implantação do Português.

Considero que não podemos ignorar que, em face das mudanças operadas, ao longo de sua história e variedades, que sustentam contrastes relativamente a outras línguas românicas, o Português se mantém como uma das línguas autônomas mais faladas no

mundo. Por isso, o crescente interesse dispensado à língua portuguesa não pode continuar a resumir-se ao cotejo entre o português europeu e o brasileiro. Urge mesmo mapear o patrimônio linguístico dessa língua em espaços simbólicos de nossas identidades e diversidades, propiciando o acesso ao acervo existente e em curso e a divulgação da pesquisa de ponta do Português entre brasileiros, europeus, africanos e asiáticos.

A redefinição da língua portuguesa como língua de comunicação internacional implica sua valorização e inserção em espaços político-culturais de enunciação transnacional, através de iniciativas promovidas por associações que visam a intervir na legitimação da representação dos estatutos da língua portuguesa, tanto no âmbito da delimitação de espaços territoriais que possuem identidades e históricas distintas, quanto nos contatos estabelecidos com línguas autóctones, dialetos, crioulos e pidgins.

É nesse espírito que estou implementando no Programa de Estudos de Linguagem da Pós-Graduação da UFF, a linha de pesquisa “Difusão Transnacional do Português”, introduzindo inicialmente uma disciplina inaugural no primeiro semestre de 2011, e tentando celebrar um convênio com universidades brasileiras, europeias, africanas e asiáticas por meio de uma pesquisa sobre a sociometria dos estatutos da língua portuguesa. Nesse contexto, o III Congresso Internacional da AILP (gestão 2007- 2010), sediada no Instituto de Letras da UFF sob a minha presidência, fez questão de incluir em sua programação pesquisadores europeu, africanos e asiáticos.

Para finalizar, resta divulgar alguns projetos e obras envolvendo as variedades transnacionais do Português. Firmino⁶, da Universidade Eduardo Mondlane, publicou sua tese em que retrata o dilema da coexistência assimétrica e competitiva das línguas autóctones africanas em face do

⁶ FIRMINO, Gregório. *A ‘questão linguística’ na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Promédia, 2002.

Português, examinando detidamente o caso moçambicano. Neusa Barbosa Bastos⁷, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, coordena os projetos Linguagem, educação e estudos lusófonos” e “Língua portuguesa: lusofonia, memória de diversidade”. Regina Helena Pires de Brito⁸ (Universidade Presbiteriana Mackenzie), membro do conselho diretivo do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste, coordena o Projeto “Universidades em Timor-Leste” e integra o projeto “Lusofonia: relações culturais, linguísticas e identitárias”. Maria Célia Lima-Hernandes⁹, da USP, coordena o projeto “Língua e cultura em Macau”, tendo participado da organização dos I e II SIMELPs. Margarida Petter¹⁰ dirige o Grupo de Estudos de Língua Africanas da USP e coordena o projeto internacional “A participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro” e o projeto “Línguas africanas e seus contatos, na África e no Brasil”. Roberval Teixeira e Silva atualmente preside a AILP, sediada na Universidade de Macau. A mídia, volta e meia, levanta questões sobre a variação e o ensino da língua portuguesa, tal como ocorreu recentemente em torno da polêmica sobre um livro didático aprovado pelo MEC. Que tipo de compromisso cabe aos linguistas junto à sociedade?

A polêmica, que se refere à obra “Por uma vida

⁷ BASTOS, Neusa Barbosa. *Lusofonia: memória e diversidade cultural*. São Paulo: EDUC, 2008.

⁸ Ver BRITO, Regina Helena Pires de. Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor- Leste, *Ciência & Letras*, Fapa, v. 48, p. 175-194, 2011a. BRITO et al. In: MARÇALO, Maria João;

LIMA-HERNANDES et al (Org.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Portugal, Editora da Universidade de Évora, p. 71-91, 2011b.

⁹ LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, Maria João; MICHELETTI, Guaraciaba; MARTIN, Vilma Lia de Rossi. *A língua portuguesa no mundo*. I SIMELP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

¹⁰ PETTER, Margarida. Línguas africanas no Brasil. *Gragoatá*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF, v. 19, p. 193-227, 2005.

melhor”, adotada pelo Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos do MEC, suscitou uma onda de críticas que reavivou ranços de preconceito linguístico contra as variedades populares e contrapôs opiniões divergentes e/ou convergentes entre a mídia e os linguistas e até entre os próprios linguistas. Muitos foram os manifestos e depoimentos circulados nas redes sociais, muito embora a maior parte deles não tivesse acesso à/ou repercussão na mídia impressa e televisiva formadoras de opinião. Foltran¹¹, presidente da ABRALIN (gestão 2009-2011) divulgou nota de repúdio contra a cobertura tendência da imprensa. E aí ficou o compromisso dos linguistas.

Provavelmente, a temática da competição entre variedades populares e cultas fará emergir novos compêndios didáticos monoautorais ou pluriautorais revisitando a contribuição dos estudos linguísticos. A meu ver, sofremos de um compromisso emergencial e casuístico, com acentuado grau de dependência de bandeiras levantadas pela mídia, que nos leva a pós-manifestar nossas indignações, discordâncias e/ou concordâncias.

Nesse contexto, cabe lembrar o posicionamento de Guimarães¹²:

Certos setores da sociedade e, entre eles, alguns linguistas, cobram dos linguistas o fato de que eles não tomam posições relativamente à diversidade linguística e às relações entre as línguas. De um lado há os que os censuram por não defenderem o ensino da língua normatizada e, de outro, há os que os censuram por não defenderem as variedades linguísticas adequadamente. Há ainda aqueles que

¹¹ FOLTRAN, Maria José. *A ABRALIN divulga nota de repúdio contra a cobertura tendenciosa da imprensa*, 25 de maio de 2011. Disponível em: <<http://adivo.com.br/blog/luisnassif/abralin-divulga-nota-de-repudio>. Acesso em: 10 de setembro de 2011.

¹² GUIMARÃES, Eduardo. Políticas de línguas na linguística brasileira – da abertura dos Cursos de Letras ao Estruturalismo. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *Política linguística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 63-81.

fazem “uma autocrítica” da linguística por não se colocar diretamente diante destas questões. Para que este embate não se esgarce na trivialidade ou na incompreensão, é preciso compreender que a questão que se põe é política, não no sentido de partidos de qualquer espécie, mas no sentido em que a questão envolve um modo de pensar a distribuição das línguas para seus falantes, em outras palavras, uma distribuição de poderes micros e macros. [...] (GUIMARÃES, 2007, p. 63) e, assim também, o documento produzido pela ABRALIN¹³ sobre a definição de uma política linguística que abrangesse “os princípios e os objetivos dos linguistas brasileiros” e definisse o compromisso permanente dos linguistas:

- presença atuante de um linguista junto aos órgãos federais, estaduais e municipais de educação, responsáveis pela elaboração dos currículos, programas de escolha do material pedagógico para o ensino de línguas;
- assessoria e comissões do legislativo, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Cultura que se venham a criar para a discussão e implantação da política linguística no Brasil;
- divulgação permanente junto aos formadores de opinião pública da política linguística no Brasil. (SCLiar-CABRAL, 1999, p. 17).

Já estamos relativamente assentados na primeira diretriz. Mas o trajeto a percorrer nas outras duas exige prática de pensar e atuar politicamente e transposição pedagógica de nossos produtos de inquirição. Temos um longo caminho a trilhar!

¹³ SCLiar-CABRAL, Leonor. Definição da política linguística no Brasil. *Boletim da ABRALIN*, v. 23, p. 7-17, Florianópolis: Imprensa Universitária, 1979.

6. O legado e o livro

Em sua trajetória, aqui resumidíssima, como sociolinguista e dialetóloga, Roncarati nos deixou potenciais sucessores dentre os recursos humanos cuja formação orientou. Vejamos suas orientações e supervisões concluídas, como orientador principal, no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense – Niterói/RJ.

Dissertação de mestrado

Fábio Macedo Simas. A construção das cadeias referenciais em redações de Português (LM) e Inglês (LE). 2009.

Fabiane Aparecida Monteiro Pereira. A categoria de aspecto: forma e função. 2008.

Kátia Regina Paula de Menezes Quadros de Oliveira. Manuais didáticos de história: concepção, linguagem e imagens. 2005.

Ivete Monteiro de Azevedo (Bolsista FAPEMIG). Sequências avaliativas no discurso pedagógico de formação de professores. 2004.

Maria da Penha Ferreira de Assis (FAPEMIG). A dêixis espacial no discurso pedagógico da formação de professores. 2004.

Sílvia Regina Neves da Silva. Cadeias referenciais em textos orais e escritos (CNPq11/2005/2001). 2002.

Arlene da Fonseca. O imperativo no português: uma visão pragmático-funcional. 2000.

Eliane Mattos de Souza (CAPES). Mecanismos de atenuação e silenciamento no português xinguano. 2000.

Sirlea Silva Reis. Construções adjetivais de base metafórica. 2000.

Cilas de Oliveira Peixoto. A pontuação como indicição de processamento linguístico e coesão textual. 1998.

Manoel de Carvalho Almeida. Afinal de contas, qual é a resposta? A prova de português vestibular: uma abordagem textual-discursiva. 1998.

Maria Irene Francisco Canovas. O enfraquecimento do /S/ pós-vocálico e de /v,z,j/ na fala de Salvador. 1992.

Tese de doutorado

Maria da Penha Ferreira de Assis. O domínio da espacialidade em manuais didáticos de Geografia. 2008.

Ivete Monteiro de Azevedo. A expressão do tempo no romance histórico: um estudo em Boca do Inferno de Ana Miranda. 2008.

Lúcia Furtado de Mendonça Cyranka. Atitudes lingüísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora/MG. 2007.

Sílvia Regina Neves da Silva. Cadeias referenciais: o objeto-de-discurso e sua evolução na progressão textual. 2007.

Arlene da Fonseca. O domínio discursivo religioso: as faces do imperativo e de seus efeitos no fiel. 2005.

Sirlea da Silva Reis. Com a palavra, o Presidente... As metáforas de Lula. 2005.

Manoel de Carvalho Almeida. A multifuncionalidade da clivagem na fala e na escrita. 2003.

Iniciação Científica

Vitor Marconi de Souza. Mecanismos de focalização na fala e na escrita. 2007.

Ronaldo Eduardo Ferrito Mendes. A variação morfossintática e discursiva na organização textual-interativa: alternativas de aplicação didático-pedagógica. 2006.

Debora Amaral da Costa. A variação morfossintática e discursivas na organização textual interativa: alternativas de aplicação didático-pedagógica. 2006.

Leandro Freire de Miranda Cavalcante. A variação morfossintática e discursiva na organização textual interativa: alternativas de aplicação pedagógica. (UFF/CNPq 20042007). 2004.

Aline Rodrigues Benayon. Os sinalizadores dêiticos em textos acadêmicos (UFF/CNPq01/2001 a 02/2003). 2003.

Luciana de Andrade Mesquita. O fenômeno da pró-sentença: um estudo comparativo entre o português (UFF/CNPq20012002). 2002.

Barbára Pontes dos Santos. Variação e aquisição dos mostrativos (UFF/CNPq09/ 1999 a 06/2000).

Jaqueline da Silva Ceres. Dimensões sócio-avaliativas de aquisição e mudança (IC/CNPq 03/ 1997 a 02/1999).

1999.

Rita de Cássia Araújo Vergara. Dimensões sócio-avaliativas de aquisição e mudança (CNPq03/1997 06/1998). 1998.

Maria Cláudia R. de Andrade (PIBICCNPq08/1997 03/1998). Os modalizadores na construção dos discursos da mídia, da CONERJ e do sindicato dos mestres arrais. 1998.

Regina Coeli Costa Canizio. Banco de dados interacionais e Estratégias de negação das línguas naturais (Aperfeiçoamento/CNPq02/1995 a 02/1996). 1996.

Eliane Mattos de Souza. Estratégias de negação em línguas naturais aquisição e mudança/Banco.de.dados.interacionais.(Bolsa.de.Aperfeiçoamento/CNPq02/1995 a 06/ 1996). 1996.

Carmem Irene Correia de Oliveira. Banco de dados interacionais (Aperfeiçoamento CNPq03/ 1993 02/1995). 1995.

Miriam A. Dias Miranda (Aperf. CNPq02/199506/ 1996. Estratégias de negação em línguas naturais: aquisição e mudança. 1994.

Elmar Roza de Aquino. Banco de dados interacionais (Aperfeiçoamento CNPq05/1992 a 04/1993). 1993.

Rosângela Sousa Silva. Banco de dados interacionais (IC CNPq03/199205/1993). 1993.

Nossa homenageada também realizou orientação na Universidade Federal do Ceará.

Iniciação científica

Margarida Roza Almeida. Enfraquecimento das fricativas sonoras. Projeto Dialectos Sociais Cearenses (UFC/FINEP 19871988). 1998.

Maria de Fátima Araújo. Enfraquecimento das fricativas sonoras. Projeto Dialectos Sociais Cearenses (UFC/FINEP 19871988). 1998.

Maria Suelda Mota de Almeida. As negativas na fala cearense. Projeto Dialectos Sociais Cearenses (UFC/FINEP 19871988). 1988.

Orientações de outra natureza

José Alber Uchoa. Enfraquecimento das fricativas sonoras. Projeto Dialetos Sociais Cearenses (UFC/FINEP 19871988). 1998. (Letras) Universidade Federal do Ceará.

Tereza Maria Frota Bezerra. As negativas na fala cearense. Projeto Dialetos Sociais Cearenses (UFC/FINEP19871988). 1998. (Letras) Universidade Federal do Ceará.

A obra por si própria comprova a história de vida em questão, porque falar de um monumento dos estudos e pesquisas linguísticas como Claudia Roncarati é uma responsabilidade incomensurável. Docente que nunca se descuroou da atualização permanente, Claudia viveu a e para a linguística. E neste volume tentamos coletar temas e documentos que historiassem sua trajetória.

Por isso, decidimos convidar pesquisadores da área, que conviveram com Roncarati, que se juntassem a nós no projeto de elaboração dessa coletânea como uma prova de carinho e respeito ao edifício técnico-científico erigido por nossa saudosa amiga

Claudia Nívia Roncarati de Souza

☆1949

† 2011



A ESCRITA EM REDES SOCIAIS *ONLINE*

Maria Cecília Mollica
(UFRJ/CNPq)

Cláudia Nívea Roncarati de Souza
(UFF/CNPq)

Introdução

Este estudo volta-se para o exame de algumas características da escrita em redes *online* comparadas a registros escritos em ambientes *offline* (cf. MOLLICA, 2010). A análise centrou-se nos traços de *rurbanidade* (cf. BORTONI-RICARDO, 2004) que os migrantes mantêm do seu dialeto de origem quando entram em contato com o dialeto-alvo.

Descrevemos ainda as estratégias mais empregadas para estabelecer a referenciação nas interações virtuais de modo a facultar a produção de sentidos dos conteúdos que circulam em variados gêneros e tipos textuais da cultura eletrônica e da cultura letrada (cf. RONCARATI, 2010; MARCUSCHI; XAVIER, 2004).

1. Perguntas e objetivos

As metas da pesquisa podem ser sintetizadas em: (i) comparar, em redes sociais da cultura eletrônica, vestígios do dialeto de origem e grau de acomodação ao dialeto-alvo e (ii) levantar as avaliações atitudinais dos migrantes em relação ao dialeto de origem e ao dialeto-alvo por meio da referenciação atributiva.

Cabe retomar o conceito de *rurbanidade* para deixar claros os pontos de investigação. As comunidades *rurbanas*, tal como denominadas por Bortoni-Ricardo (2004), são aquelas formadas por migrantes rurais que se instalam, quase sempre, nos morros e nas periferias das cidades grandes e entram em contato com o dialeto-alvo. Alguns

traços linguísticos de dialeto rural se mantêm, algumas formas locais são assimiladas, mas não há homogeneidade dialetal pelo princípio da acomodação (GILES, 1980). Assim, o dialeto rurbano é característico de população que ora emprega formas típicas do seu dialeto de origem, ora acomoda sua fala ao dialeto de chegada.

O alvo da pesquisa consiste, pois, em enfatizar questões de contato linguístico entre dialetos de regiões rurais e regiões urbanas, de modo a comparar o comportamento dos escreventes em ambiente *online* e *offline*.

- Que traços rurais migram para a escrita, quando os sujeitos de distintas comunidades de fala entram em contato por meio de ambiente virtual, considerando que há neutralização das diferenças entre comunidades por meio da escrita?
- Como os indivíduos identificam aspetos de língua por meio de redes sociais digitais?
- Como operam com as referências quanto a traços linguísticos pessoais, grupais e em relação a possíveis modelos?
- As atitudes dos sujeitos estreitados por redes *online* são semelhantes às já conhecidas e por demais descritas em contatos *offline*?
- Em que ambiente, o falante é mais “protegido” de possíveis discriminações provenientes de traços marcantes de sua comunidade de fala, em geral passíveis de avaliação negativa por parte dos usuários da língua?

As hipóteses norteadoras sintetizam-se abaixo:

- Quanto mais densa e múltipla a rede social, maior a estabilidade linguística do grupo e mais alta a ocorrência de traços.
- Quanto maior o nível de adesão ao grupo, maior é a garantia de o falante apresentar marcas linguísticas

- próprias à rede a que pertence.
- Alguns traços linguísticos de dialeto rural se mantêm, algumas formas locais são assimiladas, sem haver, no entanto, homogeneidade dialetal
 - A língua escrita tende a neutralizar uma série de traços regionais.

2. Database

Através da predicação atributiva (KOCH, 2009: 139; RONCARATI, 2010: 147), é possível examinar a avaliação atitudinal dos migrantes em relação ao seu dialeto de origem e ao dialeto-alvo. Como já mencionado, a investigação partiu dos conceitos de *comunidade rural, urbana e rurbana* no *continuum* da fala para a escrita e buscou constatar que, ainda que redes possam ser abertas e fechadas, com maior ou menor densidade e complexidade, a grande maioria dos migrados contatados *online* se encontra no mundo globalizado e não se acha circunscrita a redes encapsuladas.



Figura 1 – comunicação em rede

O *corpus* para esta fase da pesquisa se compõe de interações linguísticas escritas, instigadas por entrevistas realizadas em distintas redes sociais, como mensagens de e-mail, Orkut, MSN, dentre outros meios de tecnologia digital. A análise dos dados lança mão de traços sociolinguísticos dos sujeitos da amostra, tal como dialeto de origem, atitudes dos sujeitos de pesquisa quanto ao dialeto de origem e ao dialeto de chegada, assim como em relação ao grau de adaptabilidade ao Rio de Janeiro. Procurou-se ainda controlar o tipo de rede social online acessada.

Os informantes que se propuseram a colaborar com a pesquisa, escolhidos aleatoriamente através da indicação entre eles, pertencem a vários grupos com os quais mantêm mais de um vínculo. As estratégias de referenciação, utilizadas na web (*World Wide Web – conhecida como Internet*), nos pareciam, em princípio, um vetor instaurador de diferenças de processamento em razão do perfil das redes digitais selecionadas.

Em fases anteriores em que analisamos entrevistas orais, identificamos processos mais ou menos esperados, em se tratando de falantes egressos de localizadas interioranas. (a) Despalatalização: Trabaia, fio, atrapaia; (b) Aspiração: Descarço; (c) Rotacismo: Expricava; (d) Nasalização da vogal inicial: Inxiste, insolado, infância; (e) Desnasalização em final de palavra: homi; (f) Metátese: pertendi. Contudo, tais processos não apareceram nas redes online. Nestas, só ocorreram algumas expressões e manifestações atitudinais sobre a forma como os falantes julgam que falam ou julgam que sejam avaliados pelos falantes do dialeto local. Vale lembrar um dos cinco problemas da sociolinguística (WEIREINCH; LABOV, HERZOG, 1968), ao qual se associa o estudo das reações subjetivas (atitudes linguísticas) diante da valoração dialetal e de mudanças correspondem a reações subjetivas dos sujeitos pesquisados.

Tal não foi o caso nas entrevistas online. A força da língua escrita e o grau mais alto de escolarização dos falantes conectados naturalmente introduzem um efeito importante para que tais processos desapareçam. O mais saliente a destacar, então, são as atitudes e crenças dos falantes e a forma como operam as cadeias referenciais. Por isso, o exame dos dados focalizou questões referentes à avaliação dos usuários quanto às comunidades de fala de origem e de chegada, e buscou verificar os mecanismos de referenciação nos diálogos entrecortados dos trechos transcritos neste artigo, considerados como textos descontínuos (LINDE, 1987: 89).

3. Análise

Em redes digitais, as avaliações são codificadas discursivamente, na modalidade escrita, através da referenciação atributiva, i.e., da introdução de *expressões atributivas* (KOCH, 2009: 30; RONCARATI, 2010: 59), pensadas como cabides onde pendurar predicções que, segundo Koch e Elias (2006: 138), consistem em “formas híbridas, referenciadoras e predicativas, isto é, veiculadoras não só de informação dada, mas também de informação nova”. A referenciação atributiva desempenha funções predicativas. Pode ser codificada por adjetivo ou por locução adjetiva; por sintagma nominal indefinido, sintagma preposicional, pronome pessoal, expressão nominal quantitativa, numeral, pronome demonstrativo, advérbio, infinitivo, gerúndio e aposto.

Na amostra, as expressões atributivas são introduzidas como referentes de menção única, sem continuidade linear, desativados na progressão linear, portanto, não configuram cadeias referenciais no sentido genuíno. No entanto, o quadro teórico adotado em Roncarati (2010: 17-31) faz distinção entre referentes de menção única e referentes de primeira menção, que podem ser retomados, garantindo a continuidade referencial. Tal é o mecanismo utilizado pelos entrevistadores nos trechos

que se seguem.

Passamos então a analisar as atitudes nos ambientes virtuais e verificar o tipo de cadeia textual predominante, assim como os aspectos de preconceito, adaptação ao meio, finalidade dos sujeitos migrantes ao estabelecer-se no Rio de Janeiro. Na rede acessada Mateus/Gtalk, verificamos os principais problemas que M enfrentou quando chegou ao Rio:

E: Quando você chegou ao Rio quais os principais problemas que você enfrentou no início?

M: Encontrar um apt, e um pouco na integração social (fazer amigos) no começo sempre é complicado.

Quanto à discriminação ao modo de falar:

E: ah, imagino...mas vc sofreu alguma discriminação quanto ao modo de falar assim que chegou ao Rio?

M: eu não tenho muito sotaque, mas quando percebem e perguntam de onde sou, já escutei brincadeiras um pouco ofensivas.

E: e do que vc sente mais falta quando lembra de lá?

M: casa da minha avó e das praias

E: bom, pra casa da sua avó não dá pra ir mais, mas praia a gente tem bastante aqui, né?hehe

M: tem só que é diferente.

E: bom, pra casa da sua avó não dá pra ir mais, mas praia a gente tem bastante aqui, né?hehe

eu: mas vc ainda se sente deslocado aqui?

M: não.... me sinto bemmas é diferente

É Interessante atestar atitude em modo *irrealis*. M volta à terra natal, no diálogo seguinte, se utilizando de estratégia modo temporal:

E: Se pudesse voltar, o que você faria?

M: voltaria

E: sério? Mas você deixaria o Rio de vez?

M: numa situação hipotética a Merck me manda para trabalhar em Maceió.

Em rede acessada por MSN, durante interação com N, destaca-se notadamente (a) discriminação pelo sotaque e (b) influência da fala carioca.

E: ok, mas, então, pra terminar, e seu sotaque? quando vc chegou aqui no rio vc acha que foi, de alguma forma, discriminada por isso..?

N: Na verdade eu fui pra manause la sim eu sofri bastante.

E: e, nesse tempo que vc está no Rio, vc acha que já deu pra sua fala ser influenciada pela do rio? Vc acha que já está falando que nem carioca?

N: Acho sim.....Meu S mudou muuuuuittttoooo, ate minhas amigas percebeu

Perceberam***

E: hahaha...acho que esse é o primeiro sintoma! e as gírias também né?

Em rede social acessada por E-mail, o entrevistado A tece considerações quanto à adaptação ao local de chegada e à influência do dialeto carioca. A cadeia referencial vai sendo tecida de forma semelhante.

E: Por que vc decidiu sair da sua cidade natal? E quando chegou ao Rio vc se adaptou bem ou teve dificuldades para se acostumar com a cidade? Quais principais problemas vc enfrentou quando chegou? Você sofreu alguma discriminação quanto ao modo de falar assim que chegou ao Rio?

A: Saí por tranferencia do meu pai no trabalho. Me adaptei bem ao Rio. Transferencia da faculdade de Brasilia. Não.

E: Quanto ao modo de falar, vc acha que seu sotaque mudou desde que vc chegou no Rio? Ele foi influenciado pelo sotaque carioca? E as gírias? Vc já usa gírias cariocas com naturalidade? Quais?

A: Um pouco. Sim. Não.

Na rede acessada também por e-mail, o sujeito M traduz o preconceito como se segue.

E: Por que vc decidiu sair da sua cidade natal? E quando chegou ao Rio vc se adaptou bem ou teve dificuldades para se acostumar com a cidade? Quais os principais problemas vc enfrentou quando chegou? Você sofreu alguma discriminação quanto ao modo de falar assim que chegou ao Rio?

M: Vim para o RJ como missionária. O local onde o ministério atua hj é no Rio, não é por preferência minha. Demorou um pouco praeu me adaptar. O que mais era difícil eram os relacionamentos. A vida aqui é muito corrida, ninguém tem muito tempo. Como o ser humano não vive só, foi bem difícil encontrar companhias no meio de tanta pressa!

No início as pessoas zuavam bastante a forma cmo eu falava, hj diminuiu mais.

E: Se vc pudesse voltar pra lá o que faria? Deixaria o Rio de vez?

M: Com certeza! Estou esperando esse dia chegar.

A última interação mostrada é de uma rede acessada por MSN, entrevista com K. A atitude positiva revelada contraste com outros sujeitos. No entanto, K é quem assume a atitude negativa em relação aos membros locais subvertendo a posição dos demais sujeitos de pesquisa entrevistados que delimitam a amostra neste artigo.

E: ah, que legal então vc ainda deve estar na "fase turista", não é? conhecendo a cidade e tal...

K. tbm, tudo novidade né. Mais ja estou fazendo curso desde q cheguei. [...]

N: E nesse tempo q vc tá aqui, com vc temse adaptado??

K: ah, tudo tranquilo normal, só q o povo daqui é meio mal humorado.

N: “Ahh, vc achou?? mas cariocas são famosos pela simpatia...[...]

K: ah, sim...é...isso é verdade mas é característica de cidade grande, que nem em SP, as pessoas estão sempre correndo, com pressa, sem tempo nem pra um bom dia, licença, desculpe...”

N: sofreu algum tipo de discriminação por ser de lá, ou pelo seu sotaque?

K: nao nao rolou não bm se tiver rolado nem ligo leva na brincadeira sabe nao me toco com essas paradas nao, o povo zoa mais é normal.

N: mas, voltando à questão do sotaque, vc acha que já está falando parecido com a gente? hehe seu sotaque já está mudando, ou ainda não deu tempo...?

K: nao, meu sotaque tá a mesma coisa.

O entrevistado K inverte a ordem e estabelece outra orientação na medida em que toma pra si quem deve avaliar. O interlocutor K se coloca no lugar de quem deve avaliar e confirma a identidade regional mantendo seu dialeto de origem. Bem intencionalmente, mantém o tópico como referente principal, único, incluindo-se aí também traços linguísticos identitários.

Considerações finais

Podemos sintetizar dizendo que o estudo confirma, de acordo com a literatura especializada (que a escrita se impõe como agente normatizador, reduzindo drasticamente a variação e deixando, porém, alguns poucos vestígios dos dialetos de origem. A pesquisa empreendida apontou a forma como os interagentes constroem cadeias coesivas mesmo em interlocuções marcadamente entrecortadas, textos descontínuos (DESINAMO, 1997: 43).

As atitudes linguísticas ou reações subjetivas dos migrantes diante da valoração dialetal são codificadas através das expressões atributivas de menção única, sem

retomada ou continuidade linear, que, por não conformarem cadeias lineares, constituem uma categorização única do referente (KOCH, 2006: 29). É de se destacar que não foi possível estabelecer correlação entre as atitudes linguísticas codificadas por meio de expressões atributivas, pela região de origem do migrado ou pelo tipo de rede social *online* acessado.

Contudo, os resultados da interpretação do material linguístico proveniente das trocas entre entrevistador e sujeito de pesquisa atestam que a apropriação de estratégias de referenciação, ao contribuir para o desenvolvimento da metaconsciência textual, aumenta a capacidade de monitorar relações cotextuais e de manter os tópicos ou assuntos que estão sendo veiculados no foco da consciência (cf. CHAFE, 1987: 67). As cadeias textuais (RONCARATI, 2010: 33-35) operam mesmo em interações com descontinuidade de tópico e de processamento linguístico.

Referências

- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. 2004. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo, Parábola Editorial.
- CAMACHO, Roberto Gomes. 2013. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola Editorial.
- CHAFE, W. 1987. "Cognitive constraints on information flow". In: TOMLIN, R. (Ed.). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.
- DESINAMO, Norma B. 1997. "Apuntes para un análisis de textualización infantiles escritas. Lectura. El niño y el texto". *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras*. Maceió: UFAL, n. 2, pp. 57-66.
- GILES, H. 1980. "Accommodation theory: some new directions", *York Papers in Linguistics*, v. 9, p. 105-136.
- LINDE, C. 1987. "The life story: A temporally discontinuous discourse type". In Hans W. Dechert, & Manfred Raupach (Eds.),

Psycholinguistic models of production. Norwood, NJ: Ablex Publishing Corp. pp. 189-206

KOCH, Ingedore G. Villaça. 2009. “Como se constroem e reconstroem os objetos de discurso”. In: BARROS, K. S. M. de; VIEIRA, A. M. T. (Org.). *Investigações. Linguística e teoria literária*. Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística/UFPE. Recife: EdUFPE, v. 21, n. 2, p. 99-114

KOCH, Ingedore G. Villaça. ELIAS, Vanda Maria. 2006. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto.

MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. dos S. (Org.). 2004. *Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção do sentido*. Rio de Janeiro: Lucerna.

MOLLICA, Maria Cecília. *Migração, redes sociais, acomodação, variação e mudança*. Projeto de Pesquisa CNPq: Processo n. 303651/2009-1.

MOLLICA, C. . 2010. “Traços de rurbanidade *online* e *off line*”. Seminário do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB, abril. Mimeografado.

RONCARATI, Cláudia. 2010. *As cadeias do texto: construindo sentidos*. São Paulo: Parábola.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. 1968. “Empirical foundations for a theory of language”. In Lehman, W.; Malkiel, Y. (Org.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press. p. 97-195.

TRUDGILL, P. 1986. “Accommodation between dialects”. In *Dialects in contact*. Oxford: Blackwell.

A SOCIOLINGUÍSTICA COMO APOIO AO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Maria do Socorro Silva de Aragão
(UFC – UFPB)

*Indiferente às diferenças,
o fracasso escolar persistirá.
Philippe Perrenoud¹⁴*

1. Introdução

O chamado fracasso do ensino do português nas escolas do Ensino Fundamental e Médio, em nosso país, vem sendo estudado e discutido há muito tempo, sem, contudo, se chegar a um denominador comum das causas dessas dificuldades encontradas pelos alunos em falar e escrever sua própria língua materna.

As teorias sobre o assunto são as mais diversas, usando-se pressupostos teóricos, desde os de Bernstein, com o sentido de código restrito e código elaborado, passando por Chomsky, que, segundo Hudson (1980, p. 214), ao propor a competência linguística específica abriu caminho para a noção de incompetência linguística. Para Hudson, esta noção, é a de que a criança de classe baixa, ao chegar à escola, pode ser incompetente ao ser comparada com outras da mesma idade. Esta é a tese da *Teoria do Déficit*, a qual diz que as crianças de classe baixa têm um déficit linguístico. Chega-se, finalmente, a Labov, com a ideia de diferença e não deficiência linguística.

Parte-se, nessas análises, de pressupostos e ideologias diferentes e, talvez por isso mesmo, não haja, até agora, quem se atreva a dizer, com segurança, porque os alunos

¹⁴ PERRENOUD, Philippe. In “Como será a educação da próxima geração”. Caderno Folha [Sinopse]. São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 22 de julho de 2003, p. 11.

têm tantas dificuldades na aprendizagem da língua materna, em nosso país. Parte-se, por exemplo, da *ideologia do dom*, segundo a qual as causas do sucesso ou do fracasso dos alunos não se explicariam pelas falhas da escola, mas dependeriam das características de cada indivíduo, de sua aptidão, inteligência e talento. Outra ideologia é a chamada *ideologia da deficiência cultural*, que culpa as desigualdades sociais pelo bom ou mau rendimento do aluno na escola. Neste caso, a “*deficiência é cultural*”, a “*carência é cultural*”, a “*privação é cultural*” e os alunos das classes menos cultas, com déficits socioculturais, não teriam condições de, por exemplo, aprender a norma padrão. Por fim, há a *ideologia das diferenças culturais*, que tenta mostrar que não há uma cultura superior às outras. O que há são culturas diferentes. Contudo, um determinado grupo, que detém o poder e a dominação social, impõe sua cultura aos demais grupos, e a escola incorpora esses padrões, marginalizando os que são diferentes por terem outra cultura.

Uma das soluções discutidas por Soares é a do bidialetalismo para a transformação, em que a escola levará em conta não apenas o dialeto padrão, mas o não padrão, trazido para a escola pelas crianças de classes menos favorecidas. A autora propõe, a partir das discussões das diferentes teorias, uma Escola Transformadora, em que as diferenças sócio-linguístico-culturais dos alunos serão levadas em consideração. Diz ela:

Uma escola transformadora é, pois, uma escola consciente de seu papel político na luta contra as desigualdades sociais e econômicas, e que, por isso assume a função de proporcionar às camadas populares, através de um ensino eficiente, os instrumentos que lhe permitam conquistar mais amplas condições de participação cultural e política e de reivindicação social. (SOARES 1992, p. 49).

Nossas reflexões sobre o assunto baseiam-se, também, em algumas dessas teorias, mas nosso enfoque é o do multidialetalismo - para nós multidialetalismo é o uso de diferentes variações, ou dialetos - que devem existir na sala de aula. Como se sabe, o aluno é um caldeirão de “dialetos”, no sentido amplo que se dê ao termo dialeto, envolvendo, nessa mistura, os dialetos regionais, diatópicos, os sociais, diastráticos, nesses, os diageracionais, diagénéricos e estilísticos ou diafásicos.

Com toda essa variação que constitui a fala dos alunos, como, por exemplo, a escola privilegiar apenas a linguagem de uma região, um dos registros - o culto ou padrão - no seu aspecto mais formal, ou a linguagem dos adultos? É sobre esses aspectos que falaremos no presente trabalho.

Para esta discussão faremos uma série de considerações teóricas sobre a variação regional, social e estilística. Veremos, também, o que dizem os especialistas sobre a utilização dessas variantes no ensino da língua, tocando, ainda, no problema das crenças, atitudes e preconceitos, seja dos professores, seja dos próprios alunos.

2. As variações diatópicas, diastráticas e diafásicas

Sabe-se que a língua é um todo homogêneo, composto de partes heterogêneas que, reunidas, constituem a estrutura desse todo. O princípio da variedade na unidade é uma realidade que não se pode desconhecer.

Os avançados estudos dialetológicos e sociolinguísticos têm mostrado o quanto o conhecimento dessas variações pode ajudar num maior aprofundamento das análises linguísticas e no melhor conhecimento das línguas.

Contudo, esse desenvolvimento da dialetologia e da sociolinguística não tem sido bem aplicado no sentido de valorizar as variantes regionais e sociais na escola

fundamental, por exemplo, fazendo com que essas variações sejam vistas não como algo exótico, diferente, ou “errado”, em alguns casos, mas como parte do todo que constitui nossa língua. É necessário que se entenda o que muito bem frisou William Labov (1972, p. 5) “diferença não é deficiência”.

Nessa mesma linha de pensamento dizem Scarton e Marquardt:

As múltiplas variações observadas no sistema linguístico, ocasionadas por fatores vários, dão uma ideia multicolorida da língua, realçando seu caráter maleável, diversificado. Tal imagem corresponde a uma realidade evidente e desconhecê-la ou não levá-la em consideração o suficiente, significa ter uma concepção mutilada da língua. (SCARTON E MARQUARDT 1981, p. 6).

Outra questão também polêmica é quanto à amplitude e abrangência da Dialectologia, para estudar os dialetos regionais e da Sociolinguística para estudar os dialetos sociais: onde termina uma disciplina e começa a outra. Hoje, se pode ver que as barreiras entre o dialetal e o sociolinguístico ficam cada vez mais tênues. Falando sobre o assunto diz Fishman (1971, p. 36): “O que constitui uma variedade regional na sua origem, torna-se uma variedade social ou socioleto”.¹⁵

Já, no que diz respeito à variação estilística, as discussões vão mais longe uma vez que até a unidade de estudo desse aspecto é de difícil delimitação, e mesmo definição. Os autores usam, entre outros, os termos *nível*, *registro* ou *código*. E para o estudo do aspecto diafático ou diafásico partem de pontos de vista diferentes, mostrando que a variante estilística está diretamente ligada ao

¹⁵ Ce qui constituait une variété régionale à l’origine devient ainsi une variété sociale ou un sociolect. FISHMAN, J.A. Sociolinguistique. Paris: Natan/Bruxelles: Labor, 1971, p. 36.

ouvinte/leitor ou que o estilo é uma questão de ideologia ou de semiótica social, tornando o estudo cada vez mais complexo e de difícil definição.

Pode-se, contudo, do mesmo modo que a variação diatópica e diastrática, definir a variação diafática ou diafásica como a escolha que o falante faz ao falar e/ou escrever, de acordo com a situação linguística e extralinguística em que se encontre. A definição de McINTOSH sobre estilo é bastante pertinente:

Estilo, podemos dizer, é o modo de seleção de determinados padrões gramaticais e seqüências de padrões, de itens particulares do vocabulário e seqüências de itens: e naturalmente, (por implicação), a rejeição de outros.¹⁶ (McINTOSH 1972, p.248).

ou a definição de Bell quando afirma que o estilo está ligado ao mesmo falante utilizando diferentemente a língua em diferentes ocasiões, muito mais do que os modos diferentes de diferentes falantes falarem entre si. Em suas palavras:

[...] estilo envolve os modos pelos quais alguns falantes falam diferentemente em diferentes ocasiões em vez dos modos pelos quais diferentes falantes falam diferentemente de cada um dos outros.¹⁷ (BELL 1997, p. 240).

Concordamos com Hudson quando fala das desigualdades linguísticas que podem ser vistas como causa e consequência da desigualdade social, já que a língua ajuda

¹⁶ Style, we might almost say, is a matter of the selection of particular grammatical patterns and sequences of patterns, and of particular items of vocabulary and sequences of items; and of course (by implication) the avoidance of others. McINTOSH, A. Language and style. In: PRIDE, J.B.; HOLMES, J. **Sociolinguistics**. Middlesex, England: Penguin Books, 1972, 241/251, p. 248.

¹⁷ [...] style involves the ways in which the same speakers talk differently on different occasions rather than the ways in which different speakers talk differently from each other. BELL, A. Language style as audience design. In: COUPLAND N.; JAWORSKI A. (Orgs.) **Sociolinguistics: a reader**. New York: St. Martin's Press, 1997, 240/250, p.240.

a perpetuar essas desigualdades. Vejamos como ele trata do assunto:

A desigualdade linguística pode ser vista não apenas como uma *causa* (naturalmente, ao lado de muitos outros fatores) da desigualdade social, mas também como uma *consequência*, porque a língua é um dos mais importantes fatores mediante os quais a desigualdade se perpetua de geração a geração. (HUDSON, 1980, p. 193)

Muito pertinente é a visão de Bortoni-Ricardo, quando diz:

A principal influência dos estudos sociolinguísticos para a educação provém da ênfase veemente na premissa de que todas as variedades que compõem a ecologia linguística de uma comunidade, sejam elas línguas distintas ou dialetos de uma mesma língua, são funcionalmente comparativos e essencialmente equivalentes. Nenhum deles é inerentemente inferior e, portanto, seus falantes não podem ser considerados linguisticamente ou culturalmente deficientes. Essa premissa representou uma verdadeira revolução na forma de encarar as variedades ou línguas minoritárias nas escolas. Muito embora os preconceitos linguísticos não tenham desaparecido, a sociolinguística forneceu munição teórica e tecnológica para combatê-los, bem como para que os sistemas escolares começassem a se preocupar com a adequação de seus métodos às peculiaridades linguísticas e culturais de seus alunos que não provinham das camadas dominantes da sociedade. (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 151).

3. As variações e o ensino-aprendizagem da língua

Um dos princípios básicos da linguística é o de que

cada falante é único na sua experiência de linguagem e que, portanto, desenvolve uma gramática própria e única. Contudo, podem-se estabelecer algumas generalizações quanto à forma e tempo em que, por exemplo, uma criança se desenvolve linguisticamente.

Tentativas de hipóteses têm sido aventadas sobre o assunto, mas o número de pesquisas a esse respeito não nos dá segurança de como o fato acontece.

Uma dessas generalizações diz respeito aos modelos linguísticos que as crianças seguem: diz-se, por exemplo, que o primeiro modelo seguido pela criança é o dos pais, depois vem o dos colegas e por último o dos adultos de modo geral. A idade das crianças em cada uma dessas fases varia de autor para autor. Labov, por exemplo, diz que a 1ª fase corresponde aos 3/4 anos; a seguinte, a dos colegas, vai até os 13 anos e a partir daí a criança se guiará pelo mundo dos adultos, no qual está se inserindo.

Um fato importante apontado pelos sociolinguistas é a chamada “*age-grading*”, ou graduação da idade, encontrada em muitas sociedades, segundo a qual, na fase do modelo dos colegas as crianças usam formas linguísticas que só são usadas nessa fase, mas que permanecem e são transmitidas de geração a geração e que jamais serão usadas pelos adultos.

Alguns pesquisadores dizem que é na fase dos colegas que são estruturadas as bases da linguagem adulta.

Essas considerações são a respeito da aquisição da linguagem normal das crianças, mas, não nos esqueçamos, que elas vão construindo um modelo de mundo multidimensional, adaptando-se a todos os tipos de falas ou discursos, inclusive o de seus pais, mesmo que não sigam aquele modelo.

Outras fontes importantes são os meios de comunicação de massa, particularmente a TV, onde a criança ganha uma série de novas formas de fala, embora

essas falas possam, num momento dado, ser periféricas ou numa fase mais profunda, afetar sua fala normal.

Permanece a questão: em que idade a criança obtém a real significação social das diferentes formas de fala?

Há poucas evidências de que as crianças notem ou se apercebam das diferenças dialetais, mas elas começam a se dar conta dessas diferenças no período em que passam dos modelos dos pais para o dos colegas. Elas começam a perceber que os pais e colegas falam de modo diferente.

A criança vai aprender que duas línguas ou variedades são diferentes sistemas, cada um usado por tipos de pessoas diferentes, em situações específicas. Porém, quanto tempo ela levará para perceber os prejuízos que sofrerá ao crescer falando uma dessas variedades? E quanto tempo levará para perceber que essa escolha poderá prejudicá-la?

Essa constatação é contraditória, mas há algumas evidências que sugerem fortemente que há comunidades nas quais as crianças de quatro anos não só percebem esses prejuízos, mas, mesmo assim, continuam a usar essas formas, muitas vezes até à adolescência e à idade adulta. Não se sabe a razão disto.

Como a criança desenvolve então, sua própria fala? Sabe-se que as crianças de pouca idade usam a linguagem de acordo com o contexto social, variando de tipo de fala de acordo com as pessoas com quem fala. Contudo, não se sabe ainda a partir de que idade a criança começa a adquirir novos estilos de linguagem, ou como vai sofisticando o uso desses estilos.

Ao tratar do ensino de língua afirma Labov:

A língua na sala de aula deve ser uma propriedade comum a todas as classes sociais e grupos étnicos; livre da identificação com estilo masculino e feminino; neutro em relação à oposição entre alta cultura e cultura popular; independente de outros processos de

socialização do sistema escolar; e restaurar o vigor da vida cotidiana. Um passo nessa direção é rejeitar os símbolos socialmente significativos que carregam esse peso social.¹⁸ (LABOV, 1987, p. 245).

4. As possíveis causas do problema

Muitas são as causas, e os consequentes resultados, para os problemas do ensino da língua materna de modo geral e da língua portuguesa, no caso em estudo. Estudiosos do assunto apontam muitas causas: a escola, o professor, o método, o aluno, o material, a sociedade. Cada uma dessas causas seria a responsável maior pelo problema? Ou há uma conjugação de causas que culminariam com a chamada “decadência do ensino de língua materna”?

Alguns especialistas na área apontam como causas importantes das dificuldades dos alunos na aprendizagem da língua-padrão, o preconceito dos professores e o preconceito dos próprios alunos.

Crenças, atitudes e preconceito dos professores

Podemos identificar várias formas pelas quais as crenças, as atitudes e os preconceitos do professor podem trazer problemas para o aluno.

Tratando desse assunto Hudson (1980, p. 207) diz que os professores geralmente baseiam suas primeiras impressões sobre os alunos na sua forma de falar, mais do que todas as outras informações que possam ser relevantes.

¹⁸ The language of the classroom must be seen as a common property of all social classes and a ethnic groups, free from identification with male or female style, neutral to the opposition of high culture and popular culture; independent of the other socialization processes of the school system; and restored to the vigor of everyday life. One step in this direction is to strip away the socially significant symbols that carry such a heavy social loading. LABOV, W. The community as educator. In: LANGER, J. (Ed.) PROC. OF THE STANFORD CONFERENCE ON LANGUAGE AND LITERATURE. Norwood, NJ: Ablex, 1987, p. 145.

O professor pode fazer uma avaliação do aluno levando em consideração vários fatores. Mesmo assim, a amostra da fala é predominante na avaliação. Se essa avaliação for negativa prejudicará todos os outros aspectos avaliados.

Bernstein (1971, p. 52) e Dittmar (1976, p.32) mostram que as crianças de classe baixa podem ser julgadas desfavoravelmente em testes de inteligência por não serem capazes de perceber certas diferenças do uso da língua. Mesmo os testes de habilidades, usados na área educacional, põem muita ênfase na linguagem.

Quanto à ênfase ou não que se dê à língua-padrão Giles e Powesland (1975, p. 42) classificam os professores em 2 tipos: a) os que avaliam na base da língua-padrão e b) os que dão maior valor à fluência do aluno, o que orienta o julgamento de forma mais confiável.

A priori acha-se que o professor que se orienta para a fluência pode fazer julgamentos mais relevantes, mas é fácil ver como os que são orientados pela língua-padrão podem julgar mal a criança e podem prejudicá-la em seu desenvolvimento na escola.

Outro aspecto negativo é aquele em que o professor reforça qualquer prejulgamento negativo que os alunos tenham sobre sua própria fala.

Evidentemente, não são todos os professores que têm esse comportamento, mas a grande maioria age assim, mostrando ao aluno que ele não fala a língua-padrão, mas um dialeto ou tem um acento ou sotaque que é imperfeito, na ideia de que o aluno vai se corrigir e melhorar sua fala. Para Hudson (1980), isto reforça a visão negativa que o aluno faz de si mesmo fazendo-o permanecer como está por determinação própria.

Encerrando este assunto o autor diz que a linguagem da criança está intimamente ligada a seu senso de identidade e ela pode não querer mudar seu dialeto só

porque o professor quer.

Tratando desse assunto, Berruto mostra que é papel da sociolinguística alertar os falantes para esse problema, quanto à sua autoestima e inserção social. Diz ele:

[...] é um grande resultado para o sociolinguista poder ajudar aos falantes e ouvintes a orientarem-se, de algum modo, no “horizonte semiológico”, e a terem autoconsciência crítica de sua própria inserção social como pessoal e não como objetos.¹⁹(BERRUTO 1976, p. 152).

5. Preconceitos, crenças e atitudes dos alunos

Todos sabem que há crenças, atitudes, preconceitos e injustiças nas escolas. Talvez na pré-escola isto não seja tão forte, mas na adolescência, eles existem muito fortemente.

Tratando de crença e atitude diz Santos :

Crença seria uma convicção íntima, uma opinião que se adota com fé e certeza. [...]. Já atitude seria uma disposição, propósito ou manifestação de intento ou propósito. Tomando atitude como manifestação, expressão de opinião ou sentimento, chega-se à conclusão de que nossas reações frente a determinadas pessoas, a determinadas situações, a determinadas coisas, seriam atitudes que manifestariam nossas convicções íntimas, ou seja, as nossas crenças em relação a essas pessoas, situações ou coisas. (SANTOS, 1996, p. 8).

¹⁹ [...] es un gran resultado para el socio lingüista lograr ayudar a los hablantes a orientarse, de algún modo, en el “horizonte semiológico”, y a tener autoconciencia crítica de su propia inserción social como personas y non como objetos. BERRUTO, G. *La sociolinguística*. México: Editorial Nueva Imagen, 1976, p. 152.

Já Labov ao comentar a importância de se cuidar das atitudes linguísticas não só do aluno, mas também do professor, diz:

Já ficou constatado pelos pesquisadores (e.g. LABOV, 1966, SHUY 1969, WILLIAMS 1970) que as atitudes linguísticas são o outro lado da moeda do dialeto social. Isso significa que, se temos traços linguísticos que estão correlacionados com a estratificação social dos falantes, então parece plausível – e as pesquisas têm confirmado isso – que esses traços podem servir de pistas para a avaliação do ouvinte quanto ao status social dos falantes.²⁰ (LABOV 1973^a, p. 113).

Antes do ensino médio a criança não vê bem a diferença entre sua fala e a do professor, mas a partir desse nível de ensino ela percebe bem as diferenças.

As crianças parecem aprender melhor e mais facilmente, além de prestarem mais atenção, quando as informações são dadas em seu dialeto do que em outro. Assim, as crianças que usam o mesmo dialeto do professor podem aprender melhor. As crianças acreditam mais na opinião e ensinamentos de pessoas que falam seu dialeto.

Diz Hudson, ainda:

Não se sabe muito bem como minimizar este

²⁰ The point has already been made by a number of researchers (e.g. Labov, 1966, Shuy 1969, Williams 1970) that linguistics attitudes are the other side of the social dialect coin. That is to say, if we have language features that are known to be correlated with the social stratification of speakers, then it seems plausible – and a research has borne out – that such features may serve as cues in the listener's estimate of a speaker's social status. WILLIAMS, Frederick. Some research notes on dialect attitudes and stereotypes. In SHUY, Roger W. and FASOLD, Ralph W., (eds.), *Language attitudes: current trends and prospects*, 113-128. Washington DC: Georgetown University Press, 1973a, p. 113.

problema, mas é difícil ver como qualquer coisa pode ser alcançada a não ser que os professores tenham um claro entendimento da natureza do preconceito linguístico e sejam sensíveis a seus próprios preconceitos bem como aos de seus alunos. (HUDSON 1980, p. 214).

O autor conclui, ao dizer:

O problema para a escola parece ser: 1. Como os professores podem aprender a ver a linguagem da criança de forma mais séria, em termos qualitativos e quantitativos; 2. Se realmente é necessário ensinar na escola a língua-padrão e como se pode explorar a linguagem trazida pelo aluno como base para a aprendizagem sem parecer rejeitar sua cultura própria. (HUDSON 1980, p. 219).

Para ele as diferenças de aprendizagem da criança da classe trabalhadora se devem não à deficiência de sua linguagem, mas ao confronto entre códigos no contexto da instituição escolar.

Já Soares afirma que:

O conflito entre a linguagem de uma escola fundamentalmente a serviço das classes privilegiadas, cujos padrões linguísticos usa, e quer ver usados, e a linguagem das camadas populares, que essa escola censura e estigmatiza, é uma das principais causas do fracasso dos alunos pertencentes a essas camadas, na aquisição do saber escolar. (SOARES 1992, p. 6).

Wardhaugh não concorda que o problema seja tão simples e de tão fácil resolução, uma vez que envolve não apenas a linguagem. É muito mais amplo e o estudo da linguagem é apenas um dos fatores que concorrem para o problema da sociedade como um todo e da educação em particular. Assim, diz ele:

Podemos também lembrar que os problemas que os educadores têm em seu trabalho são extremamente complexos, e, enquanto linguistas podem contribuir para resolver alguns desses problemas, e suas contribuições podem ser amplas ou não; pois parece que a linguagem é apenas um fator entre tantos outros que devemos considerar quando tentamos resolver problemas de pressões sociais.²¹(WARDHAUGH, 1992, p. 343).

Chambers ao tratar da relação variedade padrão x variedade popular e os comportamentos dos falantes e ouvintes a essa variedade, propõe duas dimensões a serem levadas em consideração:

Uma dimensão denominada “orientação para o prestígio” (RYAN, 1979, p. 151) inclui qualidades que têm a ver com inteligência, educação, ambição, riqueza, sucesso e conquista, e os sujeitos atribuem as avaliações mais altas para essas qualidades aos falantes da variedade padrão. A outra dimensão, “orientação para a solidariedade”, inclui qualidades, tais como gentileza, amabilidade, amizade, bondade e confiança, e os sujeitos atribuem avaliações mais altas para essas qualidades aos falantes regionais ou de outras variedades não-padrão.²² (Chambers 1995, p)

²¹ We should also remind ourselves that the problems that educations must deal with in their work are extremely complex, and, while linguists may make a contribution toward solving some of these problems, that contribution may nor be a particularly large one; for it would appear that language is but one factor among many that we must consider when we try to solve pressing social problems. WARDHAUGH, R. *An Introduction to sociolinguistics*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1992, p. 343.

²² One dimension, called “status-stressing” (RYAN, 1979, p. 151) includes qualities having to do with intelligence, education, ambition, wealth, success and

Complementando essa mesma visão de Chambers, diz Fishman:

[...] uma variedade de fala (a padrão) é usualmente associada a status, alta cultura e aspiração à mobilidade social, enquanto a segunda variedade (a não-padrão) é tipicamente conectada com solidariedade, camaradagem e intimidade num grupo de baixo status.²³ (FISHMANM, 1970, p. 81)

6. O caso do ensino na língua portuguesa

Todos os aspectos até aqui levantados levam-nos a observar que o ensino da língua portuguesa em nosso país vem sofrendo dos mesmos problemas apontados pelos teóricos, que trabalharam com o ensino de língua materna em outros países. Assim, podemos do mesmo modo, dizer que a Escola Fundamental e a do Ensino Médio em nosso país levam em conta a ideologia do dom, a ideologia da deficiência cultural e muito pouco da ideologia da diferença cultural. Usa, também, os pressupostos teóricos do código restrito, do déficit linguístico e muito menos a ideia da diferença e não da deficiência linguística.

Por outro lado, os professores não estão alertados para a aceitação das variedades linguísticas que o aluno conhece e utiliza, por estarem ligadas à sua realidade regional, social e contextual, razão porque o preconceito linguístico aparece e tem se reforçado nas escolas, levando

achievement and subjects typically assign highest evaluations for these qualities to standard speakers. The other dimension “solidarity-stressing”, includes qualities such as kindness, liability, friendness, goodness and trust, and subjects assign highest evaluations for these qualities to regional or other non-standard speakers. CHAMBERS, Jack J. **Sociolinguistics theory**: linguistics variation and social significance. Cambridge: Basil Balckwell, 1995.

²³ [...] one speech variety (the standard) is usually associated with status, high culture and aspiration towards social mobility while the second variety (the non-standard) is typically connected with solidarity, comradeship, and intimacy within a low status group. FISHMANM Joshua. **Sociolinguistic**: a brief introduction. Rowley, Mass.: Newbury House, 1970, p. 81.

os alunos a também se sentirem diminuídos pessoal e socialmente por conta de sua linguagem.

Quais seriam as soluções? Já há, pelo menos nas Universidades, uma consciência de que a variação linguística deve ser prestigiada na sala de aula e que o chamado dialeto não padrão tem que ser valorizado no mesmo pé de igualdade com o dialeto-padrão. Mas, nesse caso, teríamos apenas um bidialetalismo, na sala de aula. O que estamos propondo é que não haja somente um bidialetalismo *língua padrão x língua não-padrão*; mas um multidialetalismo na sala de aula, em que sejam aceitas e valorizadas as variantes regionais, as variantes diastráticas, diageracionais, diagenéricas e diafásicas. É indispensável considerar que o aluno é oriundo de uma determinada região, pertence a uma classe sócio-econômico-cultural específica, é criança, adolescente ou adulto; é homem ou mulher; e usa a língua em contextos extralinguísticos os mais variados possíveis.

Falando sobre o problema da variação dialetal que o aluno trás para a escola, LEMLE afirma:

Saber mudar de um dialeto para o outro segundo a ocasião o exija, essa é a meta do educando. O papel do professor é o de tomar consciência das regras tácitas do jogo, e transmiti-las ao educando. (LEMLE, 1978, p 62).

Já a visão de Bagno nos parece bastante significativa nesta discussão. Diz ele:

Uma das tarefas do ensino de língua na escola seria, portanto, discutir criticamente os valores sociais atribuídos a cada variante linguística, chamando a atenção para a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa. (Bagno 2006, p. 8).

Concordamos com Berruto (1976, p. 151) quando fala dos códigos alternativos. Ou seja, não usamos, ao falarmos, apenas um código, e a escola deve levar em conta estes diferentes códigos que o aluno utiliza na sala de aulas.

Assim os define:

Códigos alternativos – ou seja, vários modos equivalentes e institucionalizados de expressar linguisticamente a própria experiência -, utilizados por diferentes grupos da comunidade. A educação escolar deve partir dessa comprovação, que tem, como primeiras implicações: a inaceitabilidade de um juízo de valor sobre um ou outro dos códigos alternativos; a exigência de adequar o ensino da língua às situações concretas manifestadas pelo falante, em lugar de ter como modelo intocável o código da língua oficial nacional [...].²⁴ (BERRUTO, 1976, p. 151).

De tudo que se viu até agora se pode concluir que, antes de se mudar o ensino de língua em nossas escolas, é necessário mudar a estrutura social vigente em nosso país. Acabar com as disparidades sócio-econômico-culturais que, com o decorrer do tempo têm aumentado o fosso que separa as classes menos favorecidas e, por consequência, menos escolarizadas, daquelas de alto poder econômico e de maior escolaridade.

Muito oportuna é a afirmação de Bittencourt (2003, p.10) quando diz que “[...] a escola não consegue produzir

²⁴ Códigos alternativos - es decir, varios modos equivalentes e institucionalizados de expresar lingüísticamente la propia experiencia -, utilizados por distintos grupos de la comunidad. La educación escolar debe partir de esta comprobación, que tiene, como primeras implicaciones: la inaceptabilidad de un juicio de valor sobre uno u otro de los códigos alternativos; la exigencia de adecuar la enseñanza de la lengua a las situaciones concretas manifestadas por el hablante, en lugar de tener como modelo intocable el código de la lengua oficial o nacional [...].(BERRUTO (1976, p. 151).

sozinha a igualdade quando a sociedade é desigual”.

Mudar mentalidades, abrir novos horizontes, saber respeitar a diversidade cultural e linguística dos alunos é tarefa lenta e demorada. Todavia, precisa ser iniciada e implantada definitivamente no Ensino Fundamental e Médio de nossas escolas quer públicas, quer privadas; e a universidade tem papel fundamental nessas mudanças, preparando administradores, professores, alunos e principalmente a sociedade para essa nova visão de Escola Transformadora, como muito bem disse Magda Soares.

Gostaríamos de encerrar esta conversa com uma citação de Faraco (2008, p. 182) quando diz:

[...] a língua legítima é uma língua semiartificial cuja manutenção envolve um trabalho permanente de correção de que se incumbem tanto os locutores singulares como as instituições especialmente organizadas com esta finalidade. Por intermédio de seus gramáticos, responsáveis pela fixação e codificação do uso legítimo, e de seus mestres que impõem e inculcam tal uso através de inúmeras ações corretivas, o sistema escolar tende (nesta e em outras matérias) a produzir a necessidade de seus próprios serviços, produtos, trabalhos e instrumentos de correção. (FARACO 2008, p. 182).

Referências

BAGNO, Marcos. 2006. “Nada na língua é por acaso: ciência e senso comum na educação em língua maternal”. In *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte: ano 12, n. 71, set.

BARBOSA, M. A. 1981. *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo*. São Paulo: Global.

_____. 1993. O léxico e a produção da cultura: elementos semânticos. I Encontro De Estudos Linguísticos de Assis. *Anais*. Assis; UNESP.

- BELL, A. 1997. "Language style as audience design". In COUPLAND N.; JAWORSKI A. (Orgs.) *Sociolinguistics: a reader*. New York: St. Martin's Press. 240/250.
- BERRUTO, G. 1976. *La sociolingüística*. México: Editorial Nueva Imagen.
- BIDERMAN, M.T.C. 1978. *Teoria lingüística: lingüística quantitativa e computacional*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- _____. 1989. "Léxico, testemunho de uma cultura". In Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica, XIX. *Anais*. Santiago de Compostela, 4/9/ de setembro.
- _____.(Org). 1984. *ALFA: Revista de Linguística*. São Paulo: UNESP, n.28, Suplemento.
- BITTENCOURT, Agueda B. 2003. In "Como será a educação da próxima geração". *Caderno Folha* [Sinapse]. Folha de S.Paulo, 26 de julho.
- BORTONI-RICARDO, Stela Maris. 2005. *Nós chegemu na escola, e agora?* São Paulo: Parábola.
- CHAMBERS, Jack J. 1995. *Sociolinguistics theory: linguistics variation and social significance*. Cambridge: Basil Blackwell.
- COUPLAND N.; JAWORSKI A. (Orgs.) 1997. *Sociolinguistics: a reader*. New York: St. Martin's Press.
- CYRANKA, Lúcia F. Mendonça. 2011. *Dos dialetos populares à variedade culta: a sociolingüística na escola*. Curitiba: Appris.
- DITTMAR, B. 1976. *Sociolinguistics: a critical survey of theory and application*. London: Arnold.
- FARACO, C.A. 2008. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola.
- FISHMAN, J. 1972. *The sociology of language*. Massachusetts: Newbury House Publishers.
- _____. 1970. *Sociolinguistic: a brief introduction*. Rowley, Mass.: Newbury House.

- _____. 1971. *Sociolinguistique*. Paris: Natan/ Bruxelles: Labor.
- GILES, H & POWESLAND, P.F. 1975. *Speech style and social evaluation*. London: Academic Press.
- HUDSON, R. A. 1984. *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LABOV, W. 1972. *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press,
- _____. 1987. "The community as educator". In LANGER, J. (Ed.) *Proc. Of the Stanford Conference on Language and Literature*. Norwood, NJ: Ablex.
- LEMLE, M. Heterogeneidade dialectal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro: 53/54-60/94.
- McINTOSH, A. 1972. "Language and style". In PRIDE, J.B.; HOLMES, J. *Sociolinguistics*. Middlesex, England: Penguin Books, p. 241/251.
- PERRENOUD Philippe. 2003. In "Como será a educação da próxima geração". *Caderno Folha* [Sinapse]. Folha de São Paulo, 22 de julho. p. 11.
- PRIDE, J.B.; HOLMES, J. 1972. *Sociolinguistics*. Middlesex, England: Penguin Books.
- SANTOS, Emmanuel. 1996. *Certo ou errado?* atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia.
- SCARTON, G.; MARQUARDT, L.L. 1981. O princípio da variação linguística e suas implicações numa política para o idioma. *Boletim do Gabinete Português de Leitura*. Porto Alegre: (24): 21-31, jun.
- SOARES, M. 1989. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática.
- TRUDGILL, P. 1979. *Sociolinguistics: an introduction*. Great Britain; Penguin Books.
- WARDHAUGH, R. 1992. *An Introduction to sociolinguistics*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell.

WILLIAMS, Frederick. 1973. Some research notes on dialect attitudes and stereotypes. In Roger W. Shuy and Ralph W. Fasold, (eds.), *Language attitudes: current trends and prospects*, 113-128. Washington DC: Georgetown University Press.

COMO SE APRESENTA O PORTUGUÊS DO BRASIL? “PRIMEIROS TRAÇADOS” DO ALiB

Jacyra Andrade Mota
(UFBA/CNPQ²⁵)

Suzana Alice Marcelino Cardoso
(UFBA/CNPQ²⁶)

A Cláudia Roncarati (in memoriam), que acompanhou, sempre com muito carinho, o caminhar do Projeto ALiB, esta nossa primeira investida sobre o volume de cartas.

Com o aparecimento dos dois primeiros volumes do *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), já se pode pensar em descortinar alguns dos múltiplos caminhos da língua portuguesa no território brasileiro. A possibilidade de se passar a dispor de dados intercomparáveis, ou seja, colhidos sob a mesma metodologia e com a mesma orientação, representativos das diversas regiões em que geograficamente se estrutura o Brasil, afigura-se como um convite a descobrir essas veredas da nossa língua majoritária no país.

Com essa motivação, busca-se neste artigo examinar alguns dos resultados apresentados no Volume 2 do *Atlas Linguístico do Brasil* (CARDOSO et al., 2014) e, a partir da sua análise, inferir como se apresenta a língua portuguesa no Brasil nesse alvorecer do terceiro milênio. Para tanto, (i) parte-se de uma breve apresentação do ALiB, focalizando os procedimentos metodológicos e a dimensão do *corpus* constituído, (ii) analisam-se algumas das cartas, selecionadas entre as fonéticas, as semântico-lexicais e as

²⁵jacymota@gmail.com; www.alib.ufba.br

²⁶suzalice@gmail.com; www.alib.ufba.br

morfossintáticas para (iii) concluir com uma reflexão sobre possíveis áreas que se delineiam diatopicamente.

1. A construção do ALiB

Como um projeto coletivo, “nasceu” em finais de 1996, exatamente no mês de novembro, quando se realizou na Universidade Federal da Bahia, por iniciativa da Equipe de Dialetoлогия do Instituto de Letras, o *Seminário Caminhos e Perspectivas para a Geolinguística no Brasil*. Com a presença de autores de atlas regionais e de professores e pesquisadores da área de Dialetoлогия (de várias partes do país) e de um representante da área na Europa, o Professor Michel Contini – um dos responsáveis pelo *Atlas Linguistique Roman* e pelo *Atlas Linguarum Europae* – deliberou-se pela retomada da ideia de realização de um Atlas Linguístico do Brasil no tocante à língua portuguesa. Desse tema se ocuparam linguistas brasileiros nos meados do Século XX, e o assunto motivou um Decreto do Governo Brasileiro, o Decreto n.º 30.643, de 20 de março de 1952, que incluía entre as finalidades da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa a realização de um Atlas Linguístico do Brasil.

Coordenado por um Comitê Nacional – um diretor-presidente, um diretor executivo, e cinco diretores científicos –, o Projeto ALiB conta com seis regionais, equipes coordenadas por diretores científicos e pelo diretor executivo, e foi previsto para se desenvolver em quatro grandes etapas. Entre 1996 e 2002, o Comitê Nacional, em reuniões realizadas periodicamente, definiu os princípios metodológicos a serem seguidos, fixou o perfil e o número de informantes, a rede de pontos e os tipos de questionário a serem utilizados na constituição do *corpus*, como, resumidamente se apresenta a seguir.

Como um projeto que visava à pluridimensionalidade de parâmetros, previu-se, como perfil para os informantes do ALiB, a distribuição por gênero, faixa etária e

escolaridade, tendo-se afastado, portanto, daquele modelo tradicional, seguido pela Geolinguística desde o final do Século XIX, em que os informantes eram identificados como NORM (*nonmobile, older, ruralmale*), de acordo com Chambers e Trudgill (1994, p. 57), ou, em versão portuguesa, como HARAS (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário), na proposta de Zágari (2005, p. 52).

Assim, os 1.100 informantes previstos distribuem-se equitativamente pelos dois gêneros, por duas faixas etárias — uma de 18 a 30 anos, outra de 50 a 65 anos — e por dois graus de escolaridade — fundamental incompleto e universitário completo —, fornecendo dados para a consideração das dimensões diagenérica, diageracional e diastrática.

Para fazer face às dimensões continentais do País e tornar o projeto viável, foi necessário limitar a oito o número de informantes, nas capitais de Estado, e a quatro, nas demais cidades; reduziram-se a duas as faixas etárias dos informantes, desprezando-se a intermediária, entre 30 e 50 anos, apesar da importância que se atribui, hoje, a essa faixa, em estudos de natureza sociolinguística, a partir da observação de seu comportamento, em determinadas comunidades, sensível ao prestígio atribuído às variantes e preocupado com uma norma mais próxima da considerada ideal ou culta.

Em função dos objetivos do Projeto ALiB, não se introduziu a variação diatópico-cinética a que se refere Thun (1998, p. 375), a propósito dos parâmetros considerados no *Atlas Lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay (ADDU)*, preferindo indivíduos demograficamente estáveis.

A rede de pontos, inevitavelmente menos densa do que a dos atlas regionais, caracteriza-se pela inclusão apenas de sedes municipais, distribuídas por toda a extensão territorial, levando em conta os limites

interestaduais e internacionais, assim como a densidade demográfica de cada região e de cada Estado.

A escolha das localidades considerou dados de povoamento e de desenvolvimento sociopolítico, econômico e cultural de cada área, sem a preferência por localidades isoladas e pouco desenvolvidas, como na Geolinguística identificada como tradicional e, à exceção do Distrito Federal e de Palmas, Tocantins, por serem capitais com poucos anos de fundação, inclui todas as capitais brasileiras.

Os questionários (COMITÊ NACIONAL, 2001) para a constituição do *corpus* contemplam os diferentes níveis da língua, subdividindo-se em fonético-fonológico (QFF), semântico-lexical (QSL) e morfossintático (QMS), e contendo, além desses, quatro questões de pragmática, seis perguntas de natureza metalinguística, quatro temas para a documentação de discursos semidirigidos e um texto para leitura.

A diversidade de dados assim obtida possibilita a análise de outra dimensão – a diafásica ou estilística. Esta perspectiva se impôs, porque o informante, ao responder a questões diretamente dirigidas, especialmente no início da entrevista, monitora mais a sua fala, evitando variantes estigmatizadas ou preferindo aquelas a que atribui maior prestígio, atitude não presente, por exemplo, no relato de fatos marcantes de sua vida, quando solicitado, ou em comentários espontâneos, a propósito de alguma questão.

Com o objetivo de, na medida do possível, uniformizar a aplicação dos questionários, tornando os resultados intercomparáveis, todas as questões apresentam uma formulação inicial, reformulável, quando necessário.

Os questionários foram preliminarmente testados em inquéritos experimentais, que se realizaram em diferentes regiões do País. O conjunto de questões sofreu inúmeras revisões até que se chegasse à versão final, publicada em

2001 pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nada obstante, no decorrer da pesquisa, novos ajustes se fizeram necessários e, como sabem os que trabalham com a recolha de dados empíricos, o questionário ideal só surgirá após a realização de todos os inquéritos, tendo em vista, principalmente, a extensão territorial do País e o grande número de pesquisadores que integram o Projeto ALiB. Muitas dessas dificuldades já as reconhecia Gilliéron, chegando a comentar, como resposta a críticas que lhe foram dirigidas, que “*Le questionnaire... pour être sensiblement meilleur, aurait dû être fait après l’enquête*” (Apud POP, 1950, p. 120).

Iniciada em 2001, a constituição do *corpus* foi concluída em 18 de setembro de 2013. O processo de análise, desenvolvido paralelamente à constituição do *corpus*, permitiu que os dois primeiros volumes viessem a ser publicados pela EDUEL, Editora da Universidade Estadual de Londrina, uma das universidades parceiras do Projeto ALiB, em outubro de 2014, por ocasião da realização do III Congresso Internacional de Dialetoologia e Sociolinguística.

O Volume 1 - *Introdução* – apresenta de forma resumida a história da construção do projeto ALiB, fornece os instrumentos metodológicos utilizados na pesquisa e traz considerações sobre a rede de pontos explorada no Volume 2 - *Cartas Linguísticas 1*, ou seja, das 25 capitais, uma vez que, pelas razões já mencionadas, Palmas e o Distrito Federal não se incluem nesse rol. A essas informações agrega-se a relação de pesquisadores, inquiridores e bolsistas de Iniciação Científica envolvidos na construção desse projeto nacional, das suas origens à data de publicação dos primeiros resultados.

O Volume 2 constitui-se de 10 cartas introdutórias e 159 cartas linguísticas. Estas se distribuem entre cartas fonéticas, 46, das quais constam duas cartas prosódicas; cartas semântico-lexicais, 106; e cartas morfossintáticas,

sete. Do ponto de vista do enfoque dado, as cartas são majoritariamente de cunho exclusivamente diatópico, mas há um representativo número, quando os dados assim o justificavam e até de certo modo exigiam, de cartas que, aos dados diatópicos juntam-se outros de caráter diageracional ou diastrático ou diassexual. Em todas elas buscou-se, de forma sistemática e generalizada, indicar os percentuais de ocorrência em cada ponto documentado.

A publicação desses dois primeiros volumes e, particularmente, do Volume 2, abre caminho para uma reflexão mais ampla sobre a realidade do português brasileiro e instiga a buscar respostas para particularidades areais que já se tornam evidentes. E disso passamos a tratar, dentro das limitações a que a disponibilização de dados apenas das capitais nos impõe.

2. Primeiros traçados

O Volume 2 do ALiB traz um conjunto de cartas linguísticas referentes a dados das capitais dos estados das quais, para estas considerações, serão tomadas as cartas F 05 C1— /S/ em coda silábica interna e externa. *Realizações nas capitais —, L 08 — Aipim. Denominações registradas nas capitais — e M 02 — Tratamento do interlocutor. Tu e Você, nas capitais.* Ao examiná-las, busca-se descrever a realidade das capitais no que concerne ao fenômeno cartografado; e lançar uma vista d'olhos sobre as tendências que se esboçam, no sentido de sugerir possíveis caminhos para o traçado de isoglossas. Esse seria um alvo a se conseguir, com maior nitidez, no momento em que passarmos a dispor dos resultados obtidos em todas as localidades, ou seja, das 225 cidades distribuídas pelo interior dos estados, que virão se somar aos já disponíveis dados das 25 capitais.

F 05 C1— /S/ em coda silábica interna e externa.
Realizações nas capitais

A carta F05 C1 apresenta a variação nas capitais

brasileiras, entre as realizações alveolares e palatais para o /S/ em coda silábica interna, como em *fósforo*, *casca*, *estrada*, *rasgar* e externa, como em *arroz*, *três*, *colegas*, *giz*²⁷.

Como se verifica na Figura 1, destacam-se, pela predominância das variantes palatais, nos dois contextos – Rio de Janeiro, no Sudeste, Florianópolis, no Sul, Belém e Macapá, no Norte – vindo a seguir, com menor percentual em posição externa, Manaus, no Norte, e Recife, no Nordeste. Nas demais capitais, o percentual de palatais não ultrapassa 50%, encontrando-se, em Teresina, no Nordeste, Campo Grande e Goiânia, no Centro-Oeste, Belo Horizonte, Vitória e São Paulo, no Sudeste, e Curitiba, no Sul, índices abaixo de 25%, restritos, na maioria delas, aos contextos mais favorecedores, como a posição interna e a presença da consoante oclusiva /t/ na sílaba subsequente. Em Porto Alegre, os dois únicos registros da variante palatal verificaram-se no vocábulo *estilingue*²⁸, não tendo sido cartografados, pelo fato de o informante ter declarado conhecer, mas não utilizar essa denominação, como consta da Nota à carta F 05 C1.

²⁷ Cf. Questionário fonético-fonológico, 15, 31, 67, 88; 21, 63, 85 e 85, respectivamente.

²⁸ Cf. Questionário semântico-lexical, 157.



Figura 1: Reprodução da Carta F05 C1 (ALiB, 2014) L 08 – Aipim. Denominações registradas nas capitais

A Carta L 08 (Figura 2) reúne variantes lexicais para identificar um tipo de raiz não venenosa consumida frita, assada ou cozida, e de que também se fazem doces e bolos. Como se observa na Carta, registram-se, no território nacional, as denominações *aipim*, *macaxeira* e *mandioca*. Dessas três formas, uma delas, *mandioca*, documenta-se, também, para denominar um tipo de raiz muito similar a essa, mas que se caracteriza por ser venenosa e por ser usada para produzir uma farinha, muito conhecida em todo o território nacional, que se utiliza como complemento da comida em qualquer refeição, mas, particularmente, no almoço e no jantar. A Carta L 10, que trata da semasiologia de *mandioca* mostra a distribuição de uso da forma conforme o sentido de que se reveste e a área geográfica em que é utilizada.



Sobre as variantes documentadas na Carta L 08 (Figura 2), apresenta-se um breve comentário.

Aipim — Distribui-se, particularmente, pelas capitais costeiras, à exceção de Curitiba que não se encontra à beira mar. Em algumas capitais, como mostra o mapa, trata-se da única variante registrada, como aconteceu em Porto Alegre, Florianópolis e Salvador. Em outras, convive com a variante *mandioca*, como registrado em Curitiba, Rio de Janeiro e Vitória, verificando-se que no Nordeste surge ao lado de *macaxeira*, em Aracaju, Maceió e Natal, e, ao Norte, em Belém, convivem as três variantes, nada obstante registrar-se um percentual mais elevado para a ocorrência de *macaxeira*.

Macaxeira — É denominação típica do Norte e Nordeste, tendo sido a única variante registrada nas capitais Recife, São Luís, Macapá, Boa Vista, Manaus e Rio Branco.

Na metade Sul do Brasil, incluindo-se Salvador, não foi documentada.

Mandioca — É predominante nas capitais da Região Centro-Oeste, com registro exclusivo, documentando-se, em idênticas condições em São Paulo e em Belo Horizonte. Registra-se, ainda, e ao lado de *aipim*, em Curitiba, Rio de Janeiro, Vitória, João Pessoa, Fortaleza, Teresina, Belém e Porto Velho.

Essa variante também ocorre com adjetivação, *mandioca mansa*, e distingue, na área, da raiz similar, mas de caráter venenoso, a que denominam *mandioca brava*.

As cartas que se apresentam a seguir (Figuras 3, 4 e 5) destacam da Carta ALiB L 08 cada uma das variantes registradas, delineando a área de predominância.

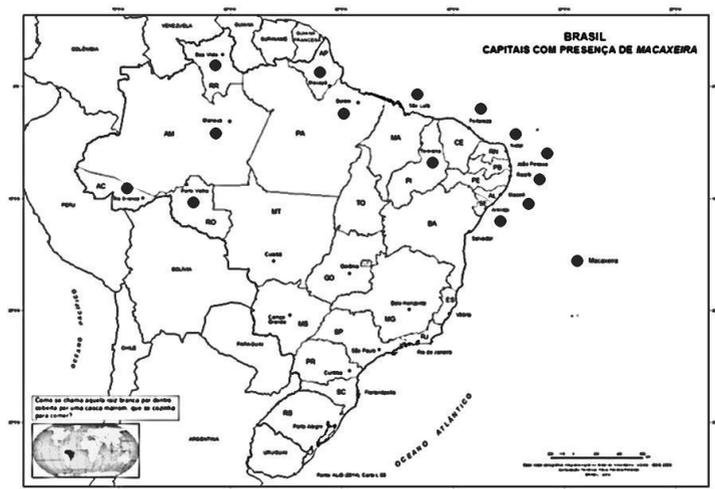


Figura 3: Distribuição de macaxeira
Fonte: Carta L 08 (ALiB, 2014)



Figura 4: Distribuição de mandioca - Fonte: Carta L 08 (ALiB, 2014)



**Figura 5: Distribuição de aipim
Fonte: Carta L 08 (ALiB, 2014)**

M 02 — Tratamento do interlocutor. Tu e Você, nas capitais
Os dados cartografados exibem a realidade das

capitais brasileiras no tocante ao tratamento do interlocutor: é a forma *você* que detém a dominância. Ao lado dessa constatação, outra se impõe: a existência de algumas, podemos dizer, ilhas de prevalência do tratamento *tu* — Porto Alegre —, ou de acentuada tendência à seleção desse pronome — Florianópolis, São Luís, Belém, Macapá e Rio Branco (Figura 6).



Figura 6: TU e VOCÊ
Fonte: Carta M 02 (ALiB, 2014)

Uma pergunta, diante desses resultados, se impõe: por que exatamente nas áreas extremas se esboça a preferência por *tu* ou a tendência a essa seleção? Porto Alegre atinge, como registrado na carta, percentual entre 76-99%, e Florianópolis se une às quatro capitais mais ao Norte — uma no extremo Nordeste e três ao Norte. Essa resposta espera-se vir a ser dada no momento em que o estudo abrangendo todos os demais pontos da rede, ou seja, o conjunto de localidades distribuídas por todos os estados da Federação seja concluído.

3. Que traçados se esboçam?

Como se observa das considerações apresentadas, esboçam-se algumas áreas, ou, melhor dizendo, subáreas dialetais, para cuja sustentabilidade a realidade mostrada por essas três cartas do ALiB sugere um caminho a ser percorrido e para cuja verificação efetiva os resultados das 250 localidades investigadas virão demonstrar de forma cabal.

Quanto às realizações palatais e alveolares para o /S/ em coda silábica – que Câmara Jr. (1970, p. 41) identificou como “... um *shibboleth* entre o português do Rio de Janeiro e quase todo o resto do Brasil, bem como Portugal, e o português de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul” –, os dados do ALiB mostram a maior frequência de palatais no Rio de Janeiro e em Belém; seguindo-se, em ordem decrescente, Florianópolis, Macapá, Recife e Manaus. Esse fato vem sendo explicado por influência portuguesa, ou, mais especificamente, em algumas áreas, pela presença açoriana.

O exemplo do léxico, exhibe, com certa definição de contorno, três grandes áreas no que diz respeito à denominação para *aipim*: uma área que recobre o Norte/Nordeste, à exceção da Bahia – a área de *macaxeira*; uma área que se caracteriza por percorrer a costa marítima, com algumas interrupções – a área de *aipim* (ausência da forma em Recife, João Pessoa, Fortaleza e São Luís); e uma terceira área, a de *mandioca*, típica da região Centro-Oeste e Sudeste, com incursões pelo Norte e Nordeste, mas com baixos índices de registro.

Quanto aos dados de distribuição dos usos de *tu/você*, chama a atenção a preferência por *tu*, de forma altamente representativa, em Porto Alegre, e de forma acentuada em Florianópolis; seguido, nas mesmas proporções, pelo que se registra em São Luís, Belém, Macapá e Boa Vista, mostrando, assim, uma proximidade, apesar da grande distância que separa os pontos do extremo Sul daqueles do

extremo Norte.

Por fim e à guisa de conclusão, esboçamos caminhos que os dados naturalmente sugeriram e, de certo modo, começam a delinear. O traçado de isoglossas de cunho nacional e uma contribuição efetiva e fundada em dados empíricos (frutos da coleta *in loco*, para uma divisão dialetal do Brasil) só poderão ser atingidos quando estiverem concluídos os estudos sobre as demais 225 localidades da rede de pontos. Tais dados haverão de permitir afirmar, complementar ou redefinir, ou um pouco de cada veio, a proposta de Nascentes (1953), primeira a mostrar arealidade brasileira, com a identificação de dois grupos de falares (os do Norte e os do Sul), subdivididos, em cada uma dessas áreas, em diversos subfalares. E isso esperamos que não tarde!

Referências

- Atlas Linguarum Europae (ALE)*. 1998. Assen-Maastricht: Van Gorcum, 1983-1990. v. 1-4. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, v. 5.
- Atlas Linguistique Roman (ALiR)*. 2002. Roma: Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato; Libreria dello Stato, 1996. v. 1, 1996, v. 2.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. 1970. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- CARDOSO, Suzana Alice *et al.* 2014. *Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB)*. Londrina: EDUEL.
- CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. 1994. *La dialectología*. Tradução de Carmen Morán González. Madrid: Visor Libros.
- COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. 1998. *Atlas Lingüístico do Brasil*. Questionários. Londrina: EDUEL.
- ELIZAINCÍN, Adolfo; THUN, Harald. 2000. *Atlas Lingüístico y diatópico del Uruguay*. t. I, fasc. A 1. Kiel: Westensee.
- NASCENTES, Antenor. 1953. *O linguajar carioca*. Rio de

Janeiro: Simões.

POP, Sever. 1950. *La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques*, v. 1 e 2. Louvain: Chez l'Auteur; Gembloux, Duculot.

THUN, Harald. 2000. "La géographie linguistique romane à la fin du XX siècle" In XXIIe. Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes, 1998, Bruxelles, *Actes...v. III*, Tübingen: Max Niemeyer. p. 367-388.

ZÁGARI, Mário Roberto. 2005. "Os falares mineiros: esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais". In AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). *A geolingüística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL. p. 45 - 72.

EDIÇÃO, PÚBLICO LEITOR E UM TRATADO ANTIGO SOBRE A PESTE²⁹

Maria Carlota Rosa
(UFRJ)

1. Introdução

O pano de fundo deste artigo é o preparo de uma reedição de um tratado sobre a peste publicado em Portugal em fins do século XV, talvez em 1496, o *Regimento proveitoso contra a pestenença*, cujo original latino é atribuído a Johannes Jacobi (Roque, 1979), anterior em cerca de um século à tradução portuguesa.

Uma *edição* é a “apresentação de uma obra ao público”, como notava Roncaglia (1975: 15), nas notas de seu curso de Filologia transformadas em livro. Cambraia (2005) subdivide o conceito de *edição* em sete tipos gerais, segundo critérios diferenciados, sendo o sexto tipo aquele que se baseia “na *reelaboração do texto*” (Cambraia, 2005: 89 – *ênfases no original*). Classifica nessa categoria as edições *revista, atualizada, ampliada/aumentada*, mas também a *edição modernizada*, em que se aplicam a textos antigos modernizações “sobretudo linguísticas” (Cambraia, 2005: 89). A definição de *edição* envolve, portanto, questões sobre o próprio conceito de *obra* e sobre o que está sendo levado a que público.

A edição de textos antigos tem como uma de suas metas ajudar a reconstruir o passado. Quando o objeto da edição tem mais de meio milênio e se situa numa das áreas de conhecimento, trazê-lo a público novamente levanta questões sobre o público da obra, o atual e o antigo. Neste artigo focalizam-se dois aspectos relacionados ao público leitor a que uma obra médica antiga se destina. Um deles é

²⁹ Versão preliminar apresentada no Colóquio História e Doenças: estudos e perspectivas, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), 2008.

o cuidado com a atualização linguística da obra, que coloca em paralelo uma edição atual e a edição antiga; o outro é a classificação da obra editada em acordo com a função que teve em sua época.

Focaliza-se aqui, primeiramente, o conceito de tradução e, em seguida, a função de uma edição.

2. A adequação linguística

A tradução de um texto é a demonstração por excelência de preocupação com o entendimento da obra pelo público leitor³⁰. Até o Século XVII a língua portuguesa desconheceu o vocábulo *traduzir* e o conceito que lhe é modernamente atribuído, de “transpor um texto de uma língua-fonte para uma língua-alvo”. *Traladar*, o termo então em uso, era mais abrangente que o atual. Uma consulta ao dicionário de Machado (1977) é elucidativa a esse respeito. Ao atribuir a *traslado* o sentido geral de ‘transferido, copiado’, Machado reflete a concepção de que *traduzir* e *copiar* eram percebidos como um único ato de transferência ou transporte. O fato de a língua em que fora escrito o texto-fonte ser ou não aquela em que se processava a redação do texto-alvo não parece ter constituído razão suficiente para distinguir, a princípio, ambas as tarefas. Em outras palavras: a mesma liberdade para alterar, acrescentar ou suprimir partes em relação ao modelo copiado tanto era permitida ao se *trasladar* São Bento (480-547) do latim *em lingoagem portugues* séculos após sua morte, como ao se reescrever um texto já escrito em português, caso, por exemplo, da *Vita Christi* impressa em Lisboa por Nicolau da Saxônia e Valentim Fernandes em 1495, que reescrevia o texto português de 1445. No primeiro caso tem-se uma tradução interlínguas; no segundo, uma tradução intralíngua (Jakobson, 1959; Buridant, 1983).

No caso de uma tradução intralíngua, ter-se-ia “a

³⁰ A distinção entre tradução interlínguas e intralíngua retoma Rosa (1994: 97-100).

interpretação dos signos verbais por meio de outros signos da mesma língua” (Jakobson, 1959: 64), e Buridant (1983) nela incluiu a passagem do manuscrito a impresso em fins do século XV, bem como as diversas reescritas de um texto na “mesma” língua em épocas diferentes. No caso da tradução interlínguas – a “interpretação dos signos verbais por meio de alguma outra língua” (Jakobson, 1959: 65) – Buridant (1983) incluiu glosas e adaptações.

Tanto num caso como noutro, interfere-se no texto-fonte. Por isso, segundo Buridant (1983: 117),

mesmo no caso extremo em que alguém se louva de ter respeitado escrupulosamente o texto, admite-se a liberdade em relação a ele para glosá-lo, embelezá-lo ou acentuar-lhe o impacto moral: preocupações didáticas provocarão desenvolvimentos explicativos, preocupações paragógicas, desenvolvimentos morais; ornatos retóricos ajudam do mesmo modo a apoiar a lição.

E completa:

O texto-fonte não é considerado necessariamente como um objeto acabado em sua alteridade e em sua ‘estranheza’: é sempre suscetível de adaptações que ninguém está autorizado a chamar ‘traições’, na medida em que a matéria seja respeitada e tenha a função de melhor adaptar a mensagem ao público que se deve edificar ou instruir.

As traduções interlínguas formam a maior parte da literatura impressa em Portugal em finais do século XV e início do século XVI. Rara era a obra originalmente em vernáculo, como raro era o escritor cuja cultura literária não tivesse sido adquirida em latim – e ainda em grego ou hebraico. A eclosão das literaturas nacionais em prosa foi fenómeno posterior às traduções do latim, grego e mesmo do árabe. As versões para o vernáculo surgiram na medida em que se compreendeu que o latim ia perdendo o papel de

língua de contato no mundo europeu, ao mesmo tempo em que se ampliava o público leitor com o advento da imprensa de tipos móveis.

O *Regimento proueytoso* é uma tradução do latim. Destinou-se ao público em geral. O texto dirige-se aos vivos, são e doentes, e não apenas a médicos³¹:

¶Começa se huñ boõ regimento **muyto neçessa** rio & muyto proueitoso aos viuentes. & per conseruaçam de suas saudes & segurança das pestinençias.

Para esse público, não se manteve o latim: fez-se a tradução para o português. Segundo Roque (1979), Johannes Jacobi, médico que teria vivido em Montpellier no Século XIV, teria escrito *De pestilentia*, que conheceria uma versão sincrética pela mão de Raminto, o *Tractatus de regimine pestilencico*. É esta a origem da tradução portuguesa de Fr. Luiz de Rás.

Fey
to per ho reuerendissimo Senhor dom Raminto bispo arusiense: do regno de dacia. **E tralladado de latim em lingoagem** per ho reuerendo padre frey Luys de ras: mestre em sancta theologia da ordem de sam francisco.

Nesse período o português sequer é identificado como *língua*: é ainda considerado *linguagem*, isto é, uma forma de expressão que, diferentemente de uma língua, não deveria ter representação escrita. Escrever em vernáculo constitui-se, nessa fase, numa concessão aos incultos, os *simprizes e nõ letrados*³², mas também implicava o reconhecimento de que desse modo se ampliava o público potencial do *Regimento*.

³¹ O itálico indica desenvolvimento de abreviatura.

³² Expressão empregada por Valentim Fernandes no prólogo à sua edição de *Ho liuro de Marco paulo* (Lisboa: Valentim Fernandes alemão, 1502. fol. A3v).

Traduzir para uma língua sem tradição escrita exigiu do tradutor o emprego de estratégias que permitiram estampar lado a lado o termo mais formal e o mais conhecido. Explica-se desse modo o emprego abundante de *ou*, de *scilicet* (lat. ‘a saber, isto é’), de *que é* ou ainda do verbo *chamar*, como exemplificado em seguida.

- & tal morbo **ou** jnfirmitade as vezes he febre. & as vezes apostema
- porque podera ser *que* alguñ delles sera apeçonhento **ou** ferido
- & tal salsa he muyto boña & destruye & quita **ou** tira toda podridom
- em alguñ *que* teem corrença **ou** fluxu do ventre
- & depois *que* a vea for ferida **ou** aberta aproueyta muyto tomar muyto prazer
- emtam leyxe yr a vea aberta **ou** ferida atee o retardamento do sangue
- porque pequena sangria: **ou** pequena sayda de sangue. mais fortemente esperta a peçonha
- Segunda *questam* he esta. ¶ Se taaes jnfirmitades pestilências sam contagiosas **.scilicet.** se se apegam.
- *que* primeiro se deue o homem de afastar do mal & inclinar se ao bem **.scilicet.** *que* homem primeiramente ha de confessar seus pecados humildosamente.
- se *nom* se a ydade ou outra cousa for em contrayro. assy como he em as molheres *que* som prenes. ou em alguñ muyto fraco **.scilicet.** em alguñ *que* teem

corrença ou fluxu do ventre

- sangue se em ha vea meaã daquelle meesmo braço. ou na vea epatica **.scilicet.** em a vea *que* he açerca do dedo mais pequeno
- ¶ E se pella ventura sentir chagas depois de dormir: emtom ha de menuyr o sangue em a parte crucifixa **que he** a parte contrayra.
- da vea *que* he açerca do dedo menor: ou açerca do articulo *que* he de muytos medicos **chamada** basilica.
- Tomaras hũa herua *que* **chamam** barbajouis. & outro que **chamam** serpillio *que* acharas ao boticaíro.

Pode ser esboçado o paralelo entre o trabalho do tradutor antigo e o trabalho do editor que prepara uma edição modernizada na atualidade. O preparo de uma edição modernizada de um texto antigo é um trabalho de tradução no sentido amplo que Jakobson e Buridant atribuíram ao termo. Adequar uma obra ao leitor moderno levanta questões acerca do tipo de interferência no texto a ser editado. A seguir apresenta-se um excerto do *Regimento* em que as únicas alterações em relação à edição quatrocentista são o desenvolvimento de abreviaturas e a inclusão de numeração de linhas; estas, afora o número, reproduzem o conteúdo de cada linha do texto primitivo.

- [b4^v]
 1. que a apostema mais cedo τ melhor seja madura
 2. τ seja rompida façase meezinha em tal maneira.
 3. ¶Toma folhas de sabugo pisadas τ com

mostar

4. da pisada τ faze emprasto. τ depois poëe tudo
1. na apostema. posto que alguũs çirogiaães querem
2. *que* lhe ponham triaga mas eu rogo mujto *que se nom pon*
3. ha. porque atriaga lança apeçonha fora. mas eu queria
4. antes *que quando* alguũ teuesse tal apostema *que sor*
5. uesse em si toda a triaga: τ assy lança apeçonha.

Para um leitor não especialista em história da língua portuguesa, a leitura do excerto é dificultada, não apenas pela grafia diferente da atual e pela indicação assistemática da fronteira entre palavras, mas também por sinais desconhecidos, como: a conjunção *e* representada pelo sinal tironiano < τ >, a separação de sílabas em fim de linha, que não é assinalada; e uso de pontuação que não corresponde à atual nem na colocação nem no inventário de sinais.

Uma edição moderna poderia apresentar o mesmo excerto eliminando algumas das dificuldades gráficas apontadas, mas tentando manter ainda as características fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais do português da época:

que a apostema mais cedo e melhor seja madura e seja rompida, faça-se mezinha em tal maneira. Toma folhas de sabugo pisadas e com mostarda pisada e faze emprasto. E depois põe tudo na apostema. Posto que alguns çirogiães querem que lhe ponham triaga, mas eu rogo muito que se não ponha, porque a triaga lança a peçonha fora. Mas eu

queria antes que quando algum tivesse tal apostema que sorvesse em si toda a triaga, e assi lança a peçonha.

A decisão quanto ao público leitor pode levar a um nível de interferência maior, que afete mais o texto, indo além de apenas introduzir fronteiras de palavras, pontuação e hifens.

que o apostema seja maduro e seja rompido mais cedo e melhor, faça-se mezinha em tal maneira. Toma folhas de sabugo pisadas e com mostarda pisada e faz emplasto. E depois põe tudo no apostema. Ainda que alguns cirurgiões queiram que lhe ponham triaga, eu rogo muito que não se ponha, porque a triaga lança a peçonha fora. Mas eu queria antes que, quando algum tivesse tal apostema, que sorvesse em si toda a triaga, e assim expelisse a peçonha.

A decisão por cada um dos tipos de edição acima será tomada considerando-se o leitor-alvo e seu interesse na obra, que pode restringir-se à compreensão do conteúdo ou estender-se até o estudo linguístico do texto.

3. A finalidade da edição

A discussão sobre a adequação ao público acarreta o questionamento sobre a função que se pretende dar à edição.

Como nos trabalhos científicos atuais, o *Regimento* fez questão de apresentar-se com o respaldo das grandes obras médicas de seu tempo. Logo na primeira página é dito ao leitor que o *Regimento* está alicerçado naqueles que têm maior autoridade na matéria:

Quero algũas cousas da
pestenença que nos ameude fere: **dos ditos**
dos mays
autenticos medicos: screuer.

Ao longo do texto desfilam citações dos autores que compuseram a tradição médica do Ocidente. Cita-se Avicena (980-1037):

- & de tal diz **auicena** no quarto liuro *que muy ligeiramente se empeçonhentam os corpos da jndisposiçam ou da maa desposiçam dos çeos*
- E por tanto diz **auicena** em o quarto do canone. *que aquelles que sempre querem encher seus ventres que abreuiam seus dias & tempos da sua fim & minguem sua vida*
- Empero diz **auicena** *que se homem quiser dormir ha de beber hũa bõa vez de vinho ou çerueja ante de dormir*

mas também Aristóteles (384?-322 a. C.):

& segundo diz **aristoteles** em os metauros. *quando ha cometa aparece acontecem mortes de gentes em bathalhas &c*

e ainda Hipócrates (460 ?-377 ? a.C.),

A segunda que assi como se escreve em o **terçeyro liuro dos amforismos** *Ho sul he vento inchado & agraua o ouuido fere o coraçam*

Por sua vez também o eu-narrativo, que por diversas vezes surge no texto, apresentou-se como perito, experimentado naquilo que prescreve ao leitor, que aplicara a si próprio ao ter vivenciado um surto de peste em Montpellier:

Em monpilher *nom* me pude escusar de companhia de gente. *porque* andaua de casa em casa curando *enfermos* por causa da minha pobreza. & *emtam* leuaua *commigo* huũa sponja ou pão *enssopado* em vinagre: &

sempre no punha nos narizes & na boca. porque as cousas azedas & os cheyros taaes opilam & çarram os poros & os meatos & os caminhos dos humores & *nom* consintem entrar as cousas peçonhentas. & assi escapey de tal pestilencia. que os meos companheiros *nom* podiam creer que eu podesse viuer & escapar. **Eu çertamente todos estos remedios prouey.**

Entra aqui um fator complicador: a liberdade de adequar o texto ao público podia ultrapassar a forma linguística e incidir sobre o conteúdo. Diferentes testemunhos de uma mesma obra podiam discutir entre si, adotar teorias ou propostas diferentes, atitudes que, no mundo moderno, fazem parte da vida acadêmica. Ilustra-se este aspecto com um exemplo. A edição portuguesa do *Regimento* rejeitou a observação da urina de pacientes, que levaria os médicos a erro.

mas ajnda *tam* sobejamente se agraua ha na tureza que *nom* sinte sy ser ferida nem enferma. & jsto porque apareçem boas ourinas & boas augoas. & boas digestiões. *empero* ho enfermo vay caminho da morte. **E por tanto muytos medicos que em os enfermos soamente esguardam as ourinas superficial mente falam. & lygeyramente sam emganados.** Ergo he neçessario que todo enfermo se proueja de boõ fisi=co & bem esperto.

A edição inglesa de 1534, *A moche profitable Treatise against the Pestilence*, contrariamente à edição portuguesa, dedicou uma seção à observação da urina, que assim começa:

¶ To knowe urines.
If ye wyll knowe Urines, ye muste fyrste of all marke, whether the urine be scummye, ye shall see a cercle about it, and therby ye shall knowe, that there are greatte ventosy=

ties in the guttes and reygnes

Na edição inglesa, o eu-narrativo chega a incluir uma seção em que discorda dos tratamentos apresentados, na edição mesma, para a sífilis (“ing. French pox”), que podiam ser bons, mas já havia algo que os superava:

To the reder.

¶ It may be, that this remedy for the frenche pockes before wryten, was at the Begynnyng the beste that men had by experience proued: but I thynke it is nothyng nowe comparable to that that Hutten wrytethe de ligno guaiaco, yet not withstandyng we haue put it to, that men may se what thynges are good, if the o=ther could not be bad.

Leve-se em conta que nos Trezentos ou nos Quatrocentos (caso das edições latina e portuguesa) *peste* não incluía ainda a sífilis, a que foi dedicada uma seção na edição inglesa, de meados de Quinhentos.

Por outro lado, uma vez que o *Regimento* destinava-se também ao público em geral, tem características de uma obra de divulgação. A necessidade de demonstração de que apresenta métodos consolidados e atualizados para o tratamento da saúde mescla-se com preocupação didática, para que pudesse ser obra proveitosa a todos, indiscriminadamente.

Orduña López (2001: 286n), tratando das linguagens de especialidades, aponta três funções diferentes para o resultado das atividades de pesquisa, ensino e vulgarização ou divulgação:

Se podrían diferenciar [...] tres actividades: la investigación, la enseñanza y la mediación (o vulgarización), tres actividades no independientes pero con finalidades concretas: producción de conocimientos, formación de especialistas y información en general, respectivamente

Podem-se atribuir as duas primeiras às instituições de ensino e de pesquisa. Já a última se diferenciaria daquelas na medida em que não é transmitida em acordo com um planejamento que leve em conta a complicação progressiva do conteúdo nem a maturidade (RAICHVARG & JACQUES, 1991: 10). Esse quadro, embora reflita razoavelmente a situação que conhecemos na atualidade, não é tão claro se transposto para um passado de muitos séculos. Textos sobre a peste não parecem adequar-se a uma categoria “obra de divulgação”, nem “obra científica”, mas antes a uma categoria híbrida de textos sobre a saúde.

A função do *Regimento* no passado parece ter sido dupla. Por um lado, servir de atualização aos especialistas da época; por outro, permitir ao leigo proteger-se da peste. Reeditar o *Regimento* na atualidade não se reveste de qualquer desses objetivos. Na atualidade, uma edição do *Regimento* visa ao estudo, seja linguístico, seja relativo à história da Medicina. Esse objetivo auxiliará o editor a definir o tipo de edição a ser preparada.

Considerações finais

Todas as situações aqui focalizadas poderiam ser classificadas como traduções inter ou intralinguas. Em todos os casos, a preocupação com o leitor tem implicações relevantes para o texto que sairá a público. E isto traz para discussão uma observação que Cambraia (2005: 89) faz, de passagem, em relação à edição modernizada, é “uma paráfrase, um novo texto baseado/inspirado no primitivo”.

Referências

BURIDANT, C. 1983. *Translatio medievalis*. Théorie et pratique de la traduction médiévale. Travaux de Linguistique et de Litterature. Strasbourg: Université de Strasbourg. 21 (1): 81-136.

CAMBRAIA, César Nardelli. 2005. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes.

JACOBI, Johannes. *Regimento proueytoso contra ha pestenença*. Trad. de Fr. Luís de Rás. Lisboa: Valentino de Morávia, s.d.

_____. *A moche profitable treatise against the pestilence*, translated into Ëglyshe by T. Paynel Chanon of Martin Abbey. T. Bertholeti: London, 1534. [British Library 1167.d.7.]

JAKOBSON, Roman. 1959. “Aspectos lingüísticos da tradução”. Trad. de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. In *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1971. p. 63-72.

MACHADO, José Pedro. 1977. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Horizonte. 5v.

RAICHVARG, Daniel & JACQUES, Jean. 1991. *Savant et ignorants*. Une histoire de la vulgarisation des sciences. Paris: Seuil.

RONCAGLIA, Aurelio. 1975. *Principi e applicazioni di critica testuale*. Roma: Bulzoni Editore.

ROQUE, Mário da Costa. 1979. As pestes medievais europeias e o “Regimento proueytoso contra ha pestenença”, Lisboa, Valentim Fernandes (1495-1496): tentativa de interpretação à luz dos conhecimentos pestológicos actuais. Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, Paris.

ROSA, Maria Carlota. 1994. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese Doutorado em Letras (Linguística). 2v.

LINGUÍSTICA CULTURAL E O ESTUDO DO LÉXICO DA LÍNGUA PORTUGUESA (PE E PB):

A LINGUAGEM-EM-USO, OS SENTIDOS MÚLTIPLOS E AS OPERAÇÕES DE PERSPECTIVAÇÃO
CONCEPTUAL³³³⁴

Hanna J. Batoréo
(Universidade Aberta, Lisboa/ CLUNL)

1. Produtividade Lexical em PE e PB

Na óptica da Linguística Cognitiva (LC) e tal como tem vindo a ser demonstrado nos nossos trabalhos anteriores (cf. Batoréo 2009 e seguintes), o estudo do Léxico passa, sobretudo, pela análise da produtividade lexical na linguagem-em-uso, entendendo-se que o fenómeno é determinado pelos: (i) padrões de formação lexical nela utilizados, bem como pela sua operacionalidade e estabilidade, (ii) pelo tipo de mecanismos cognitivos – principalmente metáfora e metonímia – que ocorrem a nível da neologia e dos processos da inovação neológica, assim como (iii) pelos graus de utilização e operacionalização lexical em diferentes níveis diatópicos, diastráticos ou diafásicos dos itens lexicais em variantes da mesma língua. Nestas variantes, os referidos factores podem tornar-se operacionais de modos e graus diferenciados, muitas vezes dificultando ou, mesmo, não

Nota do editor: Este texto apresenta marcas de formatação que, segundo a autora, são específicas em sua área de pesquisa. Por isso, não segue algumas normas gerais das Publicações Dialogarts.

³³ A primeira versão deste texto foi apresentado na Mesa redonda: *Léxico e Cognição*, 18 de Abril 2011, no I Congresso Internacional de Estudos do Léxico (CIEL), Universidade da Bahia, Salvador, Brasil.

³⁴ O texto foi elaborado no âmbito do projecto PESt-OE/LIN/UI3213/2014 da FCT, no CLUNL, Lisboa, e está escrito segundo a grafia antiga..

permitindo traçar paralelos entre os léxicos em uso nos países ou regiões que falam a mesma língua, tal como pode ser observado no caso da Língua Portuguesa falada dos dois lados do Atlântico: o Português Europeu (PE) e o Português do Brasil (PB).

Assim, por exemplo, se quisermos reflectir sobre o grau da produtividade de um determinado item lexical em ambas as variantes nacionais do Português, deparamo-nos, frequentemente, com casos em que a mesma palavra apresenta produtividade visível numa das variantes, sendo muito pouco produtiva, utilizada restritamente, ou mesmo caída em desuso na outra, como se pode exemplificar com o caso do item ‘*demanda*’, frequente no PB, mas substituído no PE quotidiano por ‘*procura*’; no PE, a palavra ‘*demanda*’ é remetida para contextos muito especializados e de carácter fixo, como p. ex., “*A Demanda do Santo Graal*”.

O mesmo fenómeno pode ser ilustrado com o verbo *botar* (ver os recentes estudos de Batoréo, 2010 e seguintes); um item lexical de reconhecida frequência no PB (p. ex., em contextos quotidianos como ‘*bota água no feijão*’), tal como acontece a nível dialectal em Portugal (p. ex. nos dialectos setentrionais); mas relativamente pouco produtivo no PE padrão (isto é, a língua *standard*), em que é regularmente substituído em contextos mais frequentes por *deitar*, *pôr*, *meter* ou *colocar*. O emprego do verbo *botar* no PE padrão do século XXI restringe-se apenas a contextos lexicalmente especializados com certo grau de fixidez, como em ‘*botar discurso/ palavra/ sentença/ opinião/ faladura*’, ‘*botar obra*’, ‘*botar nome*’ ou ‘*botar figura*’ ou mesmo em expressões idiomáticas como ‘*botar a boca no trombone*’, demonstrando, ao contrário do que acontece no PB, falta de produtividade lexical na linguagem-em-uso estandardizada.

Atentemos, agora, num caso concreto de um aviso frequente que podemos ouvir numa estação de comboios ou de metro, tanto em Portugal como no Brasil. Observem-se

os seguintes exemplos³⁵:

Ex. 1. Atenção para o intervalo entre o cais e o comboio. (PE – Lisboa)

Ex. 2. Atenção à distância entre as portas e a plataforma. (PE – Porto)

Ex. 3. Cuidado com o vão entre o trem e a plataforma. (PB – São Paulo)

Nos três exemplos acima apresentados (ex. 1 a ex. 3), a situação física referida é a mesma, tal como a sua conceptualização; a frase é de advertência, mas o material lexical utilizado na informação varia tanto entre o PE e o PB, como no caso do PE, entre Lisboa e o Porto. A advertência refere um espaço maior do que esperado que surge entre a carruagem e o lugar da sua chegada à estação (cais, plataforma) e que pode constituir perigo aos passageiros se originar uma queda. A carruagem pertence a um veículo que é denominado ‘*comboio*’, em PE, e ‘*trem*’, em PB, enquanto o espaço criado dá pelo nome de ‘*intervalo*’ ou ‘*distância*’, em PE, e ‘*vão*’ em PB. A advertência inserida no seu contexto específico de uso social e cultural é entendida em qualquer um dos três casos pela sua dimensão comunicativa, apesar das divergências lexicais – ‘*comboio*’, ‘*trem*’, ‘*vão*’ – que o dificultam no caso dos falantes de uma outra variante nacional (PE vs. PB). Enquanto os dois primeiros termos são exclusivos do PE e do PB, respectivamente, no caso do item ‘*vão*’, estamos perante um exemplo de produtividade lexical diferente em cada uma das variantes. No PE, o termo ‘*vão*’ é pouco frequente na acepção de *espaço*, sendo remetido quer para a linguagem técnica especializada (engenharia e arquitectura, a fim de designar a distância entre os apoios consecutivos de uma estrutura, como, por exemplo, uma

³⁵ Os exemplos citados restringem-se ao nosso conhecimento e experiências pessoais.

ponte) quer para empregos muito restritos na linguagem-em-uso como na lexia complexa ‘vão de escada’, designando um espaço vazio entre os lanços de escada.

Na próxima secção, iremos abordar o item lexical ‘*feitio*’ e demonstrar como o seu uso polissémico pode vir a causar dificuldade na interpretação de uma mensagem mais complexa, culturalmente determinada.

2. Polissémia ou sentidos múltiplos: o exemplo do item ‘*feitio*’

A fim de discutir os múltiplos sentidos do item polissémico ‘*feitio*’, iremos partir dos exemplos da utilização da lexia complexa ‘*mau feitio*’, igualmente polissémica, proveniente de uma entrevista televisiva, decorrida entre dois intervenientes, um falante do PE e o outro, do PB.

Em Março de 2011, quando a recém-eleita presidente brasileira, Dilma Rousseff (DR), se estava a preparar para a sua primeira visita em Lisboa, foi entrevistada por um conhecido jornalista, escritor e comentador político português, Miguel Sousa Tavares (MST)³⁶ (cf. exemplo 4, em baixo).

Ex. 4.

MST: *Dizem **que tem mau feitio**, o que pessoalmente acho não ser defeito em política.*

³⁶ A Agência Reuters deu, na altura, a seguinte notícia (Lisboa, 28-03-2011):

“*Miguel Sousa Tavares entrevista Presidente do Brasil, Dilma Rousseff. A recém-eleita Presidente do Brasil vem a Portugal esta terça-feira, dia 29, para assistir ao doutoramento honoris causa de Lula da Silva, pela Universidade de Coimbra. Dilma Rousseff concedeu uma entrevista exclusiva à SIC, no palácio do Planalto em Brasília (capital). É a primeira grande entrevista concedida a um órgão de comunicação social depois de ser eleita. A entrevista foi conduzida por Miguel Sousa Tavares (MST).*”

Vai usar esse **seu mau feitio** para impor as suas convicções?

DR (atrapalhada): Não estou a entender o que você quer dizer com **“ter mau feitio”**...

(MST explica que, em Portugal, a expressão quer dizer uma certa obstinação, intransigência, etc.)

DR (visivelmente aliviada): **“Mau feitio” no Brasil quer dizer que o vestido está mal feito, por isso não estava a entender a sua pergunta....**

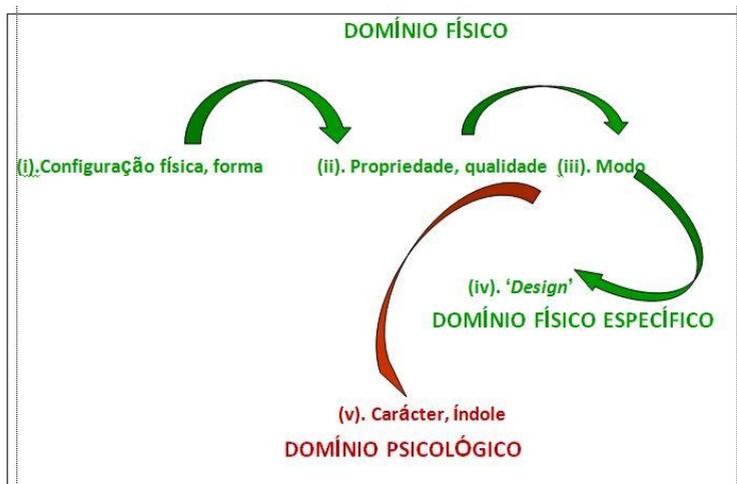
(Riem-se os dois e os telespectadores)

O aparente mal-entendido linguístico ocorrido entre a presidente brasileira entrevistada e o conhecido jornalista e escritor português fez correr rios de tinta e foi, na altura, objecto de inúmeros comentários e discussões, por exemplo nos blogues electrónicos. Os intervenientes questionavam-se se o significado da expressão ‘*mau feitio*’ é, de facto, tão diferente nos dois contextos nacionais que pudesse ter proporcionado este *quid pro quo* de dimensões supranacionais. Os cépticos³⁷, no entanto, defendiam que Dilma Rousseff tinha descodificado perfeitamente a mensagem do jornalista, mas, como não pretendia responder à pergunta que entendeu como provocatória, utilizou uma estratégia, refugiando-se nas proverbiais diferenças lexicais entre o PE e PB.

A análise dos usos da lexia composta *mau feitio* do exemplo 4, remete-nos para o fenómeno da polissemia da própria palavra *feitio* (cf. Quadro 1, em baixo), o que pode ser evidenciado na análise com base num levantamento

³⁷ Agradeço aos colegas brasileiros do I CIEL, em Salvador, Bahia (2011) terem-me chamado a atenção para esta possibilidade de interpretação.

lexicográfico (p. ex., *Houaiss*, 2001: vol. III, 1714³⁸). Ficamos, assim a saber que o significado prototípico da palavra, a partir do qual se criam as sucessivas extensões semânticas, é o equivalente à *forma*: por *feitio*, entende-se, assim: (i) uma “configuração física, aparência de um ser ou coisa, formato, forma”, como em ‘*roupas de vários feitios*’.



Quadro 1. A polissemia e a rede de sentidos do item lexical 'feito'.

A acepção (i) está na origem das sucessivas acepções derivadas por especificação ainda no Domínio Físico: (ii) “propriedade que determina a natureza, qualidade”, como em: ‘*jamais teria apreciado trabalho de tal feitio*’, (iii) “modo de actuação, jeito, maneira”, como em ‘*o seu feitio de agir é diferente*’ e, a partir daí, (iv) no sentido de *design*: “execução a cargo do artista ou do artífice (alfaiate, costureira)”, como em ‘*ela deu o pano e a costureira o feitio*’. A partir da acepção (iii), que indica o modo de actuação físico, pode-se derivar por metáfora e projectar para o domínio psicológico o significado relativo ao carácter de uma pessoa, como se de uma forma física se tratasse: (v)

³⁸ As acepções e os exemplos a seguir apresentados seguem, aqui, a fonte indicada.

“qualidade inerente, temperamento, carácter, índole”, como em: ‘*ter bom feito*’ ou ‘*mentir não é do seu feito*’.

O relacionamento entre as diferentes acepções do item polissémico ‘*feito*’ e a respectiva rede dos sentidos criada estão representados no Quadro 1.

Tendo em consideração a análise lexicográfica dos múltiplos sentidos da palavra polissémica acima apresentada, voltemos agora à polémica entrevista. A discussão resume-se, aqui, aos dois sentidos: o (i), prototípico, relativo à aparência física (ou, até ao mais específico (iv), relativo ao *design*) – o da presidente – e o (v), relativo ao carácter, índole, – o do jornalista.

A pergunta que se coloca, neste momento, é se duas pessoas cultas, numa conversa formal inter-variantes PE-PB, poderão, de facto, activar apenas parcialmente as acepções disponíveis no seu léxico mental, permitindo que surgisse um desentendimento linguístico. Tendo em consideração as variáveis sociolinguísticas do nível sócio-profissional dos participantes e do grau de formalidade da interacção verbal por eles desenvolvida, inclinamo-nos para a interpretação “céptica” do *quid pro quo* mencionada acima: não querendo responder directamente à pergunta entendida como provocatória, Dilma Rousseff desconstruiu a expressão utilizada por Miguel Sousa Tavares, dando resposta não em função da acepção utilizada na pergunta pelo entrevistador, mas em função de uma outra acepção da mesma expressão, que lhe convinha mais atribuir no próprio contexto, valendo-se nisso da sua condição de mulher (variável sociolinguística sexo) – e, em particular, de uma mulher elegante e preocupada com a sua aparência física, dado o cargo que desempenha, – em relação ao entrevistador homem.

Se a mesma conversa tivesse decorrido num contexto muito mais informal com intervenientes com outro nível sócio-profissional, a interpretação poderia eventualmente apontar para uma produtividade diferente da lexia

composta ‘*mau feitio*’ nas duas variantes do Português em questão. Esta hipótese aponta para a importância de conjugação de várias vertentes de análise e interpretação em Linguística Cognitiva – a lexicográfica, a cognitiva e a psicossociolinguística – na análise da linguagem-em-uso.

Na próxima secção iremos apresentar os fundamentos teóricos da Linguística Cultural, fortemente radicada na Linguística Cognitiva.

3. Os fundamentos teóricos da Linguística Cultural

3.1 Linguística Cultural: caracterização geral

Tal como se vem destacando na literatura linguística das últimas décadas (cf. Faria *et al.*, org., 1996: 20), as grandes mudanças que têm vindo ultimamente a envolver a Linguística se devem, sobretudo, à relação, muitas vezes pouco assumida com outras ciências e com as novas tecnologias, nomeadamente com as Ciências Exactas, as Ciências Sociais e as Ciências Cognitivas. Um destes encontros interdisciplinares se dá precisamente no caso da *Linguística Cultural*, quando esta vertente da *Linguística Cognitiva* surge claramente assumida nas propostas do fim do século passado apresentadas por Holland & Quinn 1987, D’Andrade 1987, Anusiewicz 1994, Palmer 1996, Bernárdez 2000, sendo impulsionada, numa segunda fase, dez anos mais tarde, pelas novas propostas de Sharifian & Palmer 2007, Janda 2008, Sharifian 2010 e 2011. Todos estes trabalhos resultam, precisamente, da preocupação em estudar a Linguagem no seu enquadramento cognitivo, social e cultural, que emerge, sobretudo, do encontro da Linguística com as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia, Etnografia, entre outras) e as Ciências Cognitivas (Psicologia Cognitiva e Antropologia Cognitiva), sendo fortemente inspirada pelas Ciências Exactas, sobretudo pelas Neurociências e a Inteligência Artificial:

[...] [M]any morphosyntactic features of

human languages reflect culturally-driven conceptualisations and, therefore, a theory of language structure needs to employ cultural conceptualizations as an explanatory tool in accounting for the structure of the human language. Culture of course does not only feed into the morphosyntactic component but also forms and informs all aspects of language content and structure. Theories of language therefore need to take into account the role of cultural conceptualization in carving and constructing all levels of language from lexicon to semantic and pragmatic meanings (Sharifian 2010: 3368).

A *Linguística Cultural* emerge, assim, no seio da Linguística Cognitiva, pela mão de Ronald W. Langacker e, sobretudo, de Gary Palmer – autor da famosa obra *Toward a Theory of Cultural Linguistics* – bem como com particular destaque para a *Semântica Cognitiva* de Wierzbicka (1979, 1991, 1992, 1996, entre outros), partilhando com ela o enquadramento teórico-metodológico:

The term ‘*cultural linguistics*’ was perhaps first used by a pioneer of cognitive linguistics, Ronald Langacker, in an argument emphasizing the relationship between cultural knowledge and grammar. He maintained that “the advent of *cognitive linguistics* can be heralded as a return to *cultural linguistics*. Cognitive linguistic theories recognize cultural knowledge as the foundation not just of lexicon, but central facets of grammar as well [italics original]” (Langacker, 1994, p. 31). However, in practice, so called “mainstream” cognitive linguists were united by their main focus on exploring the relationship between language and conceptualization. The role of culture in shaping language and its influence on all levels of language was not adequately dealt with until the publication of *Toward a*

Theory of Cultural Linguistics by Gary B. Palmer (...). In this book, Palmer argued that cognitive linguistics can be directly applied to the study of language and culture. Central to Palmer's proposal is the idea that "language is the play of verbal symbols that are based in *imagery* [my italics]" (Palmer, 1996, p. 3), and this imagery is culturally constructed. Palmer argued that culturally defined imagery governs narrative, figurative language, semantics, grammar, discourse and even phonology. His work on cultural linguistics, based on the analysis of cases from languages such as Tagalog and Coeur d'Alene (e.g., Palmer, 1996, 2003) revealed how the basic analytical tools of cognitive linguistics, such as 'schema', 'image schema', and 'conceptual metaphor', can be grounded in cultural knowledge. (Sharifian 2011b *on-line*).

Pela Linguística Cultural entendemos, portanto, um ramo da Linguística Cognitiva que se dedica ao estudo do modo como as línguas naturais reflectem e "corporizam"³⁹ as culturas que veiculam. Perspectivado deste modo, o nosso entendimento da Linguagem é cognitivo-funcional, social e culturalmente inserido, conforme defendido globalmente pela Linguística Cognitiva (cf. Silva 2009). Nele, a Linguagem surge como meio de conhecimento em ligação com a experiência humana do mundo – ou seja, a base pragmática e experiencial da linguagem-no-uso) – sendo observada e analisada ao nível de línguas particulares usadas em multiplicidade de registos, em contextos sociais e culturais diferenciados (diferentes níveis e tipos de variação linguística). A noção de Cultura aqui adoptada é definida do

³⁹ Ao utilizar o termo '*embodiment*', os cognitivistas defendem que a experiência humana mais básica, que se estabelece *a partir do nosso corpo* (biológico), fornece as bases para os sistemas conceptuais e determina o modo como percebemos, conceptualizamos e verbalizamos o mundo (cf. estudos de Lakoff e Turner). Em Português, convencionou-se traduzir este termo da Linguística Cognitiva por *corporificação* ou *corporização*.

ponto de vista antropológico (Goodenough 1964 *apud* Anusiewicz 1994; cf. Hymes 1964) como um conjunto relativamente integrado de conhecimentos e de crenças, característico de uma comunidade, organizado por padrões e adquirido no seu meio através da interacção dos seus membros. Os que são abrangidos pela Cultura precisam de ter acesso a estes conhecimentos a fim de nela poderem viver e agir e se sentirem aceites por outros, desempenhando papéis determinados pela comunidade. Defende-se, por conseguinte, que não se trata de um fenómeno material, estanque, que se compõe de coisas, pessoas ou comportamentos. Pelo contrário, a Cultura é pensada, antes, na dimensão cognitiva das interacções humanas – com grande destaque para a *interacção verbal* –, em função dos modelos de percepção, associação e interpretação do mundo, partilhados pelos intervenientes sociais (dimensão sociolinguística) e guardados na mente (dimensão psicolinguística). O estudo da rede de ligações e interdependências entre a Linguagem e a Cultura implica um conceito da Linguagem como um sistema fortemente enraizado na Cultura e na vida social, em geral, determinando a comunicação intra e intercultural (i. e., *crosslinguistic studies*, na literatura anglossaxónica), bem como o ensino e a aprendizagem das línguas.

[...][C]ognitive Linguistics is well-suited to research on how grammatical differences serve as cultural differences. If meaning plays a role in all linguistic phenomena, and grammar is connected to culture via shared content, then grammar is part of the semiotic endeavor of projecting values and identity. Recognition of the pervasive role of metaphor in grammar likewise strengthens the bond between language and culture, since both use metaphor to elaborate their content. The inclusion of “extralinguistic” knowledge in linguistic categories integrates language and culture by acknowledging that cultural knowledge is actually embedded in linguistic categories. By not assuming that all languages boil down to a

single set of universals, Cognitive Linguistics encourages us to focus on language-specific values and their culture specific parallels.

[...]. In the case studies the objective is to find how language consistently directs attention to certain characteristics of human relations or time/event structure, while other languages show different patterns of directing attention. The cultural implications are tentative and subtle, but they are significant because they are systematic – they reflect patterns of conceptualization that affect every speaker every day. In some instances (aspect, for example) these patterns are so widespread that they have to be attended to every time a speaker opens his/her mouth. (..) Given that meaning is grounded in human embodied experience, it is perhaps no surprise that human relations are often prominently encoded in the grammars of languages. Human beings and their relations to events and each other constitute a core feature of human experience⁴⁰. (Janda, 2008: 10-12).

Naturalmente, o interesse pelo estudo das relações entre Linguagem e Cultura não é recente: se a Linguística Cultural enquanto corrente consistente de pensamento começou a emergir há cerca de trinta anos no seio da Linguística Cognitiva, as suas raízes encontram-se na filosofia de John Locke, no século XVII, e muito especialmente na filosofia alemã do século XVIII e XIX, isto é, no idealismo de J. G. von Herder e Wilhelm von Humboldt. Segundo os idealista alemães, “a alma” de uma nação e a natureza do seu povo estão contidas no idioma em que esse povo se exprime, postulando que uma língua constitui o factor principal na determinação dos processos de pensamento e no modo como se posiciona perante o

⁴⁰ Cf. “Four case studies contrasting grammatical portrayals of human relations in various Slavic Languages: virility, domination, BE vs. HAVE, self-indulgence.” (Janda, 2008).

mundo (*Weltsicht*). No século XX, este idealismo chega à América com Franz Boas, autor de estudos antropológicos e linguísticos, sendo retomado e consubstanciado no seio da Hipótese Sapir-Whorf de relativismo linguístico na tentativa de encontrar resposta à pergunta sobre o modo com que a estrutura de uma língua natural filtra, modifica e perspectiva a nossa percepção do mundo. Segundo esta hipótese – fundamentada pelos linguistas e antropólogos americanos Edward Sapir 1924, 1949 e Benjamin Whorf 1956 – e indo em grande parte ao encontro dos trabalhos desenvolvidos nos anos trinta do século XX pelos cientistas russos Vygotsky e Luria –, a estrutura de uma língua particular modela, forma e, em caso extremo, determina a representação do mundo que estes falantes constroem, podendo variar de língua para língua.

Embora a formulação mais radical da Hipótese Sapir-Whorf possa levantar, naturalmente, algumas críticas por poder fazer crer que uma língua natural seja a base da organização cognitiva dos seus utilizadores, a revisão das mesmas premissas numa abordagem da Psicolinguística Cognitiva encontrou um terreno fértil na investigação mais recente, desenvolvida na área da Aquisição da Linguagem por investigadores como Melissa Bowerman e Dan I. Slobin (cf. Bibliografia). Estes psicolinguistas defendem que a língua materna de um indivíduo, ao dispor de um certo tipo de estruturas que a diferenciam de outras línguas naturais, predispõe o seu falante a prestar maior atenção a certos aspectos (que nela se encontram codificados linguisticamente) do que a outros (que nela não têm saliência estrutural significativa). Esta premissa tem encontrado, presentemente, grande popularidade, em especial na linha dos estudos interlinguísticos (*crosslinguistic studies*) que levaram Slobin a falar em aprender a “*pensar para falar*” (*thinking for speaking*) cf. Slobin 1990, 2012, entre outros).

Se o relativismo linguístico defende que as diferenças na conceptualização observadas entre as línguas naturais

são centrais no estudo da linguagem e do pensamento, uma abordagem contrária – a do universalismo linguístico – procura estabelecer os universais linguísticos, perspectivando o que une as diferentes línguas particulares e não o que as separa. Esta corrente do pensamento – na senda de Descartes e Leibnitz, e desenvolvida em Semântica Cognitiva por Anna Wierzbicka (1980, 1992, 1996) – procura definir as unidades semânticas elementares da linguagem humana, como se de “átomos” de conceitos universais se tratasse.

4. Especificidade cultural do léxico e a determinação cultural da gramática e do discurso

Na sequência da preocupação universalista, pretende determinar-se a *especificidade cultural*⁴¹ de uma série de conceitos, subjacentes ao que se considera “palavras-chave” de certas culturas, tal como p. ex., no caso da ‘*saudade*’ portuguesa ou ‘*dusza*’⁴² (*alma*), nas Línguas Eslavas, argumentando-se a favor da existência de um sentimento de *saudade* só português (diferente da expressão de sentimentos nostálgicos noutras línguas) ou da especificidade da *alma eslava* (em comparação com o que se convencionou entender como *almas* de outros povos). Assim, acontece também no caso, por exemplo, da palavra checa ‘*mlsat*’ que designa uma capacidade de nos deliciarmos com a comida, isto é, de comermos por prazer e não quando temos fome, ou, no caso do item lexical norueguês ‘*å slurve*’ quando nos referimos a um comportamento específico do aluno que faz os trabalhos em cima do joelho, em vez de se lhes dedicar de corpo e alma (cf. Janda 2008).

⁴¹ Na sequência da discussão do relativismo e universalismo linguísticos, repare-se na primazia do culturalmente específico, reconhecendo-se que alguns conceitos só aparentemente são universais (cf. Silva 2011).

⁴² Aqui, o item está citado com a grafia polaca.

O fenómeno da *especificidade cultural* permite-nos, também, entender que, por exemplo, na palavra ‘*plav*’ (‘*azul*’, em Croata)⁴³, estamos perante um caso de polissemia, quando descobrimos que, no enunciado ‘*Davor ima plavu košulju*’, a tradução é ‘*Davor tem uma camisa azul*’, mas, no caso de ‘*Davor ima plavu kosu*’, o enunciado quer dizer ‘*Davor tem cabelo louro*’ (e não ‘*cabelo azul*’, como traduzem os incautos alunos estrangeiros). Neste caso, é precisamente o fenómeno de polissemia que nos esclarece o aparente paradoxo de sentidos múltiplos não relacionados: o adjetivo ‘*plav*’ indica etimologicamente nas línguas eslavas, uma cor “desbotada”, branca, isto é, a ausência de uma cor forte; assim, os que não são morenos são concebidos como os de cabelo “*desbotado*”, isto é,

⁴³ Para este estudo, foram consultadas as seguintes fontes:

ANIĆ, Vladimir, 2009, *Veliki rječnik hrvatskog jezika*, Novi Liber, Zagreb, pág.1045

plāv *prid.* <*odr.* ▷ 1. koji je boje čistoga neba (jedne od osnovnih boja spektra) [~*kao more*; ~*kao nebo*] 2. svijetložut, žučkast (o kosi)

PT: [azul *adj.* 1. que é da cor do céu limpo (uma das cores fundamentais do espectro solar) [~ *como o mar*; ~ *como o céu*] 2. amarelo-claro, amarelado (de cabelo)].

Hrvatski jezični portal [Portal da Língua Croata]

[http://hjp.novi-liber.hr/index.php?show=search_by_id&id=eV1jXBg%3D\(27/11/2012\)](http://hjp.novi-liber.hr/index.php?show=search_by_id&id=eV1jXBg%3D(27/11/2012))

plāv¹ *prid.* (*odr.* –ī)

ETIMOLOGIJA

✧ *prasl.* *polъъ: bijel, žučkast (*stsl.* plavъ, *rus. dijál.* polóvyj, *polj.* plowy), *lit.* palvas: blijed ← *ie.* *polwo-: blijed (*lat.* pallidus, *grç.* poliós: siv)

PT: [ETIMOLOGIA:

✧ *protoeslavo* *polъъ: branco, amarelado (*antigo eslavo* plavъ, *rus. dijál.* polóvyj, *polj.* plowy), *lit.* palvas: pálido, descorado ← *ie.* *polwo-: pálido, descorado (*lat.* pallidus, *grego.* poliós: cinzento)]

(3) Excerto do *Dicionário Etimológico da Língua Croata* de Dr. Alemko Gluhak, referente ao adjetivo azul.

plāv, pláva, o (...) U staroslavenskom „bijel“ (...)

PT: [azul (...) „branco“ em eslavo antigo (eslavo eclesiástico) (...)].

Agradeço ao dr. Davor Gvozdič, da Universidade de Zadar, na Croácia, a discussão da temática, o levantamento bibliográfico e a ajuda na consulta e na tradução das fontes croatas aqui citadas.

branco, louro. Com o tempo, no Croata, a palavra ‘*plav*’ ganhou uma extensão semântica: para além de designar uma cor “desbotada”, branca, tal como acontece no caso do *cabelo louro* (‘*plava kosa*’), passou a designar uma cor “forte” – o azul – como em *camisa azul* (‘*plava košulja*’). Noutras línguas eslavas, a vida da palavra correspondente ao ‘*plav*’ Croata tomou outros percursos; em Polaco, por exemplo, a palavra correspondente ‘*plowy*’, só se refere ao cabelo, na expressão ‘*cabelo louro*’ (‘*plowe włosy*’), não havendo possibilidade de a associar à cor azul, sendo esta acepção praticamente caída em desuso fora deste emprego fixo.

A especificidade cultural do léxico permite-nos entender, também, o modo como designamos, por exemplo, os tipos de vinhos, na sequência da designação dos tipos de castas de uva que lhes deram origem. Em línguas como o Português ou Castelhana, tanto a uva como o vinho são tintos (= tingidos) ou brancos, na oposição ‘*tinto*’ vs. ‘*branco*’, não se podendo designar, por exemplo, o *vinho tinto* como *‘*vermelho*’. No entanto, em muitas outras línguas, a oposição é precisamente de ‘*vermelho*’ vs. ‘*branco*’, como acontece em Francês, Inglês, Italiano ou em muitas das Línguas Eslavas. Existem, entretanto, outras línguas⁴⁴ ainda, nas quais o contraste é entre ‘*negro*’ vs. ‘*branco*’, como, por exemplo, em Croata, Catalão ou em dialectos da Sicília. Esta diversidade de designações aponta para uma conceptualização geral de *claro* vs. *escuro*, em que claro é invariavelmente realizado como ‘*branco*’, mas o escuro pode ser realizado como ‘*tinto*’, ‘*vermelho*’ ou ‘*negro*’, conforme a tradição cultural e linguística da região ou país.

Na Linguística Cultural, defende-se não apenas a *especificidade cultural do léxico*, conforme ilustrado em cima, mas pretende destacar-se, também, a *determinação*

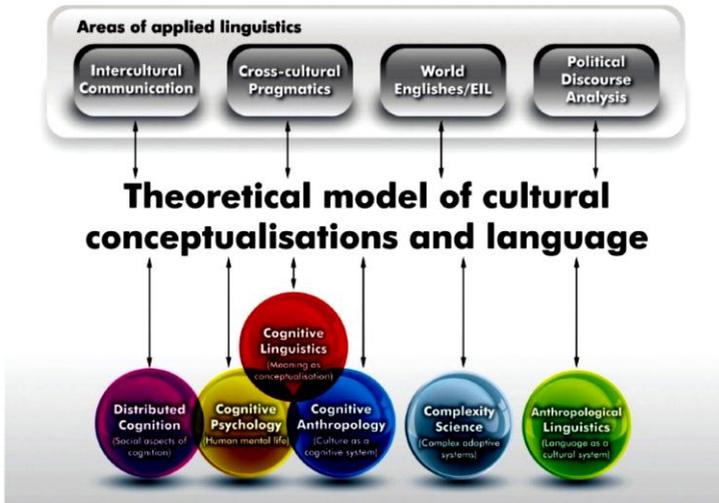
⁴⁴ Agradeço a muitos colegas e alunos que me forneceram os exemplos das línguas aqui referidas.

cultural da gramática, como no caso da especificidade do emprego emotivo do diminutivo em Português⁴⁵ ou do superlativo absoluto em Italiano; a especificidade da marcação do plural humano ou das construções dativas nas Línguas Eslavas⁴⁶, entre outros, bem como a existência dos “*scripts*” culturais (p. ex., de diversificadas formas verbais de delicadeza e de honoríficos a funcionarem em culturas diferentes), peças linguísticas constitutivas – de carácter gramatical, lexical ou discursivo –, indispensáveis para o entendimento de diferenças culturais entre os povos. Carácter interdisciplinar da Linguística Cultural e a sua radicação na Linguística Cognitiva

Dadas as suas raízes históricas, o âmbito de estudo da *Linguística Cultural* é de índole interdisciplinar, situando-se no ponto de encontro de três disciplinas: Linguística, Antropologia e Etnografia. Este âmbito pode ser, também, abrangido pelo escopo de outras disciplinas, tais como a *Linguística Antropológica*, a *Etnolinguística* ou a *Antropologia Linguística* (Anusiewicz 1994: 10-12), restringindo-se as respectivas diferenças à perspectivação oferecida teórica e metodologicamente por cada uma das áreas dos intervenientes. O âmbito interdisciplinar da Linguística Cultural abrange também a Filosofia (e, dentro desta, a Gnoseologia, a Ontologia e a Filosofia da Linguagem), a Psicologia, a Sociologia e as Ciências Políticas, entre outras, e aponta para o conceito do conhecimento integrado proporcionado pela *linguística integral* (Anusiewicz 1994: 65).

⁴⁵ Cf. Silva 2006, capítulo 8.

⁴⁶ Cf. Janda 2008.



Quadro 2: Natureza multidisciplinar do modelo das conceptualizações da cultura e da linguagem⁴⁷

Recentemente, Farzad Sharifian (cf. Sharifian 2007⁴⁸, 2010 e 2011) propõe um modelo multidisciplinar das conceptualizações da Cultura e da Linguagem – *The Model of Cultural Conceptualizations and Language* – (ver Quadro 2), no qual se defende que a Linguística Cultural emerge directamente da Linguística Cognitiva e que opera num espaço de inter-realcionamento entre dois grandes

⁴⁷ In Sharifian 2011b (*on-line*): “Figure 1: Multidisciplinary nature of the model of cultural conceptualizations and language”.

⁴⁸ “Palmer’s proposal for a cultural linguistics also inspired studies that have applied ‘cultural linguistics’ to areas such as intercultural communication and second language learning. A theme session entitled “*Applied Cultural Linguistics*” was organized as part of the 8th International Cognitive Linguistics Conference, University of La Rioja, Spain in 2003. This led to the publication of an edited volume with the same title (Sharifian & Palmer, 2007). The contributions to this volume focused on Japanese, Chinese, Arabic, Persian, English, Aboriginal English and African English. The studies in this volume collectively provided evidence about how learning a second language (or a language variety) involves learning a new conceptual system including new cultural schemas, conceptual metaphors and image schemas.” (Sharifian 2011b *on-line*).

grupos de diversas áreas científicas, no que o autor denomina como o *Modelo Teórico das Conceptualizações da Cultura e da Linguagem*. Por um lado, na parte superior do *Quadro*, encontram-se as áreas tradicionalmente identificadas com a Linguística Aplicada, tais como Comunicação Intercultural, Pragmática Inter e Intracultural, os estudos sobre as Línguas Pluricêntricas (o que, no *Quadro* é exemplificado pelo caso do Inglês, abrangendo *World English* e *English as an International Language (EIL)*) e a Análise do Discurso. Por outro, na parte inferior do *Quadro*, encontram-se as Ciências Cognitivas como Cognição Social, Psicologia Cognitiva, Antropologia Cognitiva, Linguística Antropológica e outros sistemas cognitivos complexos.

Por conseguinte, a Linguística Cultural encontra-se radicada no enquadramento teórico da Linguística Cognitiva, explorado numa perspectiva surpreendentemente plural⁴⁹, em linhas de pensamento independentes, desenvolvidas desde os anos oitenta do século passado por George Lakoff, Leonard Talmy e Ronald Langacker, bem como pelos seus seguidores e discípulos:

Dada a inscrição plural da sua origem, não é surpreendente que o campo de Linguística Cognitiva (LC) assuma hoje perspectivas múltiplas, reunidas em um conglomerado de abordagens teóricas que compartilha hipóteses centrais a respeito da linguagem humana, como é o caso do papel fundamental atribuído a questões relacionadas ao significado, ainda que cada uma dessas abordagens destaque aspectos distintos dos desdobramentos possíveis dessas hipóteses.

Vale ressaltar ainda que, embora a LC não seja a única abordagem linguística que confere status especial ao significado, o modo particular como são tratadas as questões semânticas e pragmáticas permite que se

⁴⁹ Alguns estudiosos, especialmente no Brasil, alargam este escopo cognitivo para algumas teorias *funcionalistas* (cf. Martelotta (org.) 2008: 62-67) que partilham com os cognitivistas dos mesmos princípios fundamentais, tal como se verifica nos funcionalismos de M.A.K. Halliday, T. Givón ou T. Van Dijk.

estabeleça um recorte relativamente bem delimitado da área, distinguindo-a, por um lado, de abordagens de orientação funcionalista e, por outro, do referencial teórico da semântica formal. (Ferrari 2009: 13)

Na abordagem conjunta⁵⁰ das diferentes vertentes da Linguística Cognitiva partese de um conjunto de constructos teóricos que fundamenta a análise teórica desenvolvida na área como, por exemplo a análise das bases conceptuais e experienciais das categorias linguísticas e estudam-se as unidades e as estruturas da linguagem não pelo seu carácter autónomo, mas na sua qualidade de manifestações de capacidades cognitivas gerais, da sua organização conceptual, de mecanismos de processamento e conceptualização, bem como da experiência cultural, social e individual. A linguagem surge, assim, como um repositório significativo e estruturado de conhecimento do mundo, construído com base nas experiências adquiridas, vividas e partilhadas, cujo registo é retrospectivamente guardado para podermos lidar, prospectivamente, com experiências novas. A linguagem assume-se como um *fenómeno mental*, cuja interacção no mundo é mediada por estruturas informativas na mente, e que serve como meio para organizar, processar e transmitir essa informação.

It is a fact that languages systematically direct attention to certain facets of our existence, while systematically ignoring other facets and that the way each language shapes attention is language-specific. It is also a fact that language is one of the primary identifiers of ethnic groups, and the means by which much of their culture is expressed. (Janda 2008: 26).

Ao estudar cientificamente a linguagem, a Linguística Cognitiva circunscreve a investigação desenvolvida na área em função das *cinco premissas fundamentais*:

⁵⁰ Cf. Martelotta 2008: 177-192.

Para o Português Europeu, ver os estudos de Silva 1997, 1999a [1997], 2001, 2003, 2004b, Batoréo 2000 [1996], 2004b e Silva e Batoréo 2010; para o Português do Brasil, ver, sobretudo, os estudos de Ferrari 2009, 2010 e 2011.

- (i) categorização linguística, abrangendo prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos idealizados, metáfora e imagens mentais; defende-se, assim, que o significado linguístico é relativizado a domínios linguísticos e que os sistemas cognitivos não são autónomos;
- (ii) princípios funcionais da organização linguística: iconicidade, naturalidade e perspectivização; defende-se, por conseguinte, que o significado linguístico reflecte processos de perspectivização; (iii) natureza dinâmica da gramática, o que implica, por exemplo a existência de uma interface conceptual entre sintaxe e semântica;
- (iv) base pragmática e experiencial da linguagem-no-uso, o que significa que o significado linguístico é baseado no uso e na experiência;
- (v) relação entre Linguagem e Mente/ Pensamento (a hipótese de relativismo e/ ou universais conceptuais/ linguísticos).⁵¹

A Linguística que, tal como acima definido, estuda cientificamente a conceptualização efectuada, simultaneamente, *a partir, através e dentro do* escopo da linguagem, é, necessariamente, *uma linguística cognitiva*, na medida em que o seu objecto de investigação é a linguagem como *sistema de conhecimento*. É de salientar que também outras correntes linguísticas – tal como, aliás, acontece no caso da Gramática Generativa de Chomsky (cf., a título exemplificativo, Chomsky 1986) – ou mesmo outros *sistemas de conhecimento* no paradigma das Ciências Cognitivas (como, entre outros, Psicologia Cognitiva, Neurociências, Inteligência Artificial, Antropologia,

⁵¹ Cf. Ferrari 2009, Capítulo 1.

Etnografia, etc.) – apontam para a necessidade da existência de *uma linguística cognitiva*.

Chomsky demonstrou, de modo definitivo, a importância, para a compreensão da linguagem, dos fenómenos de natureza cognitiva, ou seja, relativos ao modo como nossa mente interage com o mundo que nos cerca, bem como os processos que permeiam essa interacção. Entretanto, limitou sua abordagem a questões relacionadas ao desenvolvimento ou à maturação de uma capacidade biológica, postulando uma estrutura racional e universal inerente ao organismo humano. (Martelotta, 2008: 177).

No entanto, e ao contrário do que acontece no caso da linguística chomskiana, a Linguística Cognitiva não partilha da existência de uma faculdade da linguagem totalmente autónoma, independente de outras faculdades mentais, nem do conhecimento da linguagem modular autónomo em relação a outros tipos de conhecimento. O enquadramento teórico da Linguística Cognitiva não implica exclusivamente o conhecimento *da* linguagem mas aponta, antes, para o conhecimento *através* da linguagem, na direcção ao conhecimento do mundo. Ao alterar-se, assim, o *azimute* da pesquisa, altera-se, basicamente, o objecto da relação epistemológica adoptada pelos estudos linguísticos estabelecidos na segunda metade do século XX.

Quer na vertente estruturalista quer na generativista, a relação epistemológica dos estudos linguísticos é entendida como o estudo do sistema *que se basta a si próprio* e que abstrai, por conseguinte, do mundo extralinguístico que representa e que conhece através da Linguagem. Na óptica da Linguística Cognitiva esbate-se, no entanto, a distinção entre o *intra* e o *extralinguístico*, defendendo-se a importância do conhecimento enciclopédico do mundo e o estudo englobante não-modular da linguagem numa *visão holística* de um *todo conceptual e simbólico*. A gramática de uma língua caracteriza-se, assim, pela sua natureza simbólica, existindo nela um *contínuo de léxico-gramática* – ou, melhor, de *sintaxe-semântica-pragmática*

– responsável pela representação uniforme de todo o conhecimento gramatical na mente dos falantes (cf. Gramática Cognitiva de R. Langacker 1987/1991 e 2000): as categorias e construções gramaticais são entendidas, assim, como entidades simbólicas convencionais, tal como acontece no caso das categorias lexicais, estruturando-se pelos mesmos princípios de categorizações prototípicas e por modelos cognitivos e culturais idênticos (Lakoff e Johnson 1980, Lakoff 1987, Talmy 2003).

Além de se pautar pelas cinco premissas acima apresentadas, a Linguística Cognitiva organiza-se à volta de *quatro princípios* fundamentais:

- (i) primazia da semântica na análise linguística;
- (ii) natureza enciclopédica do conhecimento linguístico;
- (iii) natureza perspectivista do significado linguístico;
- (iv) historicidade do significado linguístico;

cruzando-se estes quatro princípios com as orientações metodológicas da Linguística Cognitiva. Estas orientações enquadram-se no âmbito do *experientialismo*, isto é, do *não-objectivismo*, tal como defendido em Lakoff e Johnson 1980 e Lakoff 1987. A fim de definir as linhas de *orientação metodológica* de trabalho em Linguística Cognitiva, parte-se da análise das respostas a três grupos de perguntas (Silva, 2004b: 79; cf. Batoréo, 2004)), abaixo especificadas, tendo sempre presentes os quatro princípios fundamentais (i – iv) acima definidos.

As questões apresentadas são as seguintes:

Grupo I: Como é que organizamos o conhecimento do mundo que nos rodeia, ou seja, como categorizamos

as entidades que povoam o mundo?
Qual é a estrutura das categorias resultantes?

Grupo II: Donde vem o conhecimento? Qual é a relação entre pensamento e realidade ou, mais especificamente, entre linguagem, pensamento e realidade?

Grupo III: Serão os conceitos, logo o pensamento e a linguagem, fundamentalmente literais? Qual o papel da imaginação no pensamento e na linguagem?

No que diz respeito ao Grupo I, e segundo o *objectivismo*, as categorias conceptuais e linguísticas formam-se e definem-se por condições (individualmente) necessárias e (conjuntamente) suficientes. Por conseguinte, todos os elementos de uma categoria têm o mesmo estatuto, destacando-se de outras categorias por fronteiras bem definidas e nítidas.

Pelo contrário, o *experencialismo* defendido pela Linguística Cognitiva postula que a categorização se processa na base de protótipos. Assim, os vários elementos de uma categoria apresentam diferentes graus de saliência, agrupam-se por *semelhanças-de-família* e as fronteiras entre diferentes categorias são geralmente vagas e diluídas. Se a função fundamental da Linguagem é a categorização, então *a significação será o fenómeno linguístico primário* (cf. atrás, o princípio fundamental (i)). A função categorizadora da Linguagem é estudada sistematicamente numa perspectiva que abrange as seguintes vertentes: *a teoria do protótipo* (Taylor 1995 e Geeraerts, 1997), *a teoria da metáfora conceptual* (Lakoff e Johnson 1980 e Sweetser

1990), *a semântica do enquadramento linguístico* ('*frame semantics*' de Fillmore 1985), *a teoria de espaços mentais e a teoria da integração conceptual* (Fauconnier 1985, 1997) e *modelos culturais* (D'Andrade 1987, Palmer 1996, Wierzbicka 1992, Sharifian 2011).

No que diz respeito ao Grupo II, o *objectivismo* defende o pensamento como sendo abstracto e, por consequência, independente dos condicionamentos individuais, sociais e culturais. Assim, a mente humana é considerada um espelho da realidade, no qual são colocados os conceitos e os significados dados *a priori*. Por conseguinte, a Linguagem é considerada como uma capacidade diferenciada e autónoma relativamente à cognição humana.

Ao contrário do objectivismo, o *experientialismo* da Linguística Cognitiva postula que o pensamento se fundamenta na experiência do mundo. Esta experiência não é dada, mas é construída através de estruturas cognitivas informativas, tais como a Linguagem. Consequentemente, a Linguagem não é um módulo separado, mas parte integrante da Cognição, em que não existe distinção entre conhecimento *linguístico* e conhecimento *enciclopédico* (cf. atrás, o princípio fundamental (ii)). O significado linguístico encontra-se intimamente ligado ao conhecimento do mundo na relação com a função categorizadora da Linguagem: se esta lhe impõe estruturas e formas, então ele não é objectivamente reflectido na Linguagem. Em vez de espelhar a realidade, a Linguagem é um meio de interpretar e construir o mundo, de organizar conhecimentos que reflectem as experiências e as culturas, o que aponta para a *natureza perspectivista do signo linguístico* (cf. atrás, o princípio fundamental (iii)). Esta característica está intimamente ligada à *historicidade do significado*, visto que a própria experiência humana é um fenómeno histórico sujeito a mudanças. Esbate-se, assim, a divisão saussureana estanque entre a linguística sincrónica e diacrónica, entendendo-se que o estudo linguístico do significado

deverá, naturalmente, combinar ambas as perspectivas: a sincrónica e a diacrónica (cf. atrás, o princípio fundamental - iv).

Finalmente, no que diz respeito ao Grupo III, o sistema conceptual humano é, segundo o *objectivismo*, literal por natureza e, portanto, verdadeiro ou falso. Assim, a metáfora e outros tipos de Linguagem tradicionalmente considerada figurada são fenómenos exclusivamente linguísticos e próprios da linguagem literária.

Pelo contrário, o *experencialismo* postulado pela Linguística Cognitiva defende que, no nosso dia-a-dia, é comum pensarmos e falarmos figurativamente. Assim, não existindo uma oposição fundamental entre literal e figurado, a metáfora e outros tipos de linguagem tradicionalmente encarada como figurada são fenómenos conceptuais por natureza, processos e modelos cognitivos naturais dos actos de pensar e de falar.

As *premissas teóricas*, os *princípios fundamentais* e as *linhas de orientação metodológica* acima apresentadas constituem os alicerces não só da Linguística Cognitiva, mas também da Linguística Cultural nela radicada.

Na secção seguinte, iremos abordar o terceiro dos quatro princípios fundamentais da Linguística Cognitiva (e, por conseguinte, também da Linguística Cultural) acima referidos: a natureza *perspectivista* do significado linguístico, baseando-nos no “constructo” conceptual subjacente à conceptualização da semana, dos dias que a constituem e da respectiva ordem.

5. Perspectivação conceptual e o exemplo da conceptualização da semana em línguas e culturas diferentes

A natureza perspectivista do significado linguístico como função central da linguagem e as operações de

perspectivação conceptual na criação de um “constructo” (*‘construal’* de Langacker) têm sido consistentemente estudadas em Linguística Cognitiva. Nos últimos vinte anos do século passado, destacaram-se três abordagens complementares que focam estes fenómenos e são da autoria dos três principais vultos reconhecidos na área: Ronald W. Langacker, Leonard Talmy e George Lakoff. Trata-se, assim, das abordagens mais representativas da *imagética convencional (imagery)* de Langacker e dos *sistemas imagéticos (imaging systems)* de Talmy, bem como dos estudos de Lakoff e colegas sobre a linguagem figurada. Em estudos posteriores (cf. Croft 2004), defende-se que as operações linguísticas de *perspectivação* conceptual, isto é, o *‘construal’* langackeriano, constituem, no fundo, manifestações de quatro processos cognitivos fundamentais e estudados há décadas em Psicologia e Filosofia – (i) atenção ou saliência, (ii) juízo ou comparação, (iii) localização e (iv) *gestalt* da experiência –, evidenciando que os processos não linguísticos como a percepção visual e a actividade sensório-motora têm um papel crucial na conceptualização e na linguagem (cf. Silva 2006: 303-307):

“Daqui se conclui também que estamos perante processos de conceptualização que são universais: como assinala Lakoff (1987: 311), as pessoas partilham a mesma capacidade geral de conceptualização, não obstante as diferenças que possa haver entre os seus sistemas conceptuais. A especificidade semântica de uma língua residirá na combinação de uma espécie particular de conceptualização, corporizada numa categoria lexical ou construção gramatical particular, com uma classe particular de experiências humanas que esta categoria/construção codifica (Croft & Wood 2000: 77). Qualquer língua possui muitas perspectivas alternativas de codificar a mesma experiência (Lakoff 1987: 306) e diferentes línguas codificam a mesma experiência de diferentes perspectivas. Mas há restrições, preferências interlinguísticas e, mais do que isso – e evitando cair nas malhas da versão forte do relativismo linguístico –, os efeitos das operações de conceptualização

linguisticamente impostas poderão ser bastante superficiais (Langacker 1998).” (Silva, 2006: 306-307)

A fim de percebermos como funciona a criação de um “constructo” (*construal*) das operações de perspetivação conceptual, procuraremos ilustrar o fenómeno com o exemplo da conceptualização da semana em línguas⁵² diferentes.

Hoje em dia, existe um sistema universal de contagem de tempo do qual uma das unidades fundamentais é a semana (do lat. ‘*septimana*’), um espaço de tempo concebido como um conjunto de sete dias, dos quais um é destinado ao descanso e à oração – e isto independentemente da religião professada pela respectiva comunidade – e os restantes seis ao trabalho. Conforme se pode observar pelos exemplos de (tipos de) línguas naturais apresentadas nos quadros em baixo (cf. Quadro 3 a 7), os nomes dos dias da semana e a perspectiva segundo a qual se apresentam ordenados resultam de cruzamento de duas tradições: a pagã – que dedica cada dia da semana a um planeta e/ou a um deus pagão (cf. Quadros 3 e 4) – e a religiosa, reflectindo uma das três grandes religiões mundiais: a judaica, a cristã ou a muçulmana.

⁵² O material linguístico que serviu de base para a presente secção foi recolhido da informação disponível nos seguintes *sites*:

http://pt.wiktionary.org/wiki/Ap%C3%AAndice:Dias_da_semana

http://pt.wikipedia.org/wiki/Dias_da_semana

http://en.wikipedia.org/wiki/Names_of_the_days_of_the_week

http://pl.wikipedia.org/wiki/Nazwy_dni_tygodnia

Latim	deus romano	deus saxão	ideograma chinês (representação tradicional)
Solis dies	Sol	Sol	Sol
Lunae dies	Lua	Lua	Lua
Martis dies	Marte	Tyr	Fogo
Mercuri dies	Mercúrio	Odin	Água
Jovis dies	Júpiter	Thor	Madeira
Veneris dies	Vénus	Freya	Metal
Saturni dies	Saturno	Saturno	Terra

Quadro 3. Conceptualização dos dias em função dos deuses pagãos/ planetas/ elementos (exemplos)

A unidade de tempo de sete dias foi introduzida no Império Romano no século II d. C., mas acabou por ser adoptada mais tarde por outros povos europeus, conforme se pode observar, por exemplo nas Línguas Românicas (Quadros 4 e 5) e Germânicas. Assim, em Inglês, por exemplo, podemos observar os nomes dos dias da semana dedicados aos deuses pagãos (embora sejam maioritariamente deuses/ planetas locais, saxões, e não romanos), como em ‘*Monday*’ (2^a feira), dia dedicado à Lua

(cf. ‘moon’, em Inglês), ou em ‘Thursday’ (5^a feira), dia dedicado ao deus saxão Thor (cf. Quadro 3)

Latim clássico	Latim eclesiástico	Significado	Latim litúrgico I	Latim litúrgico II
<i>Dies Solis</i>	<i>Solis dies</i>	dia do Sol	<i>Prima feria</i>	<i>Feria prima</i>
<i>Dies Lunae</i>	<i>Lunae dies</i>	dia da Lua	<i>Secunda feria</i>	<i>Feria secunda</i>
<i>Dies Martis</i>	<i>Martis dies</i>	dia de Marte	<i>Tertia feria</i>	<i>Feria tertia</i>
<i>Dies Mercurii</i>	<i>Mercurii dies</i>	dia de Mercúrio	<i>Quarta feria</i>	<i>Feria quarta</i>
<i>Dies Iovis</i>	<i>Iovis dies</i>	dia de Júpiter	<i>Quinta feria</i>	<i>Feria quinta</i>
<i>Dies Veneris</i>	<i>Veneris dies</i>	dia de Vénus	<i>Sexta feria</i>	<i>Feria sexta</i>
<i>Dies Saturni</i>	<i>Saturni dies</i>	dia de Saturno	<i>Septima feria</i>	<i>Feria septima</i>

Quadro 4. A origem da semana latina

Português Moderno	Português Arcaico	Espanhol	Italiano	Francês	Galego
<i>Domingo</i>	<i>Domingo</i>	<i>Domingo</i>	<i>Domenica</i>	<i>Dimanche</i>	<i>domingo</i>
<i>Segunda-feira</i>	<i>Lues</i>	<i>Lunes</i>	<i>Lunedì</i>	<i>Lundi</i>	<i>luns</i> <i>segunda</i> <i>feira</i>
<i>Terça-feira</i>	<i>Martes</i>	<i>Martes</i>	<i>Martedì</i>	<i>Mardi</i>	<i>martes</i> <i>terza</i> <i>feira</i>
<i>Quarta-feira</i>	<i>Mércores</i>	<i>Miércoles</i>	<i>Mercoledì</i>	<i>Mercredi</i>	<i>mércores</i> <i>cuarta</i> <i>feira</i>
<i>Quinta-feira</i>	<i>Joves</i>	<i>Jueves</i>	<i>Giovedì</i>	<i>Jeudi</i>	<i>xoves</i> <i>quinta</i> <i>feira</i>
<i>Sexta-feira</i>	<i>Vernes</i>	<i>Viernes</i>	<i>Venerdì</i>	<i>Vendredi</i>	<i>venres</i> <i>sexta-</i> <i>feira</i>
<i>Sábado</i>	<i>Sábado</i>	<i>Sábado</i>	<i>Sabato</i>	<i>Samedi</i>	<i>Sábado</i>

Quadro 5. Os dias da semana em diferentes Línguas Românicas (exemplos)

O estudo das diferentes línguas e culturas demonstra que a conceptualização da semana é feita basicamente de três modos distintos, com o dia de descanso à Sexta-feira, como nos países muçulmanos, ao Sábado, como na religião judaica, ou ao Domingo, como nos países de tradição cristã, sendo esta última a forma mais usual encontrada entre os países do mundo.

Tal como foi mencionado anteriormente (cf. Quadro 3), os nomes atribuídos aos dias da semana nas línguas do mundo ocidental deixam transparecer a conceptualização radicada nas tradições pagãs antigas, por um lado, e na tradição religiosa – tanto a judaico-cristã tradicional como a cristã propriamente dita –, por outro. Assim, na maioria das línguas, os nomes dos dias de trabalho reflectem os deuses pagãos, romanos ou locais, enquanto os dias de descanso reflectem o dia de descanso judaico ao Sábado (proveniente do *Sabbath* bíblico) e o dia de descanso dos cristãos ao Domingo, dia dedicado ao culto de Deus e reconhecido, em Latim, como ‘*Dominica Dies*’, isto é, ‘o dia do Senhor’ (Quadro 5).

É curioso verificar que, nas Línguas Eslavas (cf. Quadro 7), é reflectida apenas a tradição judaico-cristã no nome atribuído ao Sábado, mas o dia seguinte, com a excepção do Russo, é referido como o dia de descanso (com a designação proveniente de ‘*ne delat*’ – ‘*não trabalhar/não fazer nada*’) e não como o dia de culto.

<i>Exemplo das Línguas Eslavas e o sentido atribuído</i>	Dia depois do dia de não fazer nada	2º dia	Dia do meio	4º dia	5º dia	Sábado	Dia de não fazer nada
[Português]	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira	Sábado	Domingo
<i>Russo</i>	<i>ponedel'nik</i>	<i>vtornik</i>	<i>sreda</i>	<i>chetverg</i>	<i>pyatnica</i>	<i>subbota</i>	<i>voskresen'je</i>
<i>Ucraniano</i>	<i>ponedilok</i>	<i>vivtorok</i>	<i>sereda</i>	<i>chetver</i>	<i>p'yatnitsya</i>	<i>subota</i>	<i>nedilya</i>
<i>Búlgaro</i>	<i>ponedelnik</i>	<i>vtornik</i>	<i>sryada</i>	<i>chetvǎrtǎk</i>	<i>petǎk</i>	<i>sǎbota</i>	<i>nedelya</i>
<i>Polaco</i>	<i>poniedziałek</i>	<i>wtorek</i>	<i>środa</i>	<i>czwartek</i>	<i>piątek</i>	<i>sobota</i>	<i>niedziela</i>
<i>Eslovaco</i>	<i>pondelok</i>	<i>utorok</i>	<i>streda</i>	<i>štvrtok</i>	<i>piatok</i>	<i>sobota</i>	<i>nedel'a</i>
<i>Checo</i>	<i>pondělí /pondělek</i>	<i>úterý /úterek</i>	<i>středa</i>	<i>čtvrtek</i>	<i>pátek</i>	<i>sobota</i>	<i>neděle</i>
<i>Esloveno</i>	<i>ponedeljek</i>	<i>torek</i>	<i>sreda</i>	<i>četrtek</i>	<i>petek</i>	<i>sobota</i>	<i>nedelja</i>

Lituano	sekma dienis (7º dia) – Domingo	prima dienis (1º dia) – 2ª feira	antradienis (2º dia) – 3ª feira	trečiadienis (3º dia) – 4ª feira	ketvirtadienis (4º dia) – 5ª feira	penktadienis (5º dia) – 6ª feira	šeštadienis (6º dia) – Sábado
----------------	---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	------------------------------------	----------------------------------	-------------------------------

Quadro 6. Dias da semana nas Línguas Eslavas e Bálticas (exemplos).

Independentemente dos tipos dos nomes tradicionalmente atribuídos numa dada cultura e na língua falada pelo seu povo, o modo da sua ordenação, isto é, o modo como se efectua a contagem dos sete dias da semana pode ser efectuada, na grande maioria das línguas do mundo, quer a partir do Domingo, dia de descanso, quer a partir do primeiro dia de trabalho, isto é a Segunda-feira, constituindo um exemplo da perspetivação conceptual do “constructo” da semana. Assim, o Domingo funciona como o primeiro dia na organização da semana latina, o que continua transparente na denominação numérica utilizada pela Língua Portuguesa⁵³ (Quadros 4 e 5) e pelas línguas culturalmente próximas do mundo lusófono (Quadro 7).

Português	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
Mirandês	segunda	terça	quarta	quinta	sesta	sábado	demingo
Tetum	segunda	tersa	kuarta	kinta	sesta	sábadu	domingu
Crioulo Caboverdiano	segunda fera	tirsera fera	kuarta fera	kinta fera	sesta fera	sábdu	dimingu

Quadro 7. Dias da semana em países de Língua Portuguesa e Crioulas

Nas outras Línguas Românicas, mantém-se a mesma ordem, embora os nomes dos dias da semana não permitam reconhecê-la explicitamente.

⁵³ Tradicionalmente é a Martinho de Dume (ou Martinho de Braga, Panónia, c. 515 – Braga, 580), conhecido como São Martinho Bracarense, que se atribui a introdução dos modernos dias da semana da Língua Portuguesa (cf. Quadro 5): considerando indigno de bons cristãos que se continuasse a chamar os dias da semana pelos nomes latinos pagãos de *Lunae dies*, *Martis dies*, etc., foi o primeiro a usar a terminologia eclesiástica para os designar (*Feria secunda*, *Feria tertia*, etc.), donde surgiram os dias de 2ª feira, 3ª feira, etc. em Português moderno, constituindo o caso único entre as línguas neolatinas, sendo que o Galego mantém os dois sistemas, tanto o anterior a São Martinho (correspondente ao Castelhana e a outras Línguas Românicas) como o por ele introduzido.

Ao contrário do observado nas línguas que privilegiam o papel do Domingo, destacando-o como o primeiro dia da semana, existem outras línguas que perspectivam a ordem com início na Segunda-feira, tal como pode ser observado nos nomes atribuídos aos dias nas Línguas Eslavas e Bálticas (cf. Quadro 6), sendo que Quarta-feira é denominada como '*o dia do meio*' e não como o terceiro dia, como seria de esperar. É curioso verificar que, também no Chinês moderno, a contagem dos dias da semana é transparentemente numérica, perspectivando a 2^a feira como o primeiro dia da série dos dias da semana.

Tendo em conta a necessidade da representação científica dos dias da semana, a Organização Internacional para Padronização (ISO) estabeleceu a norma ISO 8601 que normaliza com uma sequência numérica de 1 (um) a 7 (sete) a numeração para a representação dos dias da semana num formato informático global. Esta denominação numérica dos dias da semana indica a perspetivação e sequência da representação que reconhece a 2^a feira como o primeiro dia, tal como linguisticamente perspectivado e acima ilustrado, por exemplo, nas Línguas Eslavas e Bálticas ou no Chinês moderno. Assim, segundo esta norma internacional, o 1^o dia da semana é 2^a feira, o 2^o, 3^a feira, e assim por diante.

Considerações finais

No presente estudo, defendemos que, na óptica da Linguística Cognitiva (LC), o estudo do léxico passa, sobretudo, pelo estudo da produtividade lexical na linguagem-em-uso, observada numa comunidade social e culturalmente determinada, isto é, num enquadramento de estreito relacionamento entre a linguagem e a cultura, em que os factores que devem ser tomados em consideração são de natureza cognitiva, mas também psicossociolinguística e cultural.

Assim, na primeira secção, centrámo-nos em alguns aspectos da produtividade linguística observada nas duas

variantes nacionais da Língua Portuguesa – no Português do Brasil (PB) e no Português Europeu (PE) –, dando, já na segunda secção, destaque ao item polissémico ‘*feitio*’ e aos múltiplos sentidos que podem ser atribuídos à expressão ‘*mau feitio*’ num contexto transnacional e transcultural entre as duas variantes.

O relacionamento entre a linguagem e a cultura tem vindo a ser estabelecido e estudado, ao longo dos últimos anos, no seio de um ramo da LC conhecido como a Linguística Cultural (cf. Palmer 1996, Bernárdez 2000, Sharifian & Palmer 2007, Sharifian 2010 e 2011). Este enquadramento teórico foi objecto do nosso estudo efectuado em pormenor na secção 3.

Num momento seguinte, na secção 4, abordámos em pormenor um dos princípios básicos da LC e, por conseguinte, também da Linguística Cultural: a natureza *perspectivista* do significado linguístico, ilustrando-o com a aplicação efectuada ao estudo interlinguístico dos nomes dos dias da semana.

Procurámos demonstrar, deste modo, que a Linguagem é significado e o significado é conceptualização, o que significa que estudar o Léxico de um idioma, tal como, aliás, estudar também a sua Gramática, implica estudar as conceptualizações a ele inerentes. Tal como ilustrado na última secção pelas diferentes conceptualizações subjacentes à ordenação dos dias da semana em série, aprender uma língua diferente não implica apenas aprender os nomes dos diferentes dias, mas entender, aceitar e dominar a *perspectivação* conceptual a ela subjacente, o que pode implicar uma inicial e pontual “subversão” da perspectivação conceptual veiculada pela língua materna do aprendente até que a compreensão do fenómeno seja interiorizada na qualidade de conhecimento integrado.

Referências

- ALMEIDA, M.L.L.; R.G. Ferreira; D. Pinheiro; J. de L. Souza e C.A. Gonçalves (org.), 2009. *Linguística Cognitiva em Foco: Morfologia e Semântica*. Rio de Janeiro: Edições Publit.
- ANUSIEWICZ, Janusz, 1994. *Lingwistyka Kulturowa* [Linguística Cultural] Wrocław: Wydawnictwa Uniwersytetu Wrocławskiego.
- BATORÉO, Hanna Jakubowicz. 2000 [1996]. *Expressão do Espaço no Português Europeu. Contributo Psicolinguístico para o Estudo da Linguagem e Cognição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. [Dissertação de Doutoramento, apresentada à FLUL, em 1996].
- _____. 2004. *Linguística Portuguesa: Abordagem Cognitiva*. [CD-ROM], Lisboa: Universidade Aberta.
- _____. 2005. “O Estudo do Português Europeu na mira da Linguística Cognitiva – uma experiência de 15 anos”. In *Actas do XX Encontro da APL*, Lisboa, 197-210.
- _____. 2010a. “Gramaticalização na Língua Portuguesa: uma abordagem contrastiva dos estudos em Português Europeu (PE) e em Português do Brasil (PB)” *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, nº 5, Julho 2010, Lisboa: Edições Colibri, Universidade Nova de Lisboa, 95-106.
- _____. 2010b. “Cognitive and Cultural Models of Sociocultural Identities: Conceptualising Football as Colour and/or Wild Animal in Journalistic European Portuguese Discourse”. In *Comunicação, Cognição e Média*, 2 vols., Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa de Braga, Braga, Vol. 2, 47-62.
- _____. 2010c. “Productividade Lexical, Espaços Mentais Integrados e Lexias Compostas na Língua Portuguesa (PE e PB): o que a Linguística Cognitiva nos Ensina sobre Língua e Cultura?”, *Revista Lingüística*, v. 6, n.º2, Dezembro de 2010, Rio de Janeiro, Programa em Pós-Graduação em Linguística da

UFRJ, 27-43.

_____. 2011. “As Raízes de ‘Botafogo’: Construção de Sentidos Múltiplos em Português Europeu”, *Veredas*, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora – vol. 15, n.º2/2011, 1-13.

_____. 2014a. Leonard Talmy’s Schematic System of Perspective. *International Journal of Cognitive Linguistics* Volume 5, Issue 1, Nova Science Publishers Inc., 2014, 53-54. (Special Issue: *Consolidating a Map of Talmian Cognitive Semantics – Looking within, across, and beyond its systems*, a theme session presented at ICLC-12, Edmonton, Canada, 2013).

_____. 2014b. Perspective point (viewpointing) and events of motion in European Portuguese. *International Journal of Cognitive Linguistics* Volume 5, Issue 1, Nova Science Publishers Inc., 2014, 55-74. (Special issue: *Consolidating a Map of Talmian Cognitive Semantics – Looking within, across, and beyond its systems*, a theme session presented at ICLC-12, Edmonton, Canada, 2013).

BATORÉO, Hanna Jakubowicz e Margarida CASADINHO. 2009. “«Botar ou não Botar... Eis a Questão» Estudo Contrastivo da Produtividade Lexical do Verbo ‘Botar’ no Português Europeu e no Português do Brasil na óptica da Linguística Cognitiva”. In M.L.L. Almeida; R.G. Ferreira; D. Pinheiro; J. de L. Souza e C.A. Gonçalves (org.). 2009. *Linguística Cognitiva em Foco: Morfologia e Semântica*, Rio de Janeiro: Edições Publit, cap. 2, 53-66.

_____. 2010. “«Botar as Mãos na Massa?» Estudo Cognitivo da Produtividade Lexical do Verbo ‘Botar’ no PE e PB”. In Maria João Marçalo *et al.* (coord.) *Língua Portuguesa: Ultrapassar Fronteiras, Juntar Culturas*, Évora: Universidade de Évora.

BERNARDÉZ, Enrique. 2000. *Hacia una Teoría de la Lingüística Cultural*. Trad. de inglês de G. B. Palmer (1996) *Toward a Theory of Cultural Linguistics*, Madrid: Alianza Editorial.

BOAS, Franz. 1966. *Introduction to Handbook of American Indian Languages*, Lincoln, University of Nebraska Press.

BOWERMAN, Melissa. 1989. "Learning a Semantic System: What Role Do Cognitive Predispositions Play?" in M. L. Rice and R. L. Schiefelbusch (eds.), *The Teachability of Language*, Baltimore, Paul H. Brooks, in Bloom (ed.). (1993), 329-363.

BOWERMAN, Melissa. 1994. "Linguistic and Nonlinguistic Determinants of Spatial Semantic Development: A Crosslinguistic Study of English, Korean, and Dutch", Comunicação apresentada na *Boston University Conference on Language Development*, Boston.

CHOMSKY, Noam A. 1986. *Knowledge of Language. Its Nature, Origin and Use*. Preager Publishers, 1986. Tradução portuguesa *O Conhecimento da Língua. Sua Natureza, Origem e Uso*, Prefácio e coordenação da edição portuguesa de Inês Duarte, Editorial Caminho, Coleção Universitária, Série Linguística, 1994.

CROFT, William. 2004. "Conceptualization and Construal Operations. In William Croft & D. Alan Cruse, *Cognitive Linguistics*, Cambridge: Cambridge University Press, cap. 2, 40-73.

D'ANDARADE, Ronald. 1987. "A Folk Model of the Mind" in Dorothy Holland & Naomi Quinn (eds.) *Cultural Models in Language and Thought*, Melbourne: Cambridge University Press, 112-148.

D'ANDARADE, Ronald 1989. "Cultural Cognition", in Posner (ed.), (1989), 795-830.

DESCARTES, R. 1961. [1637]. *Discurso do Método e Tratado das Paixões da Alma*, trad. portuguesa, 4ª edição, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1961.

DINIS, Alfredo. 2004. "O que é ser Humano? A perspectiva das Ciências Cognitivas" in. Dinis & Curado 2004, 29-46.

DINIS, Alfredo e J.M. CURADO (eds.). 2004. *Consciência e Cognição*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia,

Universidade Católica Portuguesa.

FAUCONNIER, Gilles. 1985. *Mental Spaces*, Cambridge, MA: MIT Press.

_____. 1997. *Mappings in Thought and Language*, Cambridge: Cambridge University Press.

FAUCONNIER, Gilles & Mark TURNER. 1994. «Conceptual Projection and Middle Spaces», Cognitive Science Technical Report, 94/01 1998. “Conceptual Integration Networks” *Cognitive Science* 22/2, 133-187.

FERRARI, Lilian (org.). 2009. *Espaços mentais e construções gramaticais: do uso linguístico à tecnologia*. Rio de Janeiro: Imprinta.

_____. 2010. “Modelos de Gramática em Linguística Cognitiva: princípios convergentes e perspectivas complementares”, *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e Cognição*, n.º 41, 149-165. Disponível em: <http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/41/artigo7.pdf>

_____. 2011. *Introdução à Linguística Cognitiva*, São Paulo: Contexto.

FERRARI, Lilian; SWEATSER, Eve. 2012. “Subjectivity and Upwards Projection in Mental Space Structure”. In Barbara Dancyngier & Eve Sweetser (org.) *Viewpoint in Language. A Multimodal Perspective*. Frontmatter/Prelims, Cambridge: Cambridge University Press.

FILLMORE, Charles. 1985. “Frames and Semantics of Understanding”, *Quaderni di Semantica*, 6, 222-254.

FONSECA, Joaquim. 1989. *Correntes Modernas da Linguística (Programa e Metodologia)*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

GEERAERTS, Dirk. 1997. *Diachronic Prototype Semantics. A contribution to Historical lexicology*, Oxford: Clarendon Press.

_____. 2004. “Cultural models of linguistic standardization”, in Silva, Torres e Gonçalves (org.) (2004),

47-84.

GIVÓN, T. 1983. "Topic continuity in discourse: The Functional domain of switch reference", in Haiman, J. & P. Munro (eds.) *Typological studies in language, vol.2. Switch-reference and universal grammar* (51-82), Amsterdam: John Benjamins.

_____. 1984. *Syntax. A Functional-Typological Introduction*, Amsterdam: John Benjamins.

_____. 1989. *Mind, Code and Context*, London: Lawrence Erlbaum Associates.

GUMPERZ, John & Dell Hymes (org.). 1972. *Directions in Sociolinguistics: the ethnography of communication*. New York: Holt, Rinehart and Winston.

GOODENOUGH, W. 1964. "Cultural anthropology and linguistics". In Dell Hymes (ed.) (1964) *Language in Culture and Society*, New York.

HALLIDAY, M. A. K. 1975. *Learning How to Mean: Explorations in the Development of Language*, London: Edward Arnold.

HERDER, J. G. 1877. *Werke*, ed. B. Suphan, Berlin.

HOLLAND, Dorothy & Naomi QUINN (eds). 1987. *Cultural Models in Language and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.

HUMBOLDT, Wilhelm. 1968 [1836]. *Gesammelte Schriften*, Berlin.

HYMES, Dell (ed.). 1964. *Language in Culture and Society*, New York.

JANDA, Laura A. 2008. "From Cognitive Linguistics to Cultural Linguistics". *Slovo a smysl/Word and Sense*, 33 pages. ISSN 1214-7915.

LAKOFF, George. 1987. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal about the Mind*, Chicago: The University of Chicago Press.

LAKOFF, George & Mark JOHNSON. 1980. *Metaphors we Live by*, Chicago: The University of Chicago Press.

LANGACKER, Ronald W. 1987/1991. *Foundations of Cognitive Grammar*, Vol. 1 - *Theoretical Prerequisites* (1987), Vol. 2 - *Applications* (1991), Stanford, California: Stanford University Press.

LANGACKER, Ronald W. 2000. *Grammar and Conceptualization*, Berlin, New York: Mouton de Gruyter.

LANGACKER, Ronald W. 2004 "Possession, Location, and Existence", in Silva, Torres e Gonçalves (org.) (2004), 85-120.

LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. 1980 [1705]. *New essays concerning human understanding*. Trad. inglesa. Cambridge, C.U.P.

LOCKE, John 1690. *Essay Concerning Human Understanding*. Disponível em:

<http://www.earlymoderntexts.com/loess.html>

LURIA, A. R. 1981. *Language and Cognition*, Toronto, John Wiley and Sons.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). 2008. *Manual de Lingüística*, São Paulo: Editora Contexto.

PALMER, Gary B. 1996. *Toward a Theory of Cultural Linguistics*, Austin: The University of Texas Press. Versão castelhana de Enrique BERNARDÉZ, *Hacia una Teoría de la Lingüística Cultural*, Alianza Editorial, 2000.

PALMER, Gary B. 2003. "Introduction". In Palmer, Goddard & Lee, 97-108.

PALMER, Gary B. & Debra J. OCCHI. 1999. "Introduction: Linguistic anthropology and emotional experience". In Palmer & Occhi, 1-22

PALMER, Gary B. & Debra J. OCCHI (eds.). 1999. *Languages of Sentiment: Cultural Constructions of Emotional Substrates*,

Amsterdam: John Benjamins.

PALMER, Gary B., Cliff GODDARD & Penny LEE (eds.). 2003. Talking about Thinking across Languages. Special Issue. *Cognitive Linguistics* 14/2,3.

SAPIR, Edward. 1924. "Culture, Genuine and Spurious", *American Journal of Sociology*, 29, 401-429.

_____. 1949. *Selected Writings of Edward Sapir in Language, Culture and Personality*, (Ed. David Mandelbaum), Berkeley: University of California Press.

SHARIFIAN, Farzad. 2010. Cultural conceptualizations in intercultural communication: a study of Aboriginal and non-Aboriginal Australians. *Journal of Pragmatics*, 42, 3367–3376.

_____. 2011a. Cultural conceptualizations and language: Theoretical framework and applications. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

_____. 2011b. *Cultural Linguistics*. Inaugural Professorial Lecture, Professor Farzad Sharafian, School of Language, Cultures, and Linguistics, Language and Society Centre, Monash University. In http://monash.academia.edu/ProfessorFarzadSharifian/Papers/611702/Cultural_Linguistics_Farzad_Sharifians_Inaugural_Professorial_Lecture.

_____. 2011c. *Language and Society*. Video (56 minutos) disponível em: <http://arts.monash.edu.au/language-and-society/farzad-lecture-june-11.php>

SHARIFIAN, Farzad, & Gary B. Palmer, (eds.). 2007. Applied cultural linguistics: Implications for second language learning and intercultural communication. Amsterdam/Philadelphia: JohnBenjamins.

SHARIFIAN, Farzad. René Dirve, N. Yu & S. Neiemier, S. (eds.). 2008. *Culture, body, and language: Conceptualizations of internal body organs across cultures and languages*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

SILVA, Augusto Soares da. 1999. *A Semântica de Deixar: uma Contribuição para a Abordagem Cognitiva em Semântica Lexical*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e da Tecnologia, [Dissertação de Doutoramento, apresentada à Universidade Católica de Braga, Faculdade de Filosofia, em 1997].

_____. 2001. “Introdução”. In Augusto Soares da Silva (org.) *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa, 1-18.

_____. 2004a. “Introdução”. In Augusto Soares da Silva, Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.), 1-20.

_____. 2004b. “Protótipos, imagens e metáforas, ou o experiencialismo da linguagem e do pensamento”.. In Alfredo Dinis e José M. Curado (orgs.), *Consciência e Cognição*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da UCP, 2004, 79-96.

_____. 2006. *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*. Coimbra: Almedina.

_____. 2009. “O cognitivo e o social nos estudos linguísticos: inimigos íntimos?”. In *Textos Seleccionados do XXIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 511-525.

_____. 2011. “What’s in a world? Mental and linguistic representations, culture(s) and the negotiation of meaning”.. In Ana Margarida Abrantes & Peter Hanenberg (eds.) *Cognition and Culture. An Interdisciplinary Dialogue*. Studies in Cultural Science 5. Frankfurt am Main: Peter Lang, 99-119.

_____. (org.). 2001. *Linguagem e Cognição: a Perspectiva da Linguística Cognitiva*, Braga: Associação Portuguesa de Linguística e Universidade Católica Portuguesa

SILVA, Augusto Soares da; Amadeu Torres e Miguel Gonçalves (org.). 2004. *Linguagem, Cultura e Cognição: Estudos de Linguística Cognitiva*, 2 vols. Coimbra: Almedina.

SILVA, Augusto Soares da e Hanna Jakubowicz BATORÉO. 2010. "Gramática Cognitiva: estruturação conceptual, arquitectura e aplicações". In Ana Maria Brito (org.) *Gramática: História, Teorias, Aplicações*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 229-251.

SLOBIN, Dan I. 1990. "Learning to Think for Speaking: Native Language, Cognition and Rhetorical Style", Comunicação apresentada na *International Pragmatics Conference*, Barcelona e na *Fifth International Congress for the Study of Child Language*, Budapest.

_____. 2012. "Thinking for speaking in two languages: changes at the interface of grammar and semantics." Conferência de encerramento no 5^o Congresso LCM – *Language – Culture – Mind*, 27-29 de Julho, Lisboa: Universidade Católica de Lisboa.

SWEESTER, Eve. 1990. *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*, Cambridge: Cambridge University Press.

TALMY, Leonard. 1985. "Lexicalization Patterns: Semantic Structure in Lexical Forms", in T. Shopen (ed.) *Language Typology and Syntactic Description*, Vol. III, *Grammatical Categorization and the Lexicon*, Cambridge: Cambridge University Press.

_____. 1988. "The Relation of Grammar to Cognition", in Rudzka-Ostyn, B. (ed.), (1988), 165-206.

_____. 2003. *Toward a Cognitive Semantics*, Vol 1 & 2, A Bradford Book, Cambridge Massachusetts, London, England: The MIT Press.

_____. 2004. "The representation of spatial structure in spoken and signed language", in Silva, Torres e Gonçalves (org.) (2004), 121- 164.

TAYLOR, John R. 1995 [1989]. *Linguistic Categorization. Prototypes in Linguistic Theory*, Clarendon Paperbacks, New York: Oxford University Press.

- UNGERER, F. & H. J. SCHMID. 1996. *An Introduction to Cognitive Linguistics*, Longman, Learning about Language, London & New York.
- VAN DIJK, Teun 1997. *Discourse and Society*, New York: Academic Press.
- VAN DIJK, Teun & W. Kintsch. 1983. *Strategies of Discourse Comprehension*, New York: Academic Press.
- VYGOTSKY, Lev. 1979 [1934]. *Mind and Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Tradução inglesa do original russo. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- WHORF, B. L. 1956. *Language, Thought, and Reality: Selected Writings of Benjamin Lee Whorf*. New York, Wiley: Ed. John B. Carroll,
- WIERZBICKA, Anna. 1979. "Ethno-syntax and the philosophy of grammar". *Studies in Language* 3/3: 313–83
- _____. 1980. *Lingua Mentalis: The Semantics of Natural Language*, Sydney, Academic Press.
- _____. 1985. *Lexicography and Conceptual Analysis*, Ann Arbor.
- _____. 1988. *The Semantics of Grammar*, Amsterdam - Philadelphia.
- _____. 1991. *Cross-Cultural Pragmatics: The Semantics of Social Interaction*, Berlin: Mouton de Gruyter.
- _____. 1992. *Semantics, Culture and Cognition: Universal Human Concepts*, New York: Oxford University Press.
- _____. 1996. *Semantics, Primes and Universals*, Oxford, New York: Oxford University Press.
- _____. 1998. "Anchoring Linguistic Typology in Universal Semantic Primes", ms.

O LÉXICO E AS CONSTRUÇÕES DO PORTUGUÊS DO BRASIL: UMA HOMENAGEM A CLAUDIA RONCARATI

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves
(UFRJ/CNPq/FAPERJ)
Maria Lucia Leitão de Almeida
(UFRJ/NEMP)

*Feliz serás e sábio terás sido se a
morte, quando vier, não te puder
tirar senão a vida.
Francisco Quevedo*

*O homem morre, mas sua obra
permanece.
Augustin-Louis Cauchy*

1. Palavras iniciais

O léxico das línguas, sua constituição e seu *status*, tem sido motivo de discordância em várias teorias linguísticas e sob diversos aspectos, dos quais pincelaremos alguns que interessarão mais diretamente à discussão feita neste texto. No estruturalismo saussureano, por exemplo, em decorrência do caráter objetivo da língua (a *langue*) e do entendimento de sistema linguístico como estrutura, mais que como significado, importa o *valor linguístico* do signo e as relações estabelecidas numa determinada sincronia. A constituição das palavras é observada a partir de suas regularidades nos paradigmas em que se encaixam.

Grosso modo, para o modelo gerativo clássico, o léxico se caracteriza por ser um repositório convecionalizado de itens linguísticos que os falantes devem aprender e isso o diferencia da gramática propriamente dita, gerada por regras que os falantes adquirem. Regras

também regem a formação de palavras, caracterizadas por suas regularidades (como casos de flexão e derivação), mas, como o léxico é composto por um enorme conjunto de palavras aparentemente sem relação, é também compreendido como o lugar dos “fora da lei” (DISCIULLO & WILLIAMS, 1987), para onde são deportadas as palavras “mal comportadas”.

Em ambas as vertentes teóricas, vemos que, mesmo que Saussure tenha reconhecido a possibilidade de alguma motivação do signo linguístico (e o exemplo clássico é o do autor: *dezoito* é relativamente motivado por ser formado de signos pré-existentes, *dez* e *oito*), a principal característica das palavras é sua arbitrariedade; sob o outro ponto de vista, a característica básica das palavras é a previsibilidade dos itens morfológicamente complexos, de acordo com as regras depreendidas.

Essas palavras iniciais servem apenas de moldura para ressaltar o objetivo deste trabalho e seu objeto de estudo, visando a contribuir para o entendimento sobre o assunto, apresentando um olhar diferente. Os objetivos do presente trabalho são mostrar (a) a não existência de fronteiras rígidas entre os componentes gramaticais, bem como entre processos gramaticais de quaisquer naturezas; (b) a motivação das formações lexicais devido a pressões sócio-cognitivas; (c) a existência de esquemas construcionais (em oposição a regras); e, finalmente, (d) a função da habilidade cognitiva da analogia para a criação desses esquemas.

Para tal, debruçamo-nos em novos casos de sufixação, processos de composição (livres e aglutinativos) e processos não-concatenativos de formação de palavras: cruzamentos vocabulares (CV), substituições sublexicais (SSL) e famílias de palavras formadas por partes não-morfêmicas (*splinters*⁵⁴). Como base de dados, usamos não só

⁵⁴ Bauer (2004: 77) assim define esse tipo de partícula: “splinter é uma parte de uma palavra que, devido a algumas reanálises da estrutura da palavra original, é

dicionários como o Aurélio e o Houaiss, mas, sobretudo, palavras colhidas em redes sociais e mesmo algumas elicitadas por busca na ferramenta eletrônica *Google*. Sob esse aspecto, nosso trabalho se caracteriza por ser qualitativo e se inscrever no paradigma atualmente chamado de Linguística do Uso.

2. Os pressupostos teóricos

2.1 A inexistência de fronteiras na gramática

Para sustentar nossos objetivos, partimos da afirmativa de Langacker (2008) de que a gramática é essencialmente simbólica, o que implica dizer que há um pareamento fundamental entre estrutura semântica e estrutura fonológica. A diferença dessa afirmação para a noção de signo saussureano é que por signo, na Gramática de Construções (GOLDBERG, 2006; GOLDBERG, 1995), entendem-se quaisquer estruturas linguísticas, em qualquer nível, não havendo, portanto, segmentação de níveis gramaticais. Se a gramática é simbólica e, por isso, evoca necessariamente padrões instanciados pelas formas, suas motivações são intrinsecamente cognitivas e, em função de sua organização não modular, não há diferença de funcionamento entre os chamados “componentes de gramática”. Segundo o autor, *mais especificamente, léxico e gramática formam uma consistente gradação entre conjuntos da estrutura simbólica* (LANGACKER, 2008: 5).

Em sua argumentação, Langacker (2008) alega fatores simples e verificáveis por leigos, por sua obviedade aparente: por que a nossa espécie desenvolveria um sistema de linguagem independente de nossa conceptualização, de

interpretada como significativa e posteriormente utilizada na criação de novas palavras. Como exemplo familiar, considere a palavra ‘alcoholic’. Em termos morfológicos, esse vocábulo é dividido em ‘alcohol’ e -ic. Mas essa palavra foi reanalisada como alc-oholic, e o novo splinter -oholic (variavelmente soletrado), em seguida, re-ocorre em palavras como chocoholic, spendaholic e shopoholic”.

nossos sons, de nossos gestos? A consequência inevitável dessa constatação é a sensibilidade à questão teórica da autonomia da gramática (em relação a outros sistemas cognitivos e/ou outros sistemas de representação). Ora, para o autor, podemos ter uma hipótese forte dessa autonomia (como a que advoga que a sintaxe requer um conjunto especial de primitivos gramaticais, os quais não são redutíveis a nada mais fundamental) ou uma versão fraca – a da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 1987), de que a gramática não pode ser completamente preditível desprezando fatores independentes (principalmente sentidos e restrições comunicativas). Só sob esse aspecto podemos entender as instanciações, em (01), a seguir, da expressão interjetiva “O que você está fazendo X-ndo”:

- (01) O que você está fazendo fumando?
 bebendo?
 dançando?
 dormindo?

Essa expressão, estudada por Kay & Fillmore (1997) em inglês (“What are you doing X-ing”), como em português, seria, em princípio agramatical (dois gerúndios encaixados). Entretanto, é uma construção gramatical, nos termos acima, definida como signo, que traz o sentido de indignação/surpresa do interlocutor para com o ato definido pelo X da sentença e que foi convencionalizada como tal.

Assim como ocorre na sintaxe, palavras são formadas por motivações sócio-cognitivas, podendo criar construções semiabertas (parte da construção fica fixa, enquanto outra se torna variável) em que X (como no exemplo anterior) é preenchida por elementos compatíveis com o sentido da construção como um todo. Tomemos, por exemplo, as famílias formadas por porções não-morfêmicas (os chamados *splinters*), como *-drasta* e *-trocínio*. As palavras-

fonte (*madrasta* e *patrocínio*) serviram de *input* para as novas formações, como as listadas em (02) e (03), a seguir, extraídas de Gonçalves (2011a):

(02) mãedrastra, sogradrastra, vódrasta

(03) eutrocínio, paitrocínio e tiotrocínio

Então, o significado *parente não consanguíneo* e *financiamento* especializaram-se na borda direita da palavra morfológicamente complexa, a parte fixa, enquanto a porção à esquerda foi transformada em variável, X, preenchível por item semântico-fonológico compatível com a ideia e com a forma do elemento à direita.

2.2 Motivações para a criação lexical

É bastante conhecida a integração da Linguística Cognitiva (LC) com o chamado Realismo Experiencial (LAKOFF, 1987; LAKOFF & JOHNSON, 1999, *inter alia*). Em resumo, vivemos num mundo real que apreendemos por meio de experiências sensório-corporais (a chamada corporificação) e tal fato se reflete na linguagem. Os trabalhos de Ferreira (2010), Marques (2012) e Higinio da Silva (2011) sobre as lexias, compostas ou não, com base, respectivamente, em *cabeça*, *mão* e *pé* em PB comprovam a hipótese da corporificação da linguagem. Assim é que o “cabeça da turma” é o seu líder, que a expressão “me dá uma mão” significa pedir ajuda e que, ainda, “perdi o pé da situação” implica dizer que se perdeu o controle, o apoio, a base, entre muitos outros exemplos.

Entretanto, como bem observa Langacker (2008: 525), “nossa vida mental transcende os limites da experiência corporal imediata. Há vários processos cognitivos que se desenvolvem em nossas estruturas mentais, em sucessivos níveis de organização, cujas conexões são cada vez mais e mais remotas”. Além disso, o mundo real em que vivemos envolve também experiências sociais e culturais (BROWN, 2002). Nesse sentido, a

cognição, como bem formulou, sobretudo, Tomasello (2003), também é culturalmente estabelecida. Estamos falando, então, de categorização dessas experiências, tal como a percebemos.

A aquisição da linguagem, que é inata também nessa perspectiva teórica, envolve a abstração de unidades linguísticas a partir dos eventos de uso. Tais itens, uma vez adquiridos, transcendem o evento inicial e vão podendo ser usados em novas situações, provocando um efeito de mão dupla entre língua e realidade (CROFT & CRUSE, 2004). Se, por um lado, o uso de certa palavra categoriza e realça aspectos de como a aquela realidade é vista pelo falante, por outro, é oferecida ao ouvinte uma realidade que exibe uma certa configuração. Os processos morfológicos de cruzamento vocabular (CV) e de substituição sublexical (SSL), amplamente analisados em Gonçalves, Andrade & Almeida (2010), iluminam essa perspectiva. Observemos os exemplos de CVs em (04), a seguir:

(04)

(a) cantriz (cantora + atriz = “cantora que atua” ou “atriz que canta”)

(b) crionça (criança + onça = “criança muito rebelde”)

(c) portunhol (português + espanhol = “espanhol com traços de português”)

(d) crentino (crente + cretino = “evangélico com conduta religiosa duvidosa”).

Interessante observar que as palavras usadas fazem parte do repertório do falante (e da comunidade de fala), mas suas instanciações refletem uma nova maneira de categorizar a realidade, quer seja a de um novo tipo de *performance* artística (04a); quer seja a de um comportamento infantil (04b), ou da observação de um desempenho linguístico (04 c) ou mesmo de uma perspectiva particular do falante a respeito de certa conduta (04 d). Similarmente, as SSLs *sucolé* (suco congelado como sorvete em saquinhos) e *trêbado* (pessoa muito alcoolizada) expressam novas categorizações que indicam, ambas, a

subjetificação da linguagem.

Nesse ponto do texto, pode-se considerar que estamos falando de processos que são de fato idiossincráticos e que deveriam mesmo ser considerados “fora da lei”, como queriam Di Sciullo & William (1987), mas a observação de processos “tradicionais”, aqueles normalmente vistos como regulares, revela que esses em nada diferem, no tocante ao uso criativo da língua, dos oriundos de CVs e SSLs.

Assim, passemos a considerar casos de composição e de derivação por sufixação. Os compostos aglutinativos formados por elementos neoclássicos em segunda posição, em formações atuais do português brasileiro, como X-latra, X-dromo e X-metro, vem sendo estudadas por Gonçalves (2011b). O falante é exposto a uma série de ocorrências em que, por exemplo, a terminação *-ólogo* representa o especialista – *odontólogo*, *pneumólogo*, *geólogo*, *museólogo* etc. – que trabalha com – *dentes*, *pulmões*, *terra*, *museu*. Com base nessa experiência, o falante cria as expressões atuais *cervejólogo*, *mulherólogo* e *mulatólogo*, entre outras.

Voltemos, então, à explicação de Langacker (2009), que propõe como hipótese de trabalho que as unidades linguísticas têm a mesma natureza básica que a existente nas ocorrências de que são abstraídas. Como padrões recorrentes, são necessariamente seletivas em relação a qualquer expressão manifestada num particular evento de fala. Essa seletividade se dá em relação a dois aspectos, fundamentalmente: (a) corresponde somente a algumas facetas da expressão de que faz parte e (b) com essas facetas especifica detalhes da ocorrência atual. Dito de maneira mais clara, o formativo *-ólogo*, nas construções mais clássicas, como as acima comentadas, já consagradas pelo uso, especifica o especialista com formação técnico-científica em relação à entidade referida pela base (dente, pulmão, terra, museu). A operação de seleção ressalta o tipo de conhecimento possível de se ter da entidade referida na

base, agora não necessariamente adquirido via educação formal, mas a partir de experiências possíveis, e não iguais entre si, do referido na base. Assim, um *cervejólogo* entende de cerveja mais pela apreciação da bebida que por descrições como o modo de preparo, o teor alcoólico e o tipo de fermentação, entre outros aspectos possíveis que constituem esse saber. As facetas que caracterizarão *mulherólogo* e *mulatólogo*, por sua vez, serão aquelas adequadas ao objeto referido. Na realidade, estamos falando que é feito um ajuste focal entre os elementos morfológicos de cada ocorrência.

Caso interessante de observar sobre derivação sufixal, na mesma ótica (recorrência de padrões independentemente do tipo de fenômeno) é o caso do sufixo *-udo*, que regularmente formou palavras pejorativas que acentuavam parte do corpo humano – *narigudo*, *barrigudo*, *orelhudo*, entre outros. Atualmente, o termo *crackudo* vem sendo usado para os usuários contumazes de *crack*, com a acentuação da faceta de elemento deformador de comportamento, ressaltando o que há de excessivo no consumo.

Outro caso interessante é o de *-ete*, referenciado em Gonçalves (2005). Formas mais antigas em *-ete* datam do final do Século XIX (CUNHA, 1975) e são interpretadas como diminutivas pela maior parte dos autores, como, p. ex., Coutinho, 1973; Bechara, 1983; Cunha & Cintra, 1985. Nos dicionários, analisa-se tal sufixo como formador de substantivos femininos. Seu primeiro registro, no entanto, consta do séc. XVI, a palavra *canivete* (BUENO, 1988). De acordo com o Houaiss eletrônico (2007), formas terminadas em *-ete* entram na língua sobretudo no séc. XIX, por meio de palavras oriundas de outras línguas: são galicismos, como *tablete* (1924) e *garçonete* (1975), anglicismos, como *basquete* (1923) e *chiclete* (1933), e italianismos, como *confete* (1910) e *espaquete* (1903). Para o dicionarista, *-ete* também é empregado “com sentido de exotismo” em palavras como *vedete* (1920) e *tiete* (1960).

Não há qualquer menção ao sufixo em manuais de morfologia do português, nem mesmo em Sandmann (1985), o que pode sinalizar a possível improdutividade desse formativo.

Como explicar os recentes usos de *-ete* se o sufixo não é vernáculo e a grande maioria das formações mais antigas é totalmente opaca em termos de estruturação morfológica? Como justificar as acepções “dançarina do programa (de) X” e “admiradora fanática de X”, se as formações mais antigas não remetem a esses significados?

Ao que tudo indica, o gatilho para a criação de formas como *hagazete* (dançarina do Programa *H*) é ‘*chacrete*’, nome dado às bailarinas que atuavam no programa do animador de televisão Abelardo Barbosa, o Chacrinha (1918-1988): “E nos espelhos ela se despe, / Dança nos olhos uma *chacrete*⁵⁵ / E o pessoal na pior: Repete!” (Ivan Lins, *Dinorah*). Esse nome, no entanto, parece ter-se espelhado em ‘vedete’, termo usado em referência às atrizes que, no teatro de revista, “sobressaíam durante as apresentações e que se constituíam, muitas vezes, no grande atrativo destas”⁵⁶ ou que “apresentavam espetáculo teatral composto de números falados, musicais coreográficos e humorismo, exibindo a beleza do corpo com pouca roupa de forma exuberante”⁵⁷.

A forma ‘tiete’⁵⁸, por sua vez, apesar de monomorfêmica, parece ter desencadeado a produção de palavras como *neymarzete* (fã do jogador Neymar) e *lulete* (admiradora do ex-presidente Lula), já que significa “admirador ou admiradora fanática de alguém,

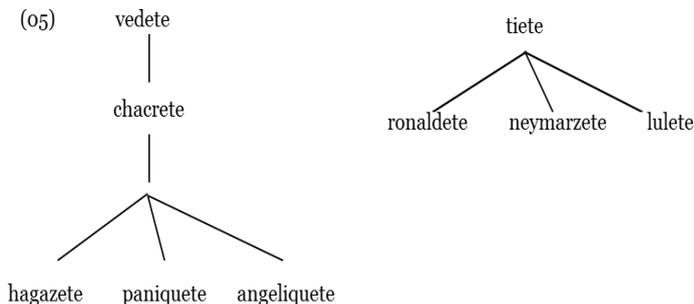
⁵⁵ Grifo do autor.

⁵⁶ www.pt.wikipedia.org/wiki/Vedete Acesso em 30/10/2014.

⁵⁷ www.dicionarioinformal.com.br/vedete Acesso em 30/10/2014.

⁵⁸ De acordo com o Houaiss eletrônico (2007), a palavra ‘tiete’ surgiu no final da década de 70 para designar as admiradoras (fãs) do cantor Ney Matogrosso e mais tarde tornou-se sinônimo de admirador fanático de qualquer artista, celebridade ou personalidade importante de determinada área.

especialmente um artista, desportista ou político; pessoa que tem grande afeição ou demonstra grande interesse por (alguém ou algo)”⁵⁹. Em (05), a seguir, representa-se o possível caminho para as formações agora instanciadas pelo esquema [[x]_s j ete]_s i, cuja formalização será devidamente comentada em 2.3, na sequência.



Esquema 1 – Exemplos de formações com -ete

Plag (1999: 20) afirma que “formações analógicas devem ser distinguidas de instanciações de regras produtivas”. No entanto, uma formação analógica isolada pode dar origem a um novo afixo e, em decorrência, a um esquema produtivo. Desse modo, como argumenta Szymanek (2005: 431), “não parece possível ou apropriado dissociar completamente ambos os conceitos, ou seja, analogia e (alta) produtividade”. Como se vê, formações analógicas podem estar na base de novos usos para afixos antes improdutivos e, nesse sentido, não podem ser inteiramente dissociadas das instanciações por padrões produtivos.

Situação semelhante à de *-ete* vem ocorrendo com a sequência *-cídio*, já em franco processo de morfologização.

⁵⁹ www.dicionarioinformal.com.br/tiete Acesso em 30/10/2014.

Formas antigas em -cídio apresentam uma base presa na primeira posição, na qual se especifica o paciente da execução, a exemplo de *suicídio* (assassinato de si próprio), *homicídio* (execução de outrem) e *fratricídio* (matança de irmão). Acreditamos que a grande maioria dessas bases não é reconhecida pelo falante comum, que, no entanto, por perceber a relação semântica entre formas X-cídio, cria, por analogia, palavras como *baraticídio* (matança de baratas), *burrícídio* (assassínio de ignorantes) e *sincerícídio* (suicídio por sinceridade em excesso). Essas novas formações revelam que SSLs têm o poder de atuar sobre formações eruditas, (1) nivelando bases opacas e transparentes ('sui-' e 'burr-') e (2) dando *status* de afixo a um radical preso ('cídio').

2.3 O léxico e a noção de esquema

De acordo com Basilio (2011: 02),

o léxico pode ser entendido como um espaço de formas simbólicas, isto é, formas que se associam a conceitos. Essas formas, as unidades lexicais, cujas possibilidades de evocação são infinitas, dependendo de circunstância que podem envolver desde a história da língua e a história dos falantes envolvidos numa situação lingüística e sociocultural, até relações entre formas e suas potenciais evocações, são usadas na construção de enunciados lingüísticos.

Convergindo com essa definição, entendemos que formas morfológicamente complexas são esquemas que propiciam diversas instanciações, pois, tal como Basílio (2011), abraçamos a ideia de que (a) itens evocam conceitos e (b) essa evocação é situada lingüística e socioculturalmente. As instanciações, no entanto, não serão exatamente iguais, por não obedecerem ao princípio da composicionalidade, sendo submetidas a ajustes focais e sujeitas a outras operações de língua em uso, como seleção,

focalização, perspectização e relevância (LANGACKER, 1987).

Inaugurando um paradigma que chama de Morfologia Construcional (*Construction Morphology*), Booij (2005) mostra que as unidades linguísticas são estruturas simbólicas convencionais, não havendo, por isso mesmo, diferença considerável entre palavras derivadas (*surf-ista*), compostos (*bolsa-família*) e expressões semiabertas (*pé-de-X*): *todas essas unidades, que são complexas, podem, igualmente, ser analisadas, em suas estruturas de formação, por meio de esquemas construcionais* (GONÇALVES & ALMEIDA, 2012: 110).

Nessa mesma linha de raciocínio, observa Basílio (2010: 20) que “deixa de ser crucial a questão de determinar, por exemplo, se um composto é ou não uma palavra; ou se uma construção é composta ou prefixada”. Destaca, ainda, que as palavras com mais de um formativo são “unidades simbólicas complexas convencionais, cujas propriedades comuns podem ser representadas em esquemas construcionais, desde os mais especificados, como [[Xizar]_V-ção]_N até os mais abstratos como [N-N]_N” (BASÍLIO, 2010: 21).

Booij (2010), com base no quadro teórico da Morfologia Construcional, postula que a semelhança estrutural entre composição e derivação pode ser expressa por meio de esquemas de formação de palavras que generalizam conjuntos de palavras existentes e podem ser usados para formar novas palavras. Por exemplo, em português, palavras complexas são formadas, muito frequentemente, por meio de composição, sufixação e prefixação. Esses padrões morfológicos podem ser ilustrados pelos seguintes esquemas, que Gonçalves & Almeida (2012) adaptaram para o português⁶⁰:

⁶⁰ Nos esquemas em (06), as variáveis X e Y representam seqüências fonológicas e os subscritos *x* e *y*, categorias lexicais. Nas palavras de

(06)

composição:	$[[X]_x [Y]_y]_N$
prefixação:	$[X [Y]_y]_y$
sufixação:	$[[X]_x Y]_y$

Esses esquemas fazem parte do léxico mental do falante nativo e representam o pareamento da estrutura formal com a semântica das palavras complexas, uma vez que, nas palavras de Booij (2005: 130),

A forte semelhança entre derivação e composição pode ser responsável pela adoção de um modelo de descrição baseado na teoria da Morfologia Construcional. Padrões derivacionais e sub-padrões de composição são construções idiomáticas, esquemas intermediários entre as palavras complexas individuais no léxico e esquemas de formação de palavras mais abstratos.

Nas palavras de Langacker (2008: 215), *esquemas são abstraídos de expressões que ocorrem e podem ser utilizadas na construção e na compreensão de novas expressões*. Desse modo, como a Linguística Cognitiva é baseada no uso, quaisquer unidades linguísticas são esquemáticas tanto em relação à fonte do evento quanto em relação aos eventos em que ocorrem (GONÇALVES &

Gonçalves & Almeida (2012: 112), “o esquema dos compostos expressa a generalização de que a composição, independentemente da posição da cabeça lexical, sempre forma nomes em português (daí o subscrito N)”. Por sua vez, “o esquema da prefixação expressa que essa operação morfológica é neutra categorialmente, sendo a classe gramatical das palavras prefixadas idêntica à de sua base, que constitui a cabeça” (p. 113). No caso da sufixação, no entanto, “o elemento preso porta informação sintática e constitui cabeça lexical, por determinar tanto a categoria sintática quanto o gênero do produto” (p. 113).

ALMEIDA, 2012: 116). Tomemos como exemplo a palavra portuguesa maionese, que designa “espécie de molho frio, composto de azeite, vinagre, sal, pimenta, mostarda e ovos batido”. Essa fonte, com seu contexto, serviu de esquema para a construção do sentido de palavras que começaram a circular na língua, como macarronese (salada de maionese feita com macarrão) e ovonese (salada de ovos misturada com maionese). Em decorrência, -nese, de mero pé nuclear na palavra-fonte e, conseqüentemente, uma seqüência não-morfêmica, passou a designar “maionese” em formações morfologicamente complexas, fixando-se à direita e, por isso mesmo, comportando-se como sufixo em termos de posição na estrutura da palavra. As formações X-nese podem ser representadas pelo seguinte esquema parcialmente especificado, instanciação do esquema geral de nomes sufixados apresentados em (06):

$$(07) \quad [[X]_x \text{ nese}]_s$$

2.4. A função da habilidade cognitiva da analogia para a criação de esquemas

A analogia é entendida pelo senso comum como uma comparação, que aparece quando o usuário da língua diz coisas como “vou fazer uma analogia de A com B”. A analogia, em Linguística, classicamente aparece como *modelo exemplar*, “uma fôrma”, em oposição às posições defendidas pelos anomalistas. Já em Saussure, a analogia é entendida como a quarta proporcional, relação estabelecida entre termos de modo tal que um elemento A (suponhamos o número 2) está para outro B (suponhamos 6) como outro C (4, por exemplo) estaria para o elemento D (12). Então, a relação de triplo é mantida em todas as correspondências.

Diferentemente ocorre na Linguística Cognitiva que, ao buscar capturar os mecanismos cognitivos e princípios que licenciam a formação e uso de unidades linguísticas de vários graus de complexidade, parte do pressuposto

essencial da centralidade das experiências corpóreo-sensoriais. Assim, a analogia que é tomada por Fauconnier & Turner (2002) como uma das relações vitais, ou seja, habilidade essencial para o raciocínio humano (aquele mais fundamental, governado por aquilo que os autores chamam metaforicamente de “a mão invisível”) é baseada nessas capacidades de percepção que envolvem, por sua natureza, saliência perceptual, seletividade de aspectos e monitoramento do foco de atenção. Só assim concebida, podemos compreender o que se entende por esquema e esquematização em linguística cognitiva e, conseqüentemente, em nosso trabalho.

No exemplo clássico de Fauconnier (1985), em (08), a seguir,

(08) Se a Île de France é o coração de Paris, então o Sena é sua aorta,

abstraem-se os aspectos da água poluída do Sena, bem como as pontes que o atravessam, assim como do domínio biológico são abstraídas a velocidade de circulação do sangue e a capacidade de bombeamento do coração para que o líquido circule. Em foco, estão a centralidade e a importância de ambas as entidades (a Île de France e o coração) em relação ao seu respectivo todo (Paris e o corpo humano) e são esses aspectos colocados em correlação, dada a intenção do falante para que se construa a conceptualização intentada.

Interessante notar que equívocos de falantes que não dominam certos itens lexicais, como ‘*ingreme*’, ‘*cacife*’ e ‘*figado*’, por exemplo, licenciam expressões como as apresentadas em (09):

(09) Subi uma ladeira muito *íngride*

Fulano não tem *cacique* para isso

Comprei *figo* para fazer acebolado.

Os aspectos fonológicos salientes perceptualmente

são aqueles que sustentam a produção. Tais processos analógicos subjacentes podem ser usados criativamente pelo falante, como na seguinte expressão corrente:

(10) Não sou petulante, mas sou pernóstica e abundante.

Na expressão em (10), o falante busca elicitare partes do corpo, como *peito*, *perna* e *bunda*, de modo divertido, por meio de palavras atributivas que sugerem um constituinte morfológico tipo *radical* que as focalizem. Se a primeira era, pois, uma analogia de natureza fonológica e a segunda, morfológica, podemos ter outras, que são caracteristicamente semânticas, como a nomeação do usuário de *crack* através da forma *crackudo*. Se a língua oferece o sufixo *-eiro*, por exemplo, para agentivos com caráter pejorativo, como em *maconheiro*, *funqueiro* e *pagodeiro*, por que a comunidade de fala fez uso aparentemente idiossincrático de *-udo* para esse usuário, se *-udo* diz respeito a partes de corpo e não a comportamentos?

A hipótese é que a analogia subjacente a essa formação é a intenção de sublinhar o caráter de deformação em *crackudo*, quase um defeito pelo excesso (como *orelhudo*, *peitudo* e *beçudo*). A formação *crackeiro*, que não referencia o usuário contumaz, autodestrutivo, não capturaria os aspectos supracitados. *Crackudo* sobressai, portanto, como a melhor opção para o usuário da droga, quase sempre caracterizado por um aspecto físico deplorável.

Defendemos, então, que há analogias formais (as baseadas em saliências fonológicas e morfológicas) e semânticas (que acentuam aspectos conceituais inesperados). Vemos, entretanto, que os esquemas baseados em analogias que articulam ambos os aspectos são aqueles mais bem sucedidos, que se tornam produtivos, como as que formam famílias como as de *-ete* e dos vários casos da substituição sublexical, como as em *-drasta*

e -cídio, por exemplo.

Podemos concluir, portanto, que a esquematização resulta dessa habilidade cognitiva de analogia. Com Evans (2007), entendemos a esquematização como um tipo especial de abstração que permite representações muito menos detalhadas que os eventos de uso dos quais são abstraídas. A esquematização, baseada na analogia, resulta no esquema e, dadas as suas características, permite, então, a polissemia. Observe-se, ainda, que se o processo analógico que sustenta os esquemas fosse não-flexível, como os anteriormente citados, a polissemia não seria possível.

3. Considerações finais

Com base em formações lexicais recentes do português brasileiro, procuramos mostrar, no decorrer deste texto, que (a) não existem fronteiras rígidas entre os chamados níveis de descrição linguística (morfologia, sintaxe, semântica) e entre processos gramaticais de um mesmo nível (composição, derivação, cruzamento vocabular, substituição sublexical); (b) a motivação das formações lexicais é fundamentalmente sócio-cognitiva; (c) esquemas construcionais de diferentes graus de complexidade respondem pela estruturação e pela formação de palavras complexas (BOOIJ, 2005); e, finalmente, (d) a habilidade cognitiva da analogia sustenta criação desses esquemas.

Essas afirmativas desenvolvem-se na constatação de Langacker (2008; 2009) de que todos os itens gramaticais – incluindo o léxico – são significativos e de que a gramática (entendida aqui como um *continuum*, desprovido de fronteiras entre os componentes) permite-nos construir e simbolizar os mais elaborados significados de expressões complexas (derivados, compostos, expressões idiomáticas e sentenças) por meio das mesmas rotinas cognitivas. Esse é, então, um aspecto essencial do aparato conceptual por meio

do qual nós apreendemos e nos envolvemos no/com o mundo. Assim é que os exemplos citados são todos atestados pelo uso, o que evidencia a pressão da comunidade falante, com seus valores e percepções, lançando mão de recursos linguísticos disponíveis para criar novos itens.

Constatamos, ainda, que a gramática é significativa e que, especificamente, expressões e usos idiomáticos podem ser descritos como todos os outros considerados regulares – tanto os convencionalizados como as novas formações com elementos morfológicos efetivamente gramaticalizados (-ólogo, -cídio) ou em franco processo de gramaticalização (-ete, -drasta, -trocínio).

Finalmente, buscamos esclarecer o papel da habilidade cognitiva da analogia, diferenciado-a de outros conceitos a ela associados tradicionalmente, ao mesmo tempo em que identificamos seu papel na esquematização e na formação de esquemas. Para tal, lançamos mão da Teoria das Mesclas (FAUCONNIER & TURNER, 2002), mais especificamente do processo de mapeamento e do modo como são construídos os espaços genéricos: naquilo que é abstraído como comum aos dois espaços-*input*. Então, de algum modo, pudemos entender os esquemas e suas várias instanciações como operações analógicas. Esperamos, com isso, ter cumprido com nossos objetivos para a discussão e o entendimento dos processos constitutivos do léxico.

Referências

BASÍLIO, M. 2010. “Abordagem gerativa e abordagem cognitiva na formação de palavras: considerações preliminares”. In *Linguística* (Rio de Janeiro), v. 6, p. 11-26.

BASILIO, M. 2011. “Das relações entre texto, gramática e cognição: foco na cognição”. Trabalho apresentado no GT Descrição do Português (ANPOOL). (inédito).

- BAUER, L. 2004. *A Glossary of Morphology*. Washington, DC: Georgetown Univ. Press.
- BAUER, L. 2005. "The Borderline between Derivation and Compounding". In W. Dressler et al. (eds.), *Morphology and its Demarcations*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. pp. 97-108.
- BECHARA, E. 1983. *Gramática da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Grífo.
- BOOIJ, G. 2005. "Compounding and Derivation. Evidence for Construction Morphology". In W. DRESSLER et al. (eds.), *Morphology and its Demarcations*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company. pp. 109-131.
- BOOIJ, G. *Construction morphology*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- BROWN, P. 2002. Language as a model for culture. In King, B. and Fox, R. (eds.), *Anthology beyond culture*. Oxford: Berg. pp169-192.
- BUENO, Francisco da Silveira. 1988. Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa. São Paulo: Lisa.
- COUTINHO, I. L. 1973. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico.
- CROFT, W. & CRUISE, J. 2004. *Cognitive Linguistics*. Oxford: University Press.
- CUNHA, A. G. 1975. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. 1985. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- DI SCIULLO, A. & WILLIAMS, E. *On definition of word*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- EVANS, V. 2007. *A glossary of cognitive linguistics*. Utah: University of Utah Press.

FAUCONNIER, M. 1985. *Mental spaces*. Cambridge: Cambridge University Press.

FAUCONNIER, G. & TURNER, M. 2002. *The way we think. Conceptual blending and the mind hidden complexities*. New York: Basic Books.

FERREIRA, R. G. 2010. *A hipótese de corporificação da língua: o caso de cabeça*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOLDBERG, A. 2006. *Constructions at work. The nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.

GOLDBERG, A. 1995. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago; London: The University of Chicago Press.

GONÇALVES, C. A. V. 2011a. “Composição e derivação: polos prototípicos de um continuum? Pequeno estudo de casos”. In *Domínios de Lingu@gem*, 5, p. 62-89, nov.

GONÇALVES, C. A. 2011b. “Compostos Neoclássicos: Estrutura e Formação”. *REVEL – Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, Porto Alegre, 9 (especial): 5-37.

GONÇALVES, C. A. V. 2005. Flexão e derivação em português. São Paulo: Contexto.

GONÇALVES, C. A. & ALMEIDA, M. L. L. 2012. “Por uma Cibernofologia: Abordagem Morfossemântica dos Xenconstituíntes em Português”. In MOLLICA, M. C. & GONZALEZ, M. (orgs.) *Linguística e Ciência da Informação: Diálogos Possíveis*. Curitiba: Appris, p. 105-127.

GONÇALVES, C. A.; ANDRADE, K. E.; ALMEIDA, M. L. L. 2010. “Se a macumba é para o bem, então é boacumba: análise morfoprosódica e semântico-cognitiva da substituição sublexical em português”. In *Linguística (Rio de Janeiro)*, v. 6, p. 64-82.

HIGINO da SILVA, N. 2011. Metáfora e metonímia nas construções com ‘pé’: uma abordagem cognitivista. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de

Janeiro.

HOUAISS, A. 2007. Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva.

KAY, P. & FILLMORE, C. J. 1997. Grammatical Constructions and Linguistic Generalizations: the What's X doing Y? Construction. New York: Basic Books.

LAKOFF, G. 1987. Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind. Chicago: Chicago University Press.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. 1999. Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books.

LANGACKER, R. W. 2009. A dynamic view of usage and language acquisition. *Cognitive Linguistics*, 20-3: 627-640.

LANGACKER, R. 2008. Cognitive grammar. Oxford: Oxford University Press.

LANGACKER, R. W. 1987. Foundations of cognitive grammar. v. I: theoretical prerequisites. Stanford: University Press.

MARQUES, M. O. 2012. Compostos integrados, compostos semi-integrados e construções idiomáticas: uma abordagem cognitivista das construções com 'mão' no PB. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PLAG, I. 1999. Morphological Productivity: structural constraints in English Derivation. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

SANDMANN, A. J. 1985. Formação de palavras no português contemporâneo brasileiro. Curitiba: Scintia & Labor.

SZYMANEK, B. 2005. The latest trends in English word-formation. In: Štekauer, P. & Lieber, R. (eds.). *The Handbook of Word-Formation*. Netherlands: Springer, 429-448.

TOMASELLO, M. 2003. Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition. Cambridge: Harvard University Press.

VARIABILIDADE LINGUÍSTICA NA PERSPECTIVA DA CONSTRUCIONALIZAÇÃO

Mariangela Rios de Oliveira
(UFF⁶¹/Capes/CNPq/Faperj)
Ivo da Costa do Rosário
(UFF⁶²)

1. Introdução

Como membro do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL⁶³), sediado na UFRJ, Claudia Roncarati dedicou-se de modo especial, em sua produtiva e rica vida acadêmica, à pesquisa da variação linguística, com foco no português contemporâneo do Brasil. Na homenagem que aqui prestamos a Roncarati, tratamos do tema da variabilidade linguística à luz do enfoque funcionalista mais recente de que temos nos ocupado no contexto do Grupo de Estudos Discurso & Gramática⁶⁴. Estamos nos referindo à abordagem construcional da gramática, na perspectiva de Traugott (2012; 2008b), Noël (2007), Croft e Cruse (2004), Goldberg (2006; 1995), entre outros.

Nosso objetivo é demonstrar como o tema da variação, tão estudado por Roncarati e demais pesquisadores nacionais e internacionais, tem sido tratado por parte do Funcionalismo na contemporaneidade. Esse tratamento resulta do estreito diálogo que hoje funcionalistas e cognitivistas estabelecem, por intermédio da incorporação da dimensão construcional ao tratamento

⁶¹ <http://discursoegramaticauff.blogspot.pt/>

⁶² <http://discursoegramaticauff.blogspot.pt/>

⁶³ Grupo pioneiro da pesquisa sociolinguística no Brasil, fundado e coordenado por Anthony Naro desde os anos 70, na Faculdade de Letras da UFRJ.

⁶⁴ Grupo pioneiro da pesquisa funcionalista no Brasil, fundado por Sebastião Votre nos anos 90, na Faculdade de Letras da UFRJ. Maiores informações no site: www.discursoegramatica.letas.ufrj.br/

da gramaticalização. Nessa vertente, cunha-se o termo *linguística centrada no uso* (no Brasil, conforme Martelotta, 2012), no entendimento da gramática como configuração resultante de três motivações, de ordens distintas e complementares: a estrutural, a cognitiva e a sócio-histórica.

Para atingir essa meta geral, selecionamos como objeto de pesquisa as construções correlatas aditivas em uso no português brasileiro contemporâneo, tal como se encontram em Rosário (2012)⁶⁵. Trata-se de dados como os seguintes:

(01) Quantas brigas nós já vimos na saída de ensaios, não só da Beija-Flor, mas de várias escolas!
– 1º/09/2009

(02) São essas as notícias que eu fiz questão de trazer nesta tarde, com muita alegria, não só porque é uma região onde eu resido, onde constituí minha vida política e onde minha família vive até hoje, mas também porque são programas que vão atender, em especial, às camadas mais pobres. – 09/09/2009

Em (01), o discurso girava em torno das brigas que ocorriam nas escolas de samba do Rio de Janeiro por ocasião de apresentações e ensaios. No plenário, havia uma grande representação da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis. O deputado orador, certamente com a intenção de não atribuir a essa única escola de samba a responsabilidade ou culpa por toda violência detectada na época, utilizou uma construção correlativa para atribuir o problema também a outras agremiações. Essa construção

⁶⁵ Dados coletados no site eletrônico <http://www.alerj.rj.gov.br>, no ícone *Discursos e Votações*, que apresenta os discursos políticos dos deputados da ALERJ, nos últimos anos.

serviu, portanto, ao objetivo de desfocar o problema, proteger a face do locutor e conduzir o discurso para um maior grau de genericidade, visto que não são apontados outros nomes.

Em (02), a prótase e a apódose correlacionam informações também distintas, mas apresentam uma importante particularidade. Ao segmento inicial, que possui em seu interior uma oração relativa restritiva, prende-se a prótase correlativa oracional, que é composta por quatro orações, sendo três delas coordenadas entre si (*onde eu resido, / onde constituí minha vida política / e onde minha família vive até hoje*), ou seja, perfazem uma relação de lista (cf. Lehmann, 1985; Decat et al., 2001), em um grau hierárquico menor que a oração superordenada *não só porque é uma região*. Dessa forma, podemos verificar que a correlação também atua em níveis acima da oração, onde normalmente a parataxe e a hipotaxe atuam, criando um mosaico de diversas relações hierárquicas entre as sentenças da língua portuguesa.

Caso os correlatores do exemplo (02) fossem substituídos pelo coordenador prototípico *e*, a relação hierárquica antes estabelecida entre as orações não ficaria tão clara. Além disso, a própria força de gradação enfática crescente expressa pela correlação aditiva ficaria bastante comprometida. Teríamos algo semelhante a: (02') *São essas as notícias que eu fiz questão de trazer nesta tarde, com muita alegria, porque é uma região onde eu resido, onde constituí minha vida política, e onde minha família vive até hoje e porque são programas que vão atender, em especial, às camadas mais pobres.*

Tais padrões correlatos, tomados classicamente como casos de variação, são aqui examinados como fenômenos atinentes à dimensão construcional da correlação, enquanto domínio funcional da gramática do português. Assumimos que a diversidade formal com que a correlação aditiva é articulada resulta de distinções internas e de menor escala

dentro de uma construção correlata maior, que, orientados por Traugott (2008b), pode assim ser esquematizada:

Prótase		Apódose	
<i>Negação</i>	<i>Focalização</i>	<i>Inclusão</i>	<i>Reforço</i>
<i>não</i>	<i>só</i>	<i>mas</i>	<i>sim</i>
	<i>apenas</i>	<i>como</i>	<i>como</i>
	<i>somente</i>	<i>e</i>	
	<i>simplesmente</i>	<i>também</i>	
	\emptyset	Δ	
Δ			

Esquema 1 – Padrão macroconstrucional correlativo aditivo

O esquema acima, que representa um padrão macroconstrucional, exprime, com clareza, a formação da correlação aditiva. Na prótase, encontramos um elemento de negação (sempre a partícula *não*), seguido de um focalizador (*só*, *apenas*, *somente* e *simplesmente*). Na apódose, por sua vez, há um elemento de inclusão (*mas*, *como*, *e* e *também*), seguido ou não de um elemento de reforço (*sim* e *como*).

As duas partes que perfazem a correlação aditiva (prótase e apódose) transmitem a ideia de uma polarização (negação na prótase e afirmação na apódose). Ao falar da pertinência do processo de polarização, Neves (2010, p. 145) explica a atuação dessas duas forças aparentemente antagônicas:

Uma marca polar negativa – por exemplo, *não só* ou *senão* no primeiro membro – implica/obriga a sequência de uma contraparte que insista em uma marca positiva, para acréscimo, restabelecimento ou compensação de uma noção cuja presença foi minimizada, mal valorizada, ou, mesmo, negada. Esse acréscimo é feito, no caso de *não só*, por *mas*, *como* e outros. (...) Tais categorias também são

responsáveis pela quebra de linearidade da sentença, pondo de lado sua sucessão temporal.

Assim, a polarização que se instaura na correlação aditiva é contrabalanceada pela sua própria estrutura, dialógica por natureza. Aliás, a negociação de significados, segundo Traugott (2008a, p. 3) é a responsável pela geração de novos usos linguísticos. É nos processos de comunicação humana, especialmente os de cunho dialógico, que os falantes exploram novas implicaturas, e novas inferências são feitas sobre o conteúdo linguístico.

A negociação, quando adquire certo nível de frequência, passa a esquematizar novas construções, comumente com progressivos graus de abstração. Essas novas construções, com o tempo, rotinizam-se e começam a se cristalizar na língua.

Para Vogt (1977, p. 135) *apud* Guimarães (1987, p. 124),

quando um locutor diz ‘não só *p* mas também *q*’, ele procede como se pressupusesse no seu interlocutor a intenção de acrescentar, como é próprio deste operador, um caráter de exclusividade; *não só* é a marca dessa ausência. A recusa do interlocutor encontra, enfim, a sua razão argumentativa no fato de *q* ser apresentado como um argumento de igual força que *p*, isto é, como um argumento que, por ser igual, opõe-se de certa forma a *mas também q*.

Assim, os correlatores têm função precípua na articulação dos argumentos. Quirk *et al.* (1985, p. 941) também analisam o par correlativo *não só...como também* em língua inglesa e afirmam que o seu significado é essencialmente aditivo, porém, distingue mais do equaciona, forçando-nos a ver no primeiro termo um elemento ‘dado’. Nos pares correlativos, portanto, a ênfase é evidente. Essa é, de fato, uma importante diferença entre a correlação aditiva e a coordenação aditiva, de caráter mais

neutro.

Nos discursos políticos, as sequências argumentativas expressam com clareza esse ponto de vista: a correlação nos força a olhar na prótase alguma informação já dada, em contraste com o que vemos na apódose, que normalmente veicula algo novo ou surpreendente. Vejamos alguns exemplos:

(03) Já haviam nos trazido o problema que vem assolando, não só a Cidade de Campos, mas todas as cidades vizinhas, que é a falta de leitos para pacientes de alta complexidade. – 27/08/2009

(04) Bom, Eike, eu acho que a gente fez aqui um resumo rápido, durante uma hora e pouco que a gente teve para escrever algumas coisas, mas a gente quer dizer que, por tudo isso, nós, lá do grupo, entendemos que você mais do que merece esse título. Você, para nós, é um grande soldado que vive lutando em defesa não só do Rio de Janeiro, mas de um Brasil melhor. – 13/08/2009

No exemplo (03), no discurso político de um dos deputados da ALERJ, a falta de leitos era um tema que vinha sendo discutido com relação à cidade de Campos. Assim, essa já era uma informação dada, que veio perfilada pela prótase. A apódose, por sua vez, acrescenta o elemento novo que é a falta de leitos também em várias cidades vizinhas.

O mesmo ocorre no exemplo (04). O empresário Eike Batista estava no foco das atenções e sendo condecorado com uma grande homenagem na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Sabe-se que a ALERJ tem como função principal tratar de assuntos referentes ao estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, a homenagem ao referido

empresário, em um primeiro momento, destinava-se pelos seus feitos em prol desse estado da federação. Essa era a informação dada, inclusive pelo fato de o empresário ter sido convidado para receber a homenagem por esse mesmo motivo. O par correlativo, por sua vez, introduz uma nova informação trazida pelo deputado que discursava: “Eike Batista é um ‘soldado’ que luta também em defesa de um Brasil melhor”, que é uma informação nova, presente na apódose, e que funciona como elemento novo no discurso.

O jogo argumentativo entre informações velha e nova é propiciado pela correlação, que passa a ser um *locus* privilegiado para esse torneio verbal. Evidentemente, o jogo entre velho e novo também poderia ser veiculado pela coordenação aditiva; por outro lado, o movimento argumentativo no texto não teria a mesma força enfática. Em outras palavras, a correlação propicia a ideia de *crescendum* argumentativo com mais clareza do que a coordenação.

Procuramos nesse texto responder as seguintes perguntas:

- a) Como a variabilidade linguística pode ser tratada à luz da abordagem construcional da gramática?
- b) A que tipos ou subtipos de padrão construcional se referem os distintos e diversos modos de expressão da correlação aditiva em português?
- c) O que a análise da variabilidade no uso da correlação aditiva pode apontar em termos de tendência de pesquisa funcionalista no campo da construção gramatical?

Para respondermos a essas três indagações gerais, apresentamos as três seções a seguir. Na primeira, dedicamo-nos à abordagem construcional dos fenômenos de variação, na defesa de que, com tal abordagem, avançamos no sentido de melhor e mais holisticamente tratarmos os usos linguísticos; com enfoque eminentemente teórico, apontamos e comentamos como a vertente clássica

e a mais recente do Funcionalismo dão conta da variabilidade, no destaque para a mudança de enfoque verificado entre as duas concepções referidas. Na segunda seção, de viés empírico, atemo-nos mais efetivamente ao tratamento da correlação aditiva e da dimensão construcional revelada por suas formas de expressão em língua portuguesa, no estabelecimento de níveis construcionais em tais usos. Por fim, na terceira seção (considerações finais), discutimos as possibilidades e vertentes de pesquisa propiciadas na perspectiva da dimensão construcional da gramática, incluindo-se aí a variabilidade, trazendo nesta parte final também os problemas e desafios que esse campo de investigação nos apresenta.

2. Variação e construcionalização

Esta seção contempla duas fases de estudos funcionalistas e seus correspondentes modos de conceber e tratar os fenômenos de variação linguística. Trata-se de um contínuo, de uma orientação investigativa, que foi progressivamente assumindo nova dimensão. Assim sendo, subdividimos a seção conforme os referidos momentos e distintas abordagens.

Variação como *camadas*

No que consideramos hoje a vertente funcionalista *clássica*⁶⁶, relativa às décadas finais do século XX, orientada pelo conjunto de pesquisas de Givón, Hopper, Heine, Thompson, entre outros expoentes da linguística, a variabilidade é pesquisada sob o escopo da *gramaticização*⁶⁷, conforme Hopper (1991). Nesse texto

⁶⁶ A fase clássica do funcionalismo se refere ao período de seu surgimento, nos anos 70 do século XX, até os primeiros anos do século XXI, caracterizado por estudos de gramaticalização de itens específicos.

⁶⁷ Termo usado pelo autor para se referir ao estágio inicial da mudança linguística. Nos dias atuais, o termo já não é quase usado pelos pesquisadores, uma vez que a gramaticalização, entendida como processo, também abarca essa

fundante, o autor levanta, descreve e analisa os cinco traços, ou subprincípios, que marcam as etapas iniciais da mudança gramatical. Com base em tal assunção, ao se deflagrar a gramaticalização de um constituinte, em menor ou maior grau, esses cinco subprincípios devem de algum modo se manifestar.

De acordo com Hopper (1991), a gramaticização inclui:

- a) *Divergência*, pela qual o sentido fonte de um termo começa a assumir um novo sentido por derivação polissêmica, estabelecendo-se assim distinção semântica entre ambos – o sentido fonte e o derivado.
- b) *Especialização*, em que o novo uso passa a ser recrutado para contextos específicos e mais fixos, evidenciando regularização.
- c) *Persistência*, relativa à manutenção de alguns traços da categoria original, que podem ficar retidos por tempo indeterminado no novo uso.
- d) *Decategorização*⁶⁸, que diz respeito à perda de traços da categoria original e conseqüente ou concomitante ganho de traços da nova categoria.
- e) *Camadas (layering)*⁶⁹, com a migração semântica e funcional em relação à categoria fonte, os novos usos passam a competir com outros já disponíveis na língua, criando-se, assim, novas alternativas de expressão, ou formas variáveis, consideradas camadas distintas em disputa pelo uso linguístico.

Embora não constitua o foco das pesquisas funcionalistas clássicas, mais atentas ao processo de gramaticalização de constituintes específicos, a variação,

fase inicial.

⁶⁸ Em algumas fontes, usa-se a forma variante *descategorização*.

⁶⁹ Como não é consensual a tradução de *layering* por *camadas*, muitos pesquisadores mantêm o termo original inglês.

quando contemplada como objeto de investigação, tem como fonte teórica básica a proposta de Hopper. Assim, na vertente clássica do Funcionalismo, os casos de variabilidade linguística são tomados como evidências da competição pelo uso entre as formas da língua.

Nesse sentido, os fragmentos (1) e (2), apresentados na seção inicial, são interpretados como exemplos de camadas, de formas alternativas da expressão do domínio funcional correlativo no português contemporâneo do Brasil. Nessa mesma linha, Votre e Oliveira (2007) e Oliveira e Votre (2001; 2000), no contexto do *Discurso & Gramática*, enfocam a variação linguística, ao tratar do uso das formas infinitas verbais e orações relativas, respectivamente.

Na abordagem funcionalista clássica da variabilidade, parte-se de três hipóteses gerais: a) a seleção de uma ou outra camada é motivada por fatores de ordem sociolinguística ou pragmático-discursiva, como a modalidade, o registro, a escolaridade, entre outros; b) entre as formas em competição, as mais *pesadas* estruturalmente são mais novas na história da língua, portanto, menos desgastadas, em termos semântico-sintáticos, em relação às demais; c) a competição pode cessar, com o término da utilização de uma das formas ou sua especialização para outros fins, ou pode se manter por tempo indefinido, por razões não previsíveis pelo analista.

3. Variação como padrão construcional

No século XXI, o Funcionalismo passa a dialogar mais de perto com o Cognitivismo, de forma específica com um dos ramos deste campo teórico – a abordagem construcional da gramática, na linha de Goldberg (1995; 2006) e Croft e Cruse (2004), entre outros. Trabalhos mais recentes de prestigiados funcionalistas internacionais, como os de Traugott e Trousdale (2013), Traugott (2012; 2008b) e Bybee (2010) assumem explicitamente o forte vínculo

entre a pesquisa da gramaticalização e a concepção construcional da gramática, no viés hoje nomeado como *linguística centrada no uso*.

Embora o Funcionalismo fizesse referência às relações contextuais ou associativas entre constituintes desde sua fase clássica, o tratamento de tais relações carecia de maior rigor, em termos teórico-metodológicos. Como bem destaca Traugott (2012), embora fosse muito referido o binômio *função & forma*, com base no princípio da iconicidade, tão caro ao Funcionalismo, a pesquisa se restringia, via de regra, ao tratamento da função ou ao da forma, dissociando, de certa maneira, a vinculação icônica entre elas. De outra parte, como a pesquisa se voltava para itens específicos, a consideração das relações contextuais, em termos da vinculação referida, ficava, assim, comprometida ou restrita.

Na perspectiva da *linguística centrada no uso*, Traugott (2008b) considera gramaticalização como a teoria das relações entre pares de forma e sentido e sua “provável” direcionalidade ao longo do tempo. Tal concepção destaca a estreita vinculação semântico-sintática, apontada no modelo construcional de Goldberg (1995; 2006). O que essas concepções destacam, conforme a tendência atual de pesquisa assumida pelo Funcionalismo, é a estreita correlação entre a dimensão funcional e a formal, de modo que a clássica linha de derivação funcionalista *função > forma* passa a ser reformulada, por conta da consideração maior das questões atinentes aos aspectos estruturais, às correlações metonímicas, às extensões analógicas (Fischer, 2009), entre outros. Assim, hoje a correspondência equilibrada *função & forma* dá conta com maior propriedade dos rumos da pesquisa na área, incluindo-se aí muitos casos de variação linguística.

Ainda de acordo com Traugott (2012), construções passam por dois tipos de mudança: a) a que afeta apenas subcomponentes de um padrão, em termos semânticos,

sintáticos ou morfofonológicos, chamada de *mudança construcional*; b) a que cria uma nova construção no inventário da língua, um novo pareamento de sentido e forma, chamada de *construcionalização*. De acordo com a autora, e também conforme Bybee (2010), construções mais convencionalizadas, ou gramaticalizadas, são mais produtivas (têm uso generalizado), mais esquemáticas (são mais abstratas em termos formais e semânticos, além de associadas a paradigmas) e menos composicionais (revelam menor acessibilidade dos subcomponentes, em termos de sentido e forma). Conforme ambas as autoras, categorias linguísticas são padrões de uso de base construcional, marcados por gradiência e exemplaridade.

De acordo com Traugott (2008b), a abordagem da gramaticalização de construções se faz com base na seguinte trajetória:

Macroconstrução

(esquema abstrato e virtual)

↓↑

Mesoconstrução

(conjunto de construções específicas, com função semelhante)

↓↑

Microconstrução

(construção *type* individual)

↓↑

Construto

(*token* empiricamente comprovado, *locus* da pesquisa funcionalista)

Conforme o *cline* proposto pela autora, a relação entre os padrões construcionais se faz tanto no sentido da criação de conjuntos e esquemas abstratos, no caminho da fixação

de construções (setas para cima), quanto no sentido inverso, no qual, por analogização, um esquema virtual fornece a base para criação de novos exemplares (setas para baixo). Nessa perspectiva, a variabilidade se manifesta nos construtos, nos usos efetivos que instanciam micro, meso e macroconstruções, tal como exposto e discutido na próxima seção, com base nos usos correlativos aditivos do português.

4. Correlação aditiva e construcionalização

A pesquisa de Rosário (2012) partiu da análise de um universo de 1275 discursos de diferentes extensões, colhidos de 02 de fevereiro de 2009 a 29 de outubro do mesmo ano. Nesse conjunto, foram encontradas 382 ocorrências de pares correlativos aditivos, que serão analisados segundo dois níveis: *1. Padrões microconstrucionais*; *2. Padrões mesoconstrucionais*.

Esses dois aspectos retratam dois níveis diferentes de formalização para as construções aditivas. O nível mais elementar de esquematização é ocupado pelas microconstruções, que apresentam um grau menor de formalização.

O nível intermediário de esquematicidade das construções é ocupado pelas mesoconstruções, que são blocos com comportamento sintático e semântico similar, em nível intermediário entre as macroconstruções e microconstruções.

Há diversas estratégias, em língua portuguesa, para a expressão da adição. Essa multiplicidade de formas para a expressão de uma mesma categoria é muito comum também a outros processos sintáticos, como asseverou Givón (2002, p. 22): “as línguas podem codificar o mesmo domínio funcional utilizando mais que um único meio estrutural”. No bojo dos estudos de base cognitivista, esse fenômeno aponta para o princípio construcional da *força expressiva maximizada* (cf. Goldberg, 1995).

Esse princípio da Gramática das Construções encontra correlato no princípio funcionalista da *extensão* (cf. Heine; Kuteva, 2007, p. 35-36). Em síntese, aplicando-se esses princípios ao fenômeno sob investigação, podemos afirmar que a correlação aditiva é uma estratégia linguística que utiliza elementos já existentes na língua, recrutando-os para novas funções comunicativas, reorganizados em novos padrões construcionais.

Heine et al. (1991, p. 27) explicam as estratégias que os usuários da língua utilizam para criação de novas formas. Entre elas, destacam: a) invenção de novos rótulos, ou seja, a criação de novas combinações de sons; b) empréstimos de outros idiomas ou dialetos; c) criação de expressões simbólicas, como onomatopeias; d) composição e derivação de novas expressões a partir de outras já existentes; e) extensão de uso de formas já existentes para a expressão de novos conceitos, comumente por meio de transferências analógicas, metáforas e metonímias.

As duas últimas estratégias apontadas pelos autores explicam o processo de criação dos correlatores. Heine et al (1991, p. 27) também sublinham esses pontos: “Essas estratégias têm em comum o fato de serem motivadas. As pessoas muito raramente inventam novas expressões; ao contrário, elas se baseiam em formas e em estruturas linguísticas já existentes”.

Isso acontece para que novas necessidades comunicativas sejam atendidas, especialmente nos casos em que ainda não existem designações linguísticas adequadas. Em outras palavras, esses itens são recrutados no inventário da língua portuguesa para, em diversas combinações, servirem a novas necessidades dos usuários da língua (cf. Croft, 2007, p. 10.13). Nesse sentido, a gramática é adaptativa, na medida em que responde a pressões externas ao sistema, especialmente as que intentam fazer com que a linguagem seja cada vez mais expressiva.

Microconstruções correlativas aditivas

Heine e Kuteva (2007, p. 17) apontam a criatividade como sendo o principal motor da mudança linguística. De fato, é a criatividade que faz com que os usuários da língua, de certa forma, modifiquem regras e transgridam o que já está sistematizado. Essa transgressão a que Heine e Kuteva (2007) fazem referência pode ser ilustrada com os dados da tabela a seguir (cf. Rosário, 2012):

PADRÃO CONSTRUCIONAL	PARES CORRELATIVOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	PORCENTAGEM DE OCORRÊNCIA
1.	Não [V] apenas...mas	74	19,37%
2.	Não [V] só...mas	69	18,06%
3.	Não [V] só... Δ ⁷⁰	53	13,87%
4.	Não [V] só...mas também	38	9,94%
5.	Não [V] apenas...mas [V] também	37	9,68%
6.	Não [V] só...como também	23	6,02%
7.	Não [V] apenas... Δ	13	3,40%
8.	Não só...como	9	2,35%
9.	Não apenas...como [V] também	8	2,09%
10.	Δ ...mas [V] também	7	1,83%
11.	Não [V]]samente... Δ	7	1,83%
12.	Não [V] somente...mas também	6	1,57%

⁷⁰ Por convenção, adotamos o símbolo Δ para indicar o conectivo subentendido que perfaz um dos correlatores. O lugar desse símbolo também é ocupado por uma mudança na força ilocucionária.

13.	Não [V] somente...mas	6	1,57%
14.	Δ...como também	4	1,04%
15.	Não [V] só...também	4	1,04%
16.	Não somente...como também	3	0,78%
17.	Não apenas...como	3	0,78%
18.	Não só...e sim	3	0,78%
19.	Não [V] apenas...e sim	3	0,78%
20.	Não...mas também	2	0,52%
21.	Não [V] só...mas sim	2	0,52%
22.	Não simplesmente...m as	2	0,52%
23.	Não simplesmente...Δ	1	0,26%
24.	Não somente...mas como	1	0,26%
25.	Não [V] somente...também	1	0,26%
26.	Não apenas...também	1	0,26%
27.	Não só...e também	1	0,26%
28.	Não somente...e sim	1	0,26%
	Total	382	100%

Tabela 1 – Padrões microconstrucionais correlativos aditivos

O uso e combinação de material linguístico já existente possibilitaram a criação de novas microconstruções, por meio de mudanças construcionais, que, por sua vez, carregam novos significados, com usos determinados para novas funções.

Diante de tantas formas existentes para a expressão da adição, retomamos, neste momento, uma pergunta central nos estudos linguísticos de uma forma geral: por que emergem novas formas para funções já existentes na língua? Em outras palavras, por que há tantos padrões construcionais correlativos aditivos, se já existe um prototípico conectivo coordenativo *e* que, *a priori*, sendo mais neutro e geral, seria suficiente para a expressão da adição?

Heine e Kuteva (2007, p. 210) explicam que esse fenômeno acontece porque, na verdade, não podemos falar que as funções discursivas de hoje continuam as mesmas do passado. Novas formas linguísticas surgem (e com elas novos significados) porque também surgem novas necessidades comunicativas. Esse ponto de vista se coaduna, portanto, com o princípio construcionista da *força expressiva maximizada* e também da *não-sinonímia da forma gramatical*. Afinal, se uma nova forma emerge na língua, é porque há novas necessidades comunicativas a serem supridas, mesmo que isso, em um primeiro momento, não fique claro ao falante ou até mesmo ao analista.

Fried (2008, p. 25) também se ocupou desse assunto. Para o autor, a convivência de formas ocorre porque a força dos fatores externos à língua motiva mudanças na compreensão dos falantes e também os incita à busca de formas mais expressivas, que carregam novas nuances semânticas e pragmáticas. Dessa forma, não se criam construções totalmente sinônimas ou iguais à anteriormente criadas, mas outras que sejam mais adequadas a determinadas situações comunicativas. Essa discussão situa-nos no plano semântico-pragmático e nos possibilita vislumbrar uma das principais diferenças entre a coordenação aditiva e correlação aditiva: esse dois processos servem a propósitos comunicativos distintos.

Passemos, agora, à análise da microconstrução mais

frequente nos dados de Rosário (2012). Devido à limitação de espaço do presente texto, analisamos apenas com base nos fragmentos (5) e (6) seguintes:

(05) Mais do que isso, fez menção também à importância de regras para a realização de bailes *funk* e de outros eventos – regras que, de fato, respeitem a vida e o direito ao repouso dos trabalhadores que moram onde esses bailes são realizados. É verdade que isso tem que ser observado, Sr. Presidente, não apenas pelos realizadores desses eventos, mas de quaisquer eventos, de qualquer tipo de música; de qualquer evento e acontecimento que tenha que respeitar o direito do morador, do trabalhador que quer repousar. – 1º/09/2009

O padrão microconstrucional correlativo aditivo *não [V] apenas... mas* revela-se como o mais prototípico, tendo em vista a sua alta frequência (19,37%). No discurso político dos deputados da ALERJ e possivelmente em muitos outros gêneros similares, essa é a estratégia correlativa aditiva mais utilizada.

No exemplo apresentado, a discussão gira em torno das regras para realização dos bailes *funk* no Rio de Janeiro. O deputado orador, no afã de tentar convencer aos outros deputados e, especialmente, ao presidente da ALERJ, alerta que as regras devem respeitar a vida e o direito de repouso dos trabalhadores. Ele acrescenta que essas regras devem ser seguidas pelos realizadores dos bailes *funk*, mas também pelos realizadores de quaisquer outros eventos e de quaisquer outros tipos de música.

A força expressiva que emerge da construção correlativa aditiva é evidente. Essa estratégia serve a uma função semântico-pragmática de reforço ou de ênfase, como afirmam outros estudiosos que se debruçaram sobre esse assunto (cf. Quirk et al., 1985, p. 935; Módolo, 1999; entre outros). Se todos os eventos fossem alocados em uma linha

imaginária, segundo a concepção do orador, o baile *funk* ocuparia um extremo e todos os outros gêneros musicais ocupariam outros pontos dessa linha.

Essa maior expressividade que emerge da correlação aditiva não seria a mesma se parafraseássemos o excerto do discurso analisado por uma sequência coordenativa aditiva com o prototípico *e*. O uso de uma forma linguística diferente carrearía uma força expressiva também diferente, provavelmente utilizada em outros contextos.

Esse padrão construcional, à maneira de outros, permite a inclusão de um elemento verbal no primeiro correlator. Vejamos outro exemplo:

(06) Mais revoltante, Sr. Deputado Domingos Brazão, foi tomar conhecimento hoje, pela manhã – até para preservar alguns funcionários desta Casa – que há uma determinação da Presidência da Comissão de que esse assunto **não** seja **apenas** postergado, **mas** que não seja trazido mais à discussão. – 25/03/2009

No exemplo (06), detectamos uma forma verbal de *ser*, no presente do subjuntivo, na voz ativa, inserida no primeiro correlator. A presença de elementos verbais no interior dos correlatores reforça a hipótese de que tais conectivos seriam pouco gramaticalizados. De acordo com Lehmann (1985), a *coalescência* e a *fixação* são dois importantes parâmetros que apontam, no eixo sintagmático, um estágio de gramaticalização avançada. Nos exemplos apresentados, a inclusão de elementos verbais no interior do primeiro correlator aponta justamente o contrário: não se pode falar em coalescência, visto que o conectivo correlativo ainda não se fixou da mesma forma como as conjunções *stricto sensu* da língua portuguesa.

Se os correlatores já estivessem gramaticalizados como conjunções, a inclusão de elementos verbais não seria

possível. Atrelado a isso, se o processo de coalescência ainda é incipiente, por consequência, também o processo de fixação ainda não se efetivou. Ao contrário, observa-se uma considerável liberdade de movimento dos itens.

De acordo com Croft (2009, p. 398), falante e ouvinte estão sempre em uma *joint action*, ou seja, em uma ação conjunta. O falante verbaliza algo, tendo em vista a audiência, de quem se espera um esforço para compreender a mensagem. Para que a mensagem seja compreendida plenamente, não basta somente o processamento do material linguístico. Ao contrário, devem-se levar em conta as crenças, intenções e ações, de forma cooperativa. Na correlação, isso é ainda mais premente, visto que a complexidade desse tipo de construção exige ainda mais a atenção e a cooperação do falante. A correlação torna-se, assim, um expediente sintático primoroso para a argumentação e a persuasão.

No campo da correlação aditiva, detectamos uma forte *variabilidade paradigmática*. Esse fenômeno diz respeito à possibilidade de uso de um item em lugar de outro, desde que pertençam a um mesmo paradigma. Assim, em estágios mais incipientes de gramaticalização, há maior competição entre as formas que desempenham uma função semelhante. De fato, no âmbito da correlação aditiva, há uma grande profusão de formas, que têm como função central a adição de termos, aparentemente sem uma forte restrição de uso. Essa constatação permite-nos apontar que o processo de construcionalização ainda está em curso, por conta das significativas possibilidades de diferentes arranjos morfossintáticos, com pouca fixidez.

Segundo Traugott (2007, p. 6), a variabilidade é muito comum no campo das relações morfossintáticas. Trousdale (2008a, p. 7; 2008b, p. 7) corrobora suas palavras e acrescenta que quanto mais as construções são utilizadas, mais tendem à variação e extensão. É por isso que detectamos tanta flutuação na forma dos padrões

microconstrucionais correlativos, que podem coexistir por até séculos (cf. Hopper e Traugott, 1997, p. 36).

Givón (2002, p. 17.20) também explorou essa questão, ao afirmar que a variação está no cerne do mecanismo responsável pela mudança adaptativa e seletiva. Acrescenta o autor, em clara alusão ao princípio laboviano do uniformitarismo, que as variantes sincrônicas constituem uma espécie de reserva para as mudanças diacrônicas de amanhã.

5. Mesoconstruções correlativas aditivas

Rosário (2012) apontou a existência de, pelo menos, 28 padrões microconstrucionais correlativos aditivos. À primeira vista, essa profusão de padrões correlativos pode dar a impressão de uma grande falta de regularidade.

Entretanto, esse quadro é apenas aparente. Nesse aspecto, a gramática das construções pode nos ajudar de maneira muito produtiva na tipificação e caracterização de blocos tipológicos, que chamamos de *mesoconstruções*. Tomando-se a apódose como ponto de partida, pode-se propor uma classificação mesoconstrucional da correlação aditiva. Por esse prisma, seria possível a construção de uma proposta baseada em cinco blocos basicamente formados pela prótase (representada pela letra P), seguida dos elementos constituintes da apódose. São os seguintes:

- Padrão mesoconstrucional 1: **P... mas** (também/sim/como)
- Padrão mesoconstrucional 2: **P ... Δ**
- Padrão mesoconstrucional 3: **P... como** (*também*)
- Padrão mesoconstrucional 4: **P... e** (*também/sim*)
- Padrão mesoconstrucional 5: **P... também**

Cada padrão mesoconstrucional constitui uma rede construcional (cf. Traugott, 2008a, p. 6), em que há uma construção básica, que é o núcleo da rede, e outras construções diretamente relacionadas a esse núcleo, que as irradia. São metaforicamente caracterizadas como sendo

famílias, tendo em vista as particularidades comuns que as congregam.

Trousdale (2008b, p. 12) acentua a importância dos padrões mesoconstrucionais ao asseverar que é nesse nível que ocorre a regulação e estruturação de novos modelos linguísticos. As mesoconstruções são, por definição, menos composicionais em termos de significado do que as microconstruções (os pares correlativos propriamente ditos).

As construções, de uma forma geral, emergem na língua, ou seja, não se encontram de forma estática. O surgimento de novas mesoconstruções objetiva capturar extensões do sentido original das diversas microconstruções, reunindo-as em blocos. Além disso, de acordo com Traugott (2008b, p. 240), a expansão das categorias funcionais (no caso que estamos investigando, a correlação) ocorre para que a negociação de significados seja facilitada. Afinal, quanto mais opções detém o falante, mais expressivo ele pode ser em seu discurso.

Tanto na prótase quanto na apódose entrou em cena o mecanismo da *analogia*, que, segundo os funcionalistas, é um dos principais mecanismos de variação e mudança nas construções gramaticais, descrito já por Meillet (1912). Os ajustes analógicos, passo a passo, vão alterando as microconstruções em sucessivas mudanças construcionais e, por consequência, provocando o surgimento e o realinhamento das mesoconstruções, podendo chegar ao processo de construcionalização (criação de novas construções na língua).

A analogia, em um primeiro momento, renova ou altera detalhes da construção, usualmente deixando a estrutura mais ou menos intacta (cf. Traugott, 2004, p. 5), mas ao mesmo tempo afastando-a do protótipo construcional. É justamente o que acontece de maneira muito flagrante na prótase correlativa aditiva. Os itens *só*, *apenas*, *somente* e *simplesmente*, justamente por

apresentarem carga semântica similar, são recrutados pela língua para perfazer os diversos padrões microconstrucionais correlativos aditivos.

Bybee (2010, p. 81) esclarece que, nos diversos padrões construcionais de uma língua, itens semanticamente semelhantes (como é o caso de *só*, *apenas*, *somente* e *simplesmente*) são agrupados em torno de um exemplar mais frequente, como é a partícula *só*, fato atestado pela análise de Rosário (2012), no tocante à correlação aditiva. Dessa forma, o membro mais frequente serve como o membro central da categoria, e as novas expressões tendem a ser formadas por mecanismos analógicos, a partir desse membro.

Os membros dessa categoria, que instancia a prótase correlativa, podem ser graduados em relação a sua centralidade ou marginalidade. Assim, o item *só* é bem central e prototípico. Por outro lado, o item *simplesmente*, pela sua baixa frequência, pode ser considerado mais marginal ou menos prototípico.

Considerações finais

Defendemos, neste texto, que parte significativa da variabilidade manifestada nos usos linguísticos, interpretados na vertente clássica dos estudos funcionalistas como *camadas*, como modos de dizer em competição, admitem uma análise mais acurada e holística, à luz da perspectiva da gramaticalização de construções. Para tanto, tem sido fundamental o diálogo entre o funcionalismo e o cognitivismo, na abordagem da vinculação função x forma de modo mais consistente e controlado, no que temos nomeado de *linguística centrada no uso*. Para a defesa dessa assunção, valemo-nos da análise da correlação aditiva do português contemporâneo em perspectiva construcional.

A convivência de tantos padrões microconstrucionais correlativos diferentes para a expressão da adição é

explicada por Goldberg e Jackendoff (2004, p. 535-555) como um fenômeno comum, visto que as construções, em geral, “demonstram muita variação sintática e semântica”. Essa profusão de padrões, segundo os autores, forma uma *família de construções*, que compartilham importantes propriedades, mas diferem uma das outras, inclusive pelo seu grau de produtividade.

Reiteramos que o fenômeno da correlação explora antigas formas para novas funções, tendo em vista que todas essas palavras utilizadas na correlação aditiva possuem outros usos na língua portuguesa, quando tomadas de forma autônoma. De acordo com Heine et al. (1991, p. 28), esse princípio já havia sido afirmado por Werner e Kaplan desde 1963: conceitos mais concretos e/ou mais estabilizados na língua são empregados para expressar fenômenos mais abstratos e/ou mais recentes. Para sermos mais exatos, segundo Traugott (2007, p. 357), não há formas totalmente novas, mas sempre reutilização de formas anteriores, potencializadas pelas mudanças construcionais.

A gramaticalização atua, entre outros campos, na motivação para o preenchimento das necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, bem como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não se encontram designações linguísticas adequadas. Assim, acreditamos que essa é a força motriz para o uso de construções correlatas, bem como de outras estruturas da língua. O fato significativo é que, para satisfazer a essas necessidades, novas formas gramaticais desenvolvem-se ao lado de estruturas equivalentes disponíveis, com crescente grau de expressividade.

As construções correlatas comportam-se sintaticamente de forma relativamente heterogênea, esquematizando-se na língua por intermédio de diversos padrões microconstrucionais, embalados em formatos diferentes. Por outro lado, é possível detectar algumas

características que, de certa forma, são predominantemente comuns em todos esses padrões. É justamente isso que possibilita o reconhecimento de um padrão macroconstrucional.

A correlação aditiva apresenta inúmeras propriedades que a diferenciam da coordenação aditiva. As construções correlatas, além de serem mais marcadas, também tendem à verifuncionalidade e são dotadas de especial força argumentativa, que não pode ser comparada à força mais prototípica da adição, que tem como função precípua aproximar ou copular elementos, sem preocupação frequente com ênfase ou intensificação.

As construções correlatas apresentam uma maior especificidade semântico-pragmático-discursiva. Associando-nos ao paradigma da *não-sinonímia da forma gramatical* (cf. Goldberg, 1995), podemos afirmar que coordenadas aditivas e correlatas aditivas apenas assemelham-se quanto à carga semântica da ideia de adição, mas há muitas diferenças entre elas. Afinal, diferenças no *frame* sintático comumente carregam diferenças em termos de significado.

Nossa expectativa é de que os resultados obtidos e aqui apresentados do tratamento construcional da correlação aditiva possam ensejar investigações, na mesma vertente teórica, de outros padrões de uso do português. Assim feito, esperamos concorrer para que a gramática da língua seja tratada e vista, efetivamente, como um vasto e complexo conjunto de construções, que, em muitos contextos, exibem variabilidade ou competição de formas.

Referências

BYBEE, J. 2010. *Language, usage and cognition*. Cambridge: CUP.

CROFT, W. 2007. Language structure in its human context: new directions for the language sciences in the twenty-first century. IN: HOGAN, P. (Ed.) *Cambridge Encyclopedia of the*

Language Sciences. Cambridge: Cambridge University Press.
Final Draft.

_____. 2009. Toward a social cognitive linguistics. In: EVANS, Vyvyan; POURCEL, Stéphanie. (Ed.) *New directions in cognitive linguistics*. Amsterdam: John Benjamins.

_____; CRUSE, D.A. 2004. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.

DECAT, M. B. N. 2001. *Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado das Letras.

FISCHER, O. 2009. Grammaticalization as analogically driven change? In: *Vienna English Working Papers*, vol. 12, no 2, p. 3-23.

FRIED, M. 2008. Constructions and constructs: mapping a shift between predication and attribution. Princeton University. In: BERGS, A.; DIEWALD, G. (Eds.) *Constructions and language change*, 47-79. Mouton de Gruyter.

GIVÓN, T. 2002. *Bio-linguistics: the Santa Barbara Lectures*. John Benjamins.

GOLDBERG, A. 2006. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press.

_____. 1995. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press.

_____; JACKENDOFF, R. 2004. *The English resultative as a family of constructions*. *Language* 80: 532-567.

GUIMARÃES, E. 1987. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas: Pontes.

HEINE, B. et al. 1991. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.

_____; KUTEVA, T. (2007) *The Genesis of Grammar: a reconstruction*. Oxford.

HOPPER, P. 1991. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.) *Approaches to*

grammaticalization. Vol I. Focus on theoretical and methodological issues, Amsterdam: Benjamins, p. 17-36.

HOPPER, P; TRAUGOTT, E. 1997. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEHMANN, C. 1985. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J; THOMPSON, S. A. (Ed.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing.

MARTELOTTA, M. 2012. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez.

MÓDOLO, M. 1999. *(Pré) publications: forskning og undervisning*. Denmark: Aarhus Universitet.

NEVES, M. H. M. 2010. *Ensino de língua e vivência da linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto.

NOËL, D. 2007. Diachronic construction grammar and grammaticalization theory. In: *Functions of Language*, 14: 2, p. 177-202.

OLIVEIRA, M. R.; VOTRE, S. J. 2001. Continuidade, variabilidade e mudança na língua portuguesa. In: SILVEIRA, A. L (Org.). *Cadernos de Letras da UFF*. Niterói: Editora da UFF, v. 21, p. 121-145.

_____. 2000. Variabilidade na trajetória do português: uma abordagem funcional. In: ; CIFEFIL. (Org.). *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: Edit. da Univ. do Estado do Rio de Janeiro, v. III -3, p. 113-121.

QUIRK, R. et al. 1985. *A Comprehensive Grammar of the English Language*. [S.l.]: Longman.

ROSÁRIO, I. C. 2012. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Tese de doutoramento em Estudos de Linguagem. Niterói: Instituto de Letras.

TRAUGOTT, E. 2007. *Constructionalization, grammaticalization and lexicalization again*. Some issues in frequency. Course on Gzn and C x G.

_____. 2008a. *'All he endeavoured to prove was...':* constructional emergence from the perspective of grammaticalization. (Texto digitado).

_____. 2008b. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R. et al (Ed.) *Variation, Selection, Development – Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, p. 219-250.

_____. 2009. Constructions in grammaticalization. In: BRIAN, J.; JANDA, R. (Ed.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing, 2004. Blackwell Reference Online. http://www.blackwellreference.com/subscriber/tocnode?id=g9781405127479_chunk_g978140512747922

_____. 2012. Toward a Coherent Account of Grammatical Constructionalization. In: SMIRNOVA, E; BARODAL, J; SOMMERER, L (Eds). *Historical construction grammar*, p. 1-21.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. 2013. *Constructionalization and Constructional Changes* (Oxford Studies in Diachronic and Historical Linguistics). Oxford: Oxford University Press.

TROUSDALE, G. 2008a. Constructions in grammaticalization and lexicalization: evidence from the history of a composite predicate construction in English.

_____. 2008b. Words and constructions in grammaticalization: The end of the English impersonal construction. In: FITZMAURICE, S; MINKOVA, D. (Ed.) *Studies in the History of the English Language IV*. Berlin, New York (Mouton de Gruyter), 2008b.

VOTRE, S.; OLIVEIRA, M. R. 2007. Para uma teoria pancrônica das atividades linguísticas. In: FÁVERO, L. et al (Org.). *Língua portuguesa - pesquisa e ensino*. 1ed. São Paulo: Editora PUC-SP/Fapesp, v. 1, p. 153-164.

PROCESSO DE MUDANÇA SEMÂNTICA DE REPENTE: SUBJETIVAÇÃO E INTERSUBJETIVAÇÃO

Jussara Abraçado
(Universidade Federal Fluminense)

Sirley Ribeiro Siqueira
(Universidade Federal Fluminense)

6. O processo de mudança de *de repente*: do Século XVI ao XX

Neste artigo apresentamos alguns resultados da pesquisa que estamos desenvolvendo acerca da trajetória de mudança da expressão *de repente*. Tomamos como base o arcabouço teórico funcionalista e, assim sendo, nossa análise se alicerça em dados de língua em uso, ou seja, provenientes de uma situação real de comunicação, entendida como palco em que se concretizam as tendências de natureza sociocognitivas. São dois os nossos objetivos neste texto. O primeiro é o de demonstrar que *de repente*, o longo do tempo, agregou outras funções num processo de gramaticalização, conforme ilustram os exemplos (1) e (3) a seguir, em que, respectivamente, *de repente* atua como um circunstanciador de modo, incidindo sobre o a ação verbal, e desempenha a função de modalizador epistêmico de possibilidade:

(1) Estando ocupado nesta repartição, de repente lhe foi dado pela posta hum recado do Míaco, que deixasse tudo e acudisse, porque se vinhão chegando, muito depressa se os inimigos. (1560-1580, Historia do Japam, Luis Fróis)

Desde o momento em que chegaram o Álvaro e o Maldonado, e o Léo Moura voltou,

conseguimos dar a volta por cima. Talvez se não fosse o Marcos Braz (vice de futebol) eu não estaria aqui. Ele teve paciência e acreditou no meu trabalho. De repente, se fosse outra pessoa teria contratado um treinador, e eu estaria novamente como assistente técnico. 16/10/09 (site do programa globo esporte)

O segundo dos nossos objetivos é o de apresentar evidências de que o processo de gramaticalização de *de repente* envolve mudança semântica relacionada à subjetivação e desenvolve-se em direção à intersubjetivação.

Para atingir nossos propósitos, coletamos dados de amostras de língua escrita e falada. Os dados referentes às sincronias mais antigas, por motivos óbvios, restringem-se à modalidade escrita, cobrindo o intervalo do Século XVI ao XIX. A fim de estabelecermos uma paridade entre os *corpora* referentes às sincronias pesquisadas, decidimos que cada *corpus* deveria ter em torno de 400.000 palavras (este foi o quantitativo referente ao *corpus* da sincronia mais antiga, que continha menos palavras). Recolhemos tais dados do *site Corpus* do Português (<http://www.corpusdoportugues.org>). Nos dados do Século XX, diferentemente, estão presentes amostras de língua oral, coletadas do acervo do PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua), denominado Amostra Censo (<http://www.lettras.ufrj.peul/amostras>). Sabendo que é nesta modalidade que, primeiramente, se instanciam as mudanças semânticas e havendo dados referentes ao Século XX disponíveis em tal modalidade, optamos por privilegiá-los neste momento de nossa pesquisa; ou seja, a análise de dados concernentes ao Século XX baseia-se em amostras de língua oral.

Na Tabela 1, encontram-se os totais de ocorrências de *de repente* em cada sincronia pesquisada.

Século	Ocorrências de <i>de repente</i>	%
XVI	76	23,5
XVII	29	8,9
XVIII	31	9,6
XIX	73	22,5
XX	115	35,5
TOTAL	324	100

Tabela 1: total de dados recolhidos

Como se pode observar, em termos de frequência, o maior percentual de ocorrência de *de repente* encontra-se no Século XX. Cumpre também destacar que, de acordo com os dados analisados, até o Século XIX, *de repente* ocorre com um valor monossêmico, isto é, sendo empregado apenas como circunstanciador de modo, como é o caso do exemplo (1), relativo ao Século XVI, apresentado anteriormente, e do exemplo (3), referente ao Século XIX, apresentado a seguir. Em (3), assim como em (1), *de repente* incide sobre o a ação verbal:

No resto da sala corria um silêncio que já era de morte. *De repente*, porém, ouviu-se uma voz, fresca sonora, gritar da porta: - Gaspar! Ó Gaspar! onde diabo estás tu! Aquela voz alegre despedaçou escandalosamente o silêncio compacto da sala. Gaspar levantou-se de um silêncio e precipitou-se nos braços de Gabriel, que voltava dos seus estudos acadêmicos. (—A condessa de Vésper, Aluisio Azevedo).

A partir do Século XX, no entanto, outros empregos de *de repente*, como o ilustrado em (2), são observados. Tais empregos serão foco de atenção em uma seção específica. Contudo, antecipando tal seção, entendemos ser necessário discorrer sobre os mecanismos atuantes no

processo de mudança semântica por gramaticalização, que podem estar envolvidos no processo de gramaticalização aqui estudado.

7. Principais mecanismos envolvidos no processo de mudança

Pesquisas acerca dos mecanismos de mudança linguística procuram responder à questão de como se vai de uma dada representação mental para outra, considerando os mecanismos de mudança como processos que ocorrem enquanto a linguagem está sendo usada. Limitaremos nossa discussão a três mecanismos que consideramos principais no processo de mudança da expressão que estamos estudando: reanálise (associado à metonimização), analogia (relacionado à metaforização) e frequência (relacionada à repetição).

7.1. Reanálise

Traugott (2011) faz menção a Langacker (1977) e Harris e Campbell (1995) para explicar o mecanismo de reanálise e a possibilidade de mudança na estrutura de superfície de uma expressão. Conforme expõe a autora, para Langacker (1977), a reanálise constitui uma mudança na estrutura de uma expressão, ou classe de expressões, que não envolve modificação intrínseca ou imediata em sua manifestação de superfície, podendo apresentar dois subtipos: a) ressegmentação (perda, criação ou mudança de fronteira) e b) reformulação sintático-semântica. Para Harris e Campbell (1995), por sua vez, a reanálise (morfo)sintática envolve mudança na constituição, estrutura hierárquica, rótulos de categoria e relações gramaticais na estrutura latente, sem mudança na estrutura de superfície.

No que diz respeito à relação entre reanálise e gramaticalização, Hopper e Traugott (1993: 80-81)

consideram ser a reanálise um processo mais produtivo em gramaticalização nos níveis estruturais e morfossintáticos, de modo que, para eles, seria uma surpresa se a metáfora, que é analógica, fosse o primeiro processo a atuar pragmática e semanticamente.

Traugott (2011: 23), acerca de tal relação, destaca que:

- (i) gramaticalização e reanálise se interseccionam, mas são independentes. Os argumentos que sustentam tal afirmação são: a) gramaticalização é unidirecional, mas reanálise, não, b) reanálise não implica perda de autonomia ou de informação, e c) reanálise consiste em dois estágios (embora a autora não considere que se trate de um “grande salto”) enquanto gramaticalização é uma sequência;
- (ii) gramaticalização é um subtipo de reanálise, ou seja, trata-se de um epifenômeno desta.

Traugott (2011) ainda cita e refuta o estudo de Haspelmath (1998: 315), de acordo com o qual, a reanálise seria distinta da gramaticalização, porque, diferentemente desta, requer ambiguidade. Para Traugott, em consonância com Harris e Campbell (1995), a reanálise depende de um padrão caracterizado pela ambiguidade de superfície ou pela possibilidade de mais de uma análise, de modo que a ambiguidade estaria associada a estágios iniciais de gramaticalização.

Outros autores como Heine (2002) e Diewald (2002) afirmam que contextos nos quais há ambiguidade não resolvida são “estágios” necessários em gramaticalização. Segundo Traugott (2011), contudo, nem sempre tais “estágios” são indispensáveis.

7.1.1. Metonímia

Segundo Hopper e Traugott (1993), as mudanças de sentido que surgem por contiguidade nos contextos linguísticos (incluindo os pragmáticos) são conhecidas como metonímias conceptuais ou associativas. Segundo os autores, a metonímia: (i) é uma estratégia para resolver o problema da expressão de atitudes dos falantes que serve para regular a comunicação e a negociação na interação de falantes e ouvintes; (ii) indexa relações no contexto e opera através de constituintes morfossintáticos interdependentes.

Gonçalves *et alii* (2007, p. 47) explicam que a metonímia remete a um tipo de inferência pragmática, uma “associação conceptual” fundamentada no mundo discursivo. Nessa linha, a mudança de significado por associação metonímica resulta de um raciocínio *abduutivo*, por meio do qual o falante observa determinado resultado no discurso, invoca uma lei (da linguagem) e infere que, em um uso posterior, pode ser aplicada essa mesma lei.

De acordo com Heine *et alii* (1991: 73-78), o surgimento da metonímia deve-se à manipulação discursivo-pragmática pela qual conceitos são submetidos a fatores contextuais na interpretação de uma dada expressão. Esse processo, rotulado pelos autores de “reinterpretação induzida pelo contexto”, envolveria os seguintes estágios:

- 1) Uma forma linguística F adquire, além de seu sentido primeiro A, um sentido B, quando usado em um contexto C, o que pode resultar em ambiguidade semântica, uma vez que os dois sentidos podem ser sugeridos no contexto C.
- 2) o sentido B pode ser usado em novos contextos que são compatíveis com o sentido B, mas não com o sentido A, que é excluído.

- 3) B é convencionalizado; possui elementos que A não possui. F passa a ter duas polissemias, A e B, que podem eventualmente se desenvolver em homófonos.

Heine *et alii* (1991) também apresentam algumas perspectivas ou abordagens pelas quais a reinterpretação induzida pelo contexto tem sido discutida:

- a) Inferência sugerida: resultante de um tipo de implicatura conversacional especial.
- b) Perspectivização: decorrente de uma estratégia cognitiva pela qual diferentes usos de F tendem a ressaltar diferentes componentes ou sentidos (B) daquela forma;
- c) Esquematização: A sendo usado diariamente em um grande número de contextos pode ter suas diferenças individuais postas em segundo plano e as similaridades em primeiro; o resultado seria um esquema B que representaria uma “idealização” daquele conceito.
- d) Extensão prototípica em contextos específicos: quando certos exemplos ou atributos de uma categoria são postos em primeiro plano, tem-se um processo que pode levar à extensão de estruturas prototípicas.

De acordo com Traugott e Dasher (2005, p. 29), a noção de metonímia conceitual precisa ser expandida para dar conta da subjetivação e intersubjetivação. Ambas são dependentes da díade falante/escritor – ouvinte/leitor e, por hipótese, derivam do mecanismo de inferência metonímica combinado com estratégias retóricas no contexto do evento discursivo.

Traugott (2010, p.1) define subjetividade como a relação entre o falante e suas próprias crenças e atitudes e intersubjetividade como uma relação voltada para a face do destinatário. A autora chama atenção para a distinção entre subjetividade (estado sincrônico) e subjetivação (processo diacrônico no qual os constituintes são tomados pelos falantes para codificar sentidos mais abstratos e pessoais, relativos às suas crenças, atitudes e valores). Paralelamente, a intersubjetividade (estado sincrônico) e intersubjetivação (processo diacrônico) dizem respeito à busca da adesão acerca de determinado ponto de vista ou do convencimento do interlocutor, com atenção especial do falante para a autoimagem do destinatário.

De acordo com Traugott (2010, p. 4), subjetivação e intersubjetivação são os mecanismos pelos quais:

- a. sentidos são recrutados para codificar e regular as atitudes e crenças (subjetivação);
- b. uma vez subjetivados, tais sentidos podem ser recrutados para codificar significados centrados no destinatário (intersubjetivação).

Traugott & Dasher (2005) preocupam-se em explicar em que medida a subjetividade, que explicitamente imprime o ponto de vista do falante, é capaz de, no uso linguístico, codificar novos sentidos. Segundo os autores, as expressões mais subjetivas estão envolvidas em contextos em que predominam:

- 1) dêixis temporal e espacial clara;
- 2) marcadores explícitos de atitude do falante para o que é dito, incluindo atitude

- epistêmica para a proposição;
- 3) marcadores explícitos de atitude do falante para o relacionamento entre as partes do texto;
 - 4) predomínio do princípio da relevância.

Segundo os autores (p.31), a subjetivação repousa em princípios cognitivos, mas toma lugar no contexto de comunicação e nas estratégias retóricas. Relaciona-se diretamente com as interações falante/escritor – ouvinte/leitor e com as motivações de competição entre falantes (para serem informativos) e ouvintes (para construir as inferências sugeridas). Em outras palavras, é um processo de base metonímica pelo qual o falante/escritor recruta sentidos para transmitir informação a ser trabalhada na comunicação. Para Traugott e Dasher (2005) a subjetivação, inevitavelmente, envolve, em alguma medida, a intersubjetividade. Tal ênfase no contexto de comunicação, isto é, em todas as pistas linguísticas que aparecem no entorno, levou Traugott (2010, p. 17) a considerar a subjetivação como um subtipo de reanálise semântica (relacionada a processos metonímicos).

Traugott & Dasher (2005, p. 95) já haviam mencionado uma tendência segundo a qual sentidos tendem a se tornar cada vez mais baseados nas crenças e atitudes subjetivas dos falantes em relação à proposição. Esta tendência é exemplificada pelo desenvolvimento da modalidade epistêmica, de partículas escalares como *even* e de elementos concessivos a partir de temporais (como no caso de *while*). Hawkins (1995 [Apud Traugott & Dasher: 2005]) sugere que talvez o processo de subjetivação tenha sua base na habilidade humana de pensar e dizer coisas que estão além da fronteira do conhecimento do falante; falar sobre eventos futuros como se fosse possível ter a certeza de saber que tais acontecimentos irão ou não ocorrer. De modo

a sumarizar suas considerações Traugott & Dasher (2005, p. 97) afirmam que consideram a subjetivação como sendo o maior mecanismo de mudança linguística. Na visão dos autores, é associativa e metonímica em relação ao ato de comunicação do falante e, mais especificamente, em relação à sua atitude, que pode ser observada: (i) relativamente à atitude de outros referentes, (ii) em contextos em que o falante expressa sua atitude acerca da factualidade de proposições (marcadas, por exemplo, pela modalidade epistêmica como *probably* e evidenciais como *I hear*), e (iii) em posturas argumentativas e retóricas adotadas pelo falante (como marcadores discursivos do tipo *in fact*). Cabe ressaltar que a subjetividade poderá ter diferentes manifestações de acordo com a estratégia discursiva escolhida.

Segundo Traugott (2010, p. 6), há uma forte correlação entre gramaticalização e subjetivação e uma mais fraca entre gramaticalização e intersubjetivação. Embora não seja restrita à gramaticalização, a subjetivação é mais provável de ocorrer na gramaticalização do que em lexicalização ou mudança semântica em geral, presumivelmente porque gramaticalização, por definição, envolve o recrutamento de itens e expressões para marcar a perspectiva do falante de fatores tais como:

- quem faz o quê a quem (estrutura do argumento);
- como a proposição está relacionada ao tempo de fala ou à temporalidade de outra proposição;
- se a situação é perspectivada como contínua ou não (aspecto);
- se na situação é relativizada a opinião do orador (modalidade, humor);

- se as entidades referidas são entendidas como iguais ou diferentes (pronomes, indexicais);
- que parte de uma cláusula é vista como tópico ou foco;
- como enunciados estão ligados uns aos outros (conectivos, marcadores discursivos);

Traugott (2010, p. 8), também destaca que a subjetivação é mais provável de ocorrer em gramaticalização primária (a mudança de material lexical para gramatical) do que em gramaticalização secundária (o desenvolvimento de material já gramatical em material mais gramatical). Isto porque a gramaticalização primária exige muitas vezes antes o fortalecimento da inferência pragmática que surge em contextos linguísticos muito específicos antes da sua semanticização e reanálise como elementos gramaticais.

Nicolle (2011) tratando da díade falante/escritor – ouvinte/leitor afirma que o destinatário contribui para a rotinização e convencionalização dos processos inferenciais através de sua tendência de minimizar o esforço do processo, enquanto falantes podem usar a língua para expressar mais do que é estritamente codificado, incluindo suas próprias atitudes em relação à situação que está sendo descrita. O autor observa que os sentidos tendem a expressar a perspectiva subjetiva do falante na situação e evoca a definição de subjetivação proposta por Traugott.

Nicolle (2011) ainda apresenta como exemplo de subjetivação em Inglês o desenvolvimento de *supposing* que, gradualmente, passou a ser usado quase que exclusivamente para expressar a atitude do falante em relação à proposição, ou seja, sua avaliação da proposição como hipotética. Neste caso, subjetivação envolve uma

mudança de um alto grau de comprometimento em relação à veracidade da proposição para um baixo grau de comprometimento em relação ao que está sendo exposto por parte desse falante. De acordo com o autor, o desenvolvimento da modalidade epistêmica tem sido frequentemente descrito em termos pragmáticos como envolvendo inferência, sugerindo que subjetivação resulta de inferência. Contudo, o pesquisador argumenta que, em certas construções, subjetivação pode desencadear mudanças estruturais características de gramaticalização, independentemente de convencionalização de sentido inferencial. Para concluir, afirma que as inferências ou interpretações que contribuem para gramaticalização são aquelas pretendidas pelo falante e que são rotineiramente associadas com expressões particulares.

Eckardt (2011) também trata do desenvolvimento de modalizadores e afirma que tais partículas emergem por reanálise semântica e exibem o fenômeno da gramaticalização num sentido semântico. Segunda a autora, uma análise mais refinada desses elementos mostra que leituras epistêmicas repousam numa escolha subjetiva de opção relevante. Como exemplo é citado o desenvolvimento de *could*.

O posicionamento de Nicolle (2011) e Eckardt (2011) reitera as ideias de Traugott (2010; 2011) e Traugott & Dasher (2005). A exemplificação com dados do Inglês reforça o postulado de que a subjetivação está fortemente ligada ao processo de mudança semântica sofrido por termos de natureza lexical que passaram a ser usados como modalizadores epistêmicos.

7.1.2. Analogia

Outro mecanismo bastante discutido na literatura funcionalista é o de analogia, que aparece relacionado ao processo de metaforização. Examinaremos o que alguns autores têm exposto acerca de tal mecanismo.

Hopper e Traugott (1993) consideram a analogia como um dos mecanismos mais abrangentes e reconhecidos de mudança de significado, enfatizando que a analogia constitui um pré-requisito para a gramaticalização. Segundo os autores, a analogia está associada ao processo de metaforização, que envolve o entendimento de uma coisa em termos de outra, com a direcionalidade de transferência do sentido básico, geralmente concreto, para um sentido mais abstrato. Para Hopper e Traugott, processos metafóricos são processos de inferência através de fronteiras conceituais e são tipicamente referidos em termos de “mapeamentos” ou de “saltos associativos”, de um domínio para outro, ressaltando-se que tais “mapeamentos” não são aleatórios, mas motivados por analogia e relações icônicas que tendem a ser observadas translinguisticamente.

Hopper e Traugott (1993) também assinalam que o processo metafórico tem sido tradicionalmente considerado como semântico, mas afirmam que isso não é uma condição e que é mais apropriado considerá-lo pragmático, uma vez que a metáfora é primariamente analógica. Ademais, sugerem que os usuários da língua possuem uma propensão natural para fazer extensões metafóricas que levam a maior utilização de certos itens. Como exemplo de metáfora envolvendo gramaticalização, é citado o desenvolvimento de termos referentes a partes do corpo, resultando em locativos (como o caso de *behind*, que exemplifica a mudança objeto > espaço); e ainda expressões relativas ao espaço que deram origem a elementos de natureza temporal.

Bybee, Perkins & Pagliuca (1994: 283-285) tratam a analogia em termos de extensão metafórica cuja definição remete a uma mudança de um domínio concreto para um abstrato, com a preservação de algo da estrutura relacional originalmente expresso. Os autores evocam o trabalho de Heine *et alii* (1991) para quem: (i) a metáfora envolve uma mudança abrupta de um domínio para outro, enquanto a

gramaticalização constitui um processo gradual, (ii) são exemplos inquestionáveis de mudança semântica, envolvendo extensão metafórica, aqueles casos em que termos referentes a partes do corpo são recrutados para servir a funções espaciais.

Bybee, Perkins & Pagliuca (1994) também fazem referência ao desenvolvimento do sentido epistêmico de *must*, em que o processo de metaforização parece ser relevante. Para os autores, os sentidos de obrigação e probabilidade de *must* ocorrem em ambientes mutuamente exclusivos. O sentido de obrigação observa-se em contexto de futuro tais como ilustram (1) e (2), enquanto as leituras de probabilidade se verificam em ambientes de passado e presente, conforme demonstram (3), (4), (5) e (6) (exemplos apresentados pelos autores):

The letter must arrive sometime next week.

He must call Edith right now.

The letter must have be in the mail.

The letter must have been in the mail

He must have called three times while you were gone.

He must be trying to call me right now.

O argumento empregado por Bybee, Perkins & Pagliuca (1994) para evidenciar a atuação da metáfora é o de que, nas duas leituras, *must* tem um sentido similar, mas é aplicado em dois diferentes domínios. No domínio orientado para o agente, o falante afirma que o sujeito é obrigado a fazer algo, enquanto que, no domínio epistêmico, o falante afirma que a proposição tem obrigação de ser verdadeira e, então, provavelmente, o é. Ainda segundo Bybee, Perkins & Pagliuca (1994), tal evidência sugere que a metáfora é um mecanismo de mudança semântica para sentido lexical e para sentidos gramaticais

próximos aos lexicais, enquanto a inferência é um dos mecanismos aplicáveis a sentidos mais gramaticalizados ou mais abstratos.

Traugott e Dasher (2005: 75-78) afirmam que, em trabalhos iniciais, tendia-se a assumir que o mecanismo de mudança mais atuante era a metáfora, interpretada como um princípio analógico que envolveria a tarefa de conceptualizar um elemento de estrutura conceitual **C**¹ em termos de um elemento de outra estrutura conceitual **C**². Uma vez que opera entre domínios, os processos de mudança motivados por metaforização envolveriam uma comparação entre “fontes” e “alvos” em diferentes domínios conceituais. Os autores questionam, contudo, o que poderia ser considerado um domínio, já que o termo é usado numa ampla variedade de sentidos. Apesar da variedade de sentidos, o termo “domínio” continua sendo empregado, quando o assunto é analogia.

Bybee (2010), definindo *construção*, em termos semelhantes a Goldberg (1995) e Croft (2001), considera que uma importante fonte para a criatividade no uso linguístico, que nos permite a expressão de novos conceitos e a descrição de novas situações, está na habilidade de expandir certas “fendas” esquemáticas em construções, para preenchê-las com novos itens lexicais, frases ou outras expressões. Para a autora, o termo analogia refere-se ao processo pelo qual o usuário passa a usar um novo item numa construção; a probabilidade e a aceitabilidade do novo item são gradientes e baseiam-se na extensão de similaridade de usos iniciais/originais da construção. Bybee também chama atenção para a acepção de analogia como um processo de domínio geral caracterizado por similaridades estruturais em dois domínios distintos.

Traugott (2011, p. 24-28) afirma que, frequentemente, a analogia apresenta-se entrelaçada com a reanálise e que, em morfologia, normalmente, são mencionados dois tipos de analogia. No primeiro tipo, a analogia é vista como

nivelamento, especificamente de redução de raízes alomórficas (como o nivelamento da distinção singular/plural, no passado, da maioria dos verbos em Inglês); já o segundo tipo de analogia remete à extensão, generalização (por exemplo, o uso da marca –s para o plural da maioria dos nomes). A autora cita o modelo de atualização que sugere que a analogia segue a reanálise, acrescentando que se tem notado que a reanálise pode normalmente ser detectada apenas via evidência de extensão analógica. Como exemplo, menciona o caso de *be going to* que se gramaticalizou apenas em ocorrências com verbos que são semanticamente incoerentes com a noção de “movimento para um propósito”.

Considerando tal caso, é importante citar Himmelmann (2004), que se refere à analogia como extensão e propõe três subtipos:

- (i) extensão semântico-pragmática: os sentidos pragmáticos tornam-se convencionalizados em contextos específicos e podem eventualmente ser semanticizados como polissemias;
- (ii) expansão sintática: embora a gramaticalização ocorra em contextos sintagmáticos restritos, a coexistência de ambos os usos, como verbo auxiliar e principal (*be going*), permite uma gama mais ampla de usos sintáticos do que era disponível antes do desenvolvimento do auxiliar;
- (iii) expansão da classe prototípica (*host-class expansion*): a gama de colocações é expandida. Ex.: *be going to* como auxiliar pode ocorrer com verbos estativos; o mesmo não se pode dizer da construção de movimento.

Traugott (2011) conclui sua reflexão acerca da analogia, afirmando que mudanças de sentido de natureza analógica que interagem com gramaticalização são

metaforizações. Para ela, a metáfora tem sido pensada como sendo o maior fator semântico em gramaticalização, mas uma inspeção mais rigorosa dos *corpora* sugere que, em muitos casos, a interpretação metafórica é resultado de mudança metonímica não analógica contextualmente derivada. Concordamos com tais considerações feitas pela autora e acreditamos que são aplicáveis ao nosso objeto de estudo.

7.1.3. Frequência

Consideramos ainda relevante o estudo do papel da frequência no processo de mudança semântica. Acerca deste mecanismo, Brinton e Traugott (2006) expõem que, ao longo do tempo, itens gramaticais tornam-se mais frequentes do que as construções lexicais das quais se originaram. Uma característica da gramaticalização bastante conhecida é o crescimento da frequência *type*⁷¹ que envolve a coocorrência da unidade sofrendo gramaticalização com um número cada vez maior de outras unidades *types*. Como exemplo, é citado o caso de *be going to* que ampliou o número de verbos com os quais poderia co-ocorrer, de modo que o processo de gramaticalização dessa expressão consolidou-se quando ela passou a ser empregada com verbos ou sujeitos que seriam inadequados para o sentido “fonte” (o de movimentação com intenção no espaço); isto é, quando *be going to* passou a ser usado com sujeitos inanimados como “terremoto” e com verbos estativos como “saber”, a frequência *type* da expressão aumentou, o que também ocasionou o aumento da frequência *token* e contribuiu para o desbotamento semântico (*bleaching*) da expressão em questão.

⁷¹ Bybee (2001) lançou mão da terminologia *token frequency* para a ocorrência de uma dada unidade em determinado *corpus* e *type frequency* para a frequência de determinado padrão na língua.

Em Traugott (2011) encontramos algumas considerações relevantes acerca da frequência. Segundo a autora, a repetição, como um mecanismo que leva à frequência, é diferente da reanálise e da analogia, uma vez que é primariamente derivada da produção “*online*” do falante, ao invés da interpretação do ouvinte. Para Traugott (2011), a frequência aparece no contexto das discussões recentes sobre os mecanismos que levam à mudança semântica. A autora apresenta a definição de gramaticalização proposta por Bybee (2001, 2003), de acordo com a qual, a gramaticalização é o processo em que uma sequência de palavras ou morfemas frequentemente usada torna-se automatizada como uma única unidade de processamento. Com base na distinção já mencionada entre frequência *token* e *type*, acrescenta que a repetição *token* leva a: (i) redução fonológica como, por exemplo, ocorre em *be going to* > *be gonna*, *isn't it* > *innit*; (ii) entrincheiramento que permite a retenção de antigas propriedades, como se observa com alguns verbos auxiliares em Inglês que mantêm padrões anteriores de inversão interrogativa; e (iii) armazenamento na memória.

Traugott chama a atenção para o fato de que, em alguns casos de gramaticalização, não há evidências que indiquem terem eles surgido por meio da alta frequência, ou até como resultado dela. A autora adverte, entretanto, que a maioria dos exemplos de gramaticalização investigados mostra aumento de frequência no início do processo. Nossos dados do Século XX indicam que *de repente* apresentou um aumento tanto na frequência *token* quanto na frequência *type*. E, conforme já assinalamos, os empregos de *de repente* como modalizador epistêmico de possibilidade e marcador discursivo, não detectados em sincronias anteriores, são encontrados nos dados referentes ao Século XX. Não podemos nos esquecer, no entanto, que os *corpora* relativos às sincronias anteriores são da modalidade escrita, o que, naturalmente, pode ter inibido as ocorrências de *de repente* nas funções de modalizador

epistêmico de possibilidade e de marcador discursivo, verificadas no Século XX, em *corpus* de linguagem oral. Assim, sendo, temos de ser cuidadosos quanto ao papel da frequência em relação ao fenômeno em tela: não descartamos nem valorizamos sua influência no processo.

8. De repente: gramaticalização e subjetivação

Nesta seção vamos concentrar nossa atenção nos dados referentes ao Século XX, que nos forneceu ocorrências *de repente*, atuando também como modalizador epistêmico de possibilidade e como marcador discursivo. Como já mencionamos, nos dados relativos às sincronias anteriores, do Século XVI ao Século XIX, só encontramos ocorrências de *de repente* como circunstanciador de modo. O aparecimento das funções de modalizador epistêmico de possibilidade e de marcador discursivo indica que *de repente* tem ampliado sua gama de empregos e sugere a existência de um processo de gramaticalização.

A Tabela 2 apresenta a distribuição das ocorrências de *de repente* de acordo com a função exercida:

FUNÇÕES	Ocorrências	%
Circunstanciador de modo	36	31,3%
Modalizador epistêmico de possibilidade	72	66,7%
Marcador discursivo	05	4,6%
Total	108	100%

Tabela 2: funções exercidas por de repente

Os dados, apresentados na Tabela 2, mostram que *de repente* tem sido usado, prioritariamente, na contemporaneidade e na modalidade oral, como modalizador epistêmico de possibilidade. A função de circunstanciador de modo se mantém e há apenas alguns dados que correspondem às ocorrências de *de repente* como marcador discursivo. Na

sequencia, passamos ao exame de cada uma dessas funções:

- I) – circunstanciador de modo: esta é a função que tem sido recorrente em todas as sincronias e, portanto, acreditamos que as demais funções sejam dela derivadas. Indica, como já dissemos, o modo como se desenvolve determinada ação verbal.
- (7) F- Então a que mora aqui embaixo é o que mora na zona sul é tudo igual, são humanos. É porque uns nasceram com dinheiro demais e outros- a família que vem de baixo- o dinheiro vem de geração para geração, ninguém ganha dinheiro, assim, *de repente*. (est) Só se der uma sorte, agora esse negócio de loteria, loto, se der uma sorte, mas dinheiro vem de geração para geração. (21 UBi; EF 2).
- (8) F- O Flamengo acho que caiu, não- caiu, não é? Isso é fase, todo clube passa por isso, o Botafogo já passou, o Santos...quando eles atingem o máximo, não é? Eles vão lá em cima, aí, *de repente* há aquela decadência, e é a ordem natural das coisa, não é? Tudo que sobe tem que descer, ("não é?") (risos) (27 Cla; EF 2).

No exemplo (7) *de repente* é usado ao lado de outro circunstanciador de modo (*assim*) para mostrar que a ação de “ganhar dinheiro” não ocorre de maneira súbita. Já em (8), o falante comenta as fases pelas quais os times de futebol normalmente passam, uma vez que há períodos em que estão bem e outros em que enfrentam graves crises. Neste exemplo, *de repente* indica que a passagem de uma fase para outra pode ocorrer de forma súbita.

- II) modalizador epistêmico de possibilidade: Segundo Hengeveld (1989), tal modalidade abrange os meios pelos quais o falante expressa

seu compromisso com a verdade da proposição. Nesse sentido, a expressão desse tipo de modalidade se dá num *continuum* que vai do (absolutamente) *certo* para os limites do *possível*. Justamente próximo ao segundo extremo, percebemos a atuação de *de repente*, na medida em que diversas vezes é utilizado por falantes para demonstrar incerteza acerca de suas declarações. Segundo Kerbrat-Orecchioni (1977), ao confessar suas dúvidas e incertezas, o sujeito enunciador, ao invés de perder, ganha em credibilidade; desse modo, essa confissão constitui uma “astúcia discursiva”, já que, graças a ela, o enunciador se beneficia de um crédito de honestidade. A seguir, apresentamos os exemplos (9) e (10) em que *de repente* ocorre como modalizador epistêmico de possibilidade:

- (9) F- Eu nunca estive por lá não, (hes) nem- (hes) eu acho que nem em São Paulo, mas eu acredito (hes) pelo seguinte: que quando eu trabalhava em Ipanema, numa boutique, ia muita gente do Sul, não é? Em época de férias. E as pessoas usavam muito bem, pelo menos assim do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, o pessoal falava assim corretamente. Agora, eu não sei se é a classe média, porque quem viaja e quem vem para cá para o Rio de Janeiro, Ipanema fazer compra, é uma classe média. (est) *De repente*, a classe média aqui do Rio de Janeiro também pode falar bem, não é? Aí eu estou generalizando um pouco, não é? Mas eu acredito que no sul se fala um pouquinho bem. A Cleonice está dizendo que no Maranhão [fala]- fala muito bem, é? (risos) Eu nunca- não conheço. [Não]- não sei. (41 PauR; EM);

(10) E- É. Folha, com a administração deles eu acho meio difícil não ser, sabe? Agora, há também uma reviravolta aí, não é? Futebol é uma coisa meio incerta. *De repente*, esse <timeco> aí, não é? Do fluminense começa a engrossar. Aliás ele costuma a engrossar com o Flamengo, não é? Está arriscado assim dar uma goleada num- nesse time- (hes.) No campeão do mundo, não é? Não sei! (37 Pit; EM);

No exemplo (9), o informante é questionado sobre a região do Brasil na qual o Português seria mais corretamente falado. Notamos que o informante procura expor sua opinião sobre esse assunto de modo pouco incisivo, uma vez que, embora aponte os falantes do Sul como usuários eficientes do Português, também cita cariocas de classe média, além da opinião de outra pessoa que julga serem os maranhenses os brasileiros que falam muito bem o português. Em outras palavras, observamos a recusa do falante em fazer uma afirmação, o que o leva a modalizar seu discurso. Ademais, percebemos que o falante, ao emitir sua opinião, faz uso de outros modalizadores como “eu acho”, “eu acredito” e “não sei” que confirmam o caráter subjetivo do enunciado e o emprego de *de repente* como modalizador epistêmico de possibilidade.

Em (10), o informante está criticando a administração de seu clube de futebol, ou seja, está emitindo uma opinião. Considera seu time fraco, mas, como também considera futebol “uma coisa incerta” e, como está se referindo a um evento futuro, avança a possibilidade, sem com ela se comprometer, de o Fluminense ganhar Flamengo de goleada. Alguns trechos de sua fala, como “Está arriscado”; “eu acho” e “não sei” reforçam tanto a interpretação de *de repente* como um modalizador epistêmico de possibilidade quanto a relação entre subjetivação e gramaticalização.

Neste ponto da explanação, julgamos importante reiterar que Eckardt (2011), referindo-se ao

desenvolvimento de modalizadores, afirma que a emergência dos mesmos ocorre por meio de reanálise semântica. Segundo a autora, uma análise mais refinada desses elementos demonstra que leituras epistêmicas repousam numa escolha subjetiva de opção relevante. O posicionamento de Eckardt vai ao encontro dos achados de Traugott (2010; 2011) e Traugott & Dasher (2005), para quem a subjetivação está ligada ao processo de mudança semântica sofrido por termos de natureza lexical que passaram a ser usados como modalizadores epistêmicos.

A observação do conjunto de dados em que *de repente* ocorre, desempenhando a função de modalizador epistêmico de possibilidade, levou-nos a depreender alguns contextos favorecedores desse uso. Observamos que *de repente* é empregado quando em situações de comunicação se verificam:

- (a) considerações pouco embasadas acerca de um tópico – conforme podemos conferir no exemplo (9);
- (b) pressuposições referentes a eventos futuros – como ilustrado em (10).

A Tabela 3 apresenta a distribuição das ocorrências de *de repente* de acordo com os contextos arrolados:

Contextos	Ocorrências	%
Considerações pouco embasadas acerca de um tópico	46	63,9
Pressuposição acerca de evento futuro	26	36,1
Total	72	100

Tabela 3: contextos discursivos favorecedores do emprego de *de repente* como modalizador epistêmico de possibilidade

III) marcador discursivo: neste uso, *de repente* possui uma função discursiva voltada,

basicamente, para a atividade enunciativa, de modo a assegurar a ancoragem pragmática com projeção das relações interpessoais. Os marcadores discursivos, de modo geral, definem, de acordo Risso *et alii* (2002), a força ilocutória com que o conteúdo pode ser tomado, as atitudes assumidas em relação a ele, a checagem da atenção do ouvinte para a mensagem transmitida, e a orientação que o falante imprime à natureza do elo sequencial entre as unidades textuais. A seguir, apresentamos o exemplo (11) que ilustra o uso de *de repente* como marcador discursivo:

- (11) F- Treze anos, pô! A gente, pô- quer dizer, uma loucura, não é? Quer dizer, ela se via desesperada. E um filho que não estava muito aí para as coisa, não é? Saía aí pelo mundo e tal. Quer dizer, eu acho que hoje (hes) [esse]- esse mau relacionamento entre ela e com a minha cunhada, eu acho que é muito derivado dessa experiência que ela teve comigo, não é? Sendo um menino, quer dizer, logo assim na perda ("de") meu pai, não é? Enfrentando tudo isso, eu acho que- sabe? Está havendo esse choque hoje muito em cima daquele, sabe? (est) e ela é uma mulher que, *de repente*, sabe? Se viu muito próxima da gente, não é? Deu toda uma vida, não é? Aquela de (inint,) não é? (20 Pau EF).

No exemplo acima, notamos que *de repente*, do ponto de vista da integração da estrutura oracional, aparece como unidade independente. Ocorre ao lado de outro marcador discursivo (*sabe?*) com uma orientação por parte do falante em direção ao ouvinte, numa busca da atenção deste, sinalizando um envolvimento interpessoal, isto é, caracterizando um processo de intersubjetivação. Relembrando Traugott (2010: 1), a intersubjetivação diz

respeito à busca de adesão a determinado ponto de vista ou de convencimento do interlocutor, com atenção especial do falante para a autoimagem do destinatário. De acordo com Traugott, subjetivação são os mecanismos pelos quais sentidos são recrutados para codificar e regular as atitudes e crenças do falante. Uma vez subjetivados, tais sentidos podem ser recrutados para codificar significados centrados no destinatário (intersubjetivação). Como são poucas as ocorrências referentes a esse tipo de emprego, vamos considerá-las, por enquanto, até analisarmos dados referentes ao Século XXI, como indicadores (ou evidências) de que o processo de gramaticalização de *de repente* faz o percurso em direção à intersubjetivação.

Considerações finais

Neste artigo, demonstramos que, embora continue a ser empregado como um circunstanciador de modo, função que detectamos já no Século XVI, *de repente* passou a agregar, a partir do Século XX, novas funções e sentidos mais abstratos, sendo também utilizado como modalizador epistêmico de possibilidade e marcador discursivo. Com base em tal quadro, concluímos que *de repente* se encontra em processo de gramaticalização que envolve mudança semântica relacionada à subjetivação, no que se refere ao seu emprego como modalizador epistêmico. Adicionalmente, concluímos haver evidências de que a mudança segue em direção à intersubjetivação, no que diz respeito ao seu uso mais recente como marcador discursivo.

Referências

- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA W. 1994. “*The evolution of Grammar: Tense, Aspect, and Modality*”. In the Languages of the world. Chicago: University of Chicago Press
- _____. 2001. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press.

- _____. 2002. "Sequentiality as the basis of constituent structure". In GIVÓN, TALMY; MALLE, BERTRAM F. (eds.), *The Evolution of Language out of Pre-language*. Amsterdam: Benjamins, 109–34.
- BYBEE, J. 2010. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRINTON, L. J. and TRAUGOTT E.C. 2006. *Lexicalization and Language Change*. Cambridge: CUP.
- DIEWALD, G. 2002. "A model for relevant types of contexts in grammaticalization". In WISCHER, I.; DIEWALD, G. (eds.), *New Reflections on Grammaticalization*. p. 103-120.
- ECKARDT, R. 2011. "Grammaticalization and semantic change". In NARROG, H. and HEINE, B. (eds). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press,
- GONÇALVES, S. C. L. *et alii*. 2007. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos & aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial.
- HARRIS, A. C.; CAMPBELL, L. 1995. *Historical Syntax in Cross-linguistic Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HASPELMATH, M. 1998. "Does grammaticalization need reanalysis?" *Studies in Language* 22, pp.315–351.
- HEINE, B. 2002. "On the role of context In grammaticalization". In WISCHER, I. and DIEWALD, G. (eds.), *New Reflections on Grammaticalization* . xiv, 437 pp. (pp. 83–101).
- HEINE, B *et alii*. 1991. *Grammaticalization: A conceptual Framework*. Chicago: University of Chicago Press.
- HIMMELMANN, N. P. 2004. "Lexicalization and grammaticization: opposite or orthogonal?" In BISANG, Walter; HIMMELMANN, Nikolaus P.;WIEMER, Björn (eds). *What Makes Grammaticalization? A Look from its Fringes and*

its Components. Berlin: Mouton de Gruyter, p.21–42.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

GONÇALVES, S. C. L. *et alli*. 2007. *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos & aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial.

NICOLLE, S. 2011. “Pragmatic aspects of grammaticalization”. In NARROG, H. and HEINE, B. (eds). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press

TRAUGOTT, E.C. 2011. “Grammaticalization and mechanisms of change”. In NARROG, H. and HEINE, B. (eds). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press

_____. 2010. “Revisiting subjectification and intersubjectification”. In CUYCKENS, Hubert; DAVIDSE, Kristin and VANDELANOTTE, Lieven (eds). *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*. (Topics in English Linguistics) Berlin and New York: Mouton de Gruyter, p.1-23.

TRAUGOTT, E.C.; DASHER, R. 2005. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.

PERFIS DOS AUTORES – LIVRO CLAUDIA RONCARATI

Carlos Alexandre Victorio Gonçalves

Professor da Faculdade de Letras da UFRJ desde 1994, instituição em que se doutorou em 1997 e na qual atua, desde 1998, no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas. Tem pós-doutoramento, subvencionado pelo CNPq, em interface morfologia-fonologia (UNICAMP, 2001). É pesquisador da área de Linguística, com ênfase em morfologia e fonologia do português, atuando, principalmente, nos seguintes temas: fronteiras internas da morfologia, morfologia não-concatenativa, interface morfologia-fonologia e processos de formação de palavras. É autor dos livros "Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e Derivação em português" (Ed. Contexto, 2011), "Introdução à Morfologia Não-linear" (Ed. Publit, 2009) e "Otimidade em foco: morfologia e fonologia do português" (Ed. Publit, 2009) e de diversos capítulos de livros e artigos científicos publicados tanto no Brasil quanto no exterior. É coordenador do NEMP (Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português), ao lado de Maria Lúcia Leitão de Almeida. Atualmente, é Professor Associado III da UFRJ e desenvolve três projetos de pesquisa nessa instituição. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq desde 2000 e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ a partir de 2013, vem orientando dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos de iniciação científica sobre questões referentes à morfologia e à fonologia do português.

Contato: carlexandre@bol.com.br

Darcilia Marindir Pinto Simões

Professora Associada de Língua Portuguesa do Instituto de Letras – DEPTO LIPO – UERJ – 40h/DE). PROCIENTISTA. Pós-doutora em Linguística (UFC, 2009) e em Comunicação & Semiótica (PUC-SP, 2007); Doutora em Letras Vernáculas (UFRJ, 1994), Mestra em Letras (UFF, 1985). Coordenadora dos Projetos de Extensão: Laboratório de Semiótica – LABSEM e Publicações Dialogarts. Lidera o GrPesq Semiótica, Leitura e Produção de Textos – SELEPROT (Base CNPq). Coordena o GT EAPLA – Ensino-aprendizagem na perspectiva da Linguística Aplicada (ANPOLL – Gestão 2014-2016). Vice-presidente da Associação

Internacional de Linguística do Português – AILP - Gestão 2014-2017. Contato: darcilia.simoes@pq.cnpq.br

Hanna Jakubowicz Batoréo

Professora Associada com Agregação na Universidade Aberta, em Lisboa, onde trabalha desde 1997, e investigadora no Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. É Mestre (1989) em Linguística Portuguesa Descritiva pela FLUL, Doutora (1997) em Psicolinguística pela FLUL e Professora Agregada em Linguística Portuguesa (2006) pela UAberta. Em 2006, foi galardoada com o *Grande Prémio Internacional de Linguística Lindley Cintra – 2005*. Desde 2009, tem desempenhado funções de coordenação no Doutoramento em Estudos Portugueses (DEP) e no Metrado em Português Língua Não-Materna (MPLNM) da Universidade Aberta. Contacto: Hanna.Batoreo@uab.pt

Ivo da Costa do Rosário

Professor Adjunto de Língua Portuguesa do Instituto de Letras – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – UFF. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (UFF). Doutor em Letras - Estudos Linguísticos (UFF, 2012) e em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa (UFRJ, 2012). Mestre em Letras (UFF, 2009) e em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa (UFF, 2009). Vice-líder do Grupo de Estudos Discurso & Gramática, sede Niterói. Coordenador do Projeto LeR (Leitura e Redação) e do PIBID (Iniciação à Docência). Contato: rosario.ivo2@gmail.com

Jacyra Andrade Mota

Doutor em Letras (UFRJ, 2002), é Professor Associado II da Universidade Federal da Bahia, Pesquisadora CNPq, Diretora-Executiva do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Lidera, com Suzana Alice Cardoso, os Diretórios CNPq Atlas Linguístico do Brasil e DIVERSITAS. Coordenadora (2009-2012) do Projeto CAPES -COFECUB 651-09. Contato: jacymota@gmail.com

Jussara Abraçado

Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e atua, na Universidade Federal Fluminense, como Professora Associada IV de Linguística, na graduação e Pós-Graduação. Atualmente exerce as funções de Diretora do Instituto de Letras da UFF, Diretora da Editora LETRAS DA UFF e

membro do conselho editorial da revista Gragoatá. É líder do grupo de pesquisa “Linguagem em uso, cognição e gramática”, cadastrado no CNPq, que reúne pesquisadores da UFF, da Universidade Católica Portuguesa e Universidade Aberta de Lisboa, e membro do Grupo de Investigação “Linguagem, cognição e sociedade”, cadastrado na Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT) de Portugal. Dedicar-se a estudos na área de Linguística, com ênfase em Sociolinguística, Sociolinguística Cognitiva e Linguística Funcional, atuando principalmente nos seguintes temas: subjetividade e gramaticalização na concepção de futuro no português; mudanças no sistema pronominal, ordem de palavras, cognição e gramaticalização, dêixis/referenciação.
Contato: almeidamja@globo.com

Maria Carlota Rosa

Doutora em Letras (Linguística) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Departamento de Linguística e Filologia da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: carlota@ufrj.br

Maria Cecília Mollica

Titular em Linguística, UFRJ. Mestre pela PUC-RIO, em 1977 e doutora pela UFRJ, em 1989. É pesquisadora I do CNPq. Atua como membro permanente no POSLING/UFRJ, PPGCI/IBICT-ECO/UFRJ, PROFLETRAS POLO/UFRJ de que é também coordenadora. Vem formando uma geração de mestres, doutores e pós-doutores em várias IES no País. Tem artigos em periódicos e em coletâneas nacionais e internacionais. Possui livros organizados e monoautorais. É líder do diretório do PEUL, com sede na Faculdade de Letras da UFRJ e do Grupo de pesquisa Linguagem na Ciência vinculado ao PPGCI.
Contato: ceciliamollica@terra.com.br

Maria do Socorro Silva de Aragão

Doutora em Linguística (USP, 1975); Pós-doutorado em Fonética Experimental (Sorbonne Nouvelle, 1977), em Dialetologia (Universidade de Madrid, 1978), em Linguística Aplicada (Central Connecticut State University, 1990). Professora da UFPB e da UFC; Diretora Científica do Projeto Atlas Linguístico do Brasil; Coordenadora para o Nordeste do Projeto Tesouro do Léxico Galego-Português; Coordenadora do Projeto Resgatando a

Linguagem de Escritores Nordestinos (UFPB). Contato: socorro.aragao@terra.com.br

Maria Lucia Leitão de Almeida

Maria Lúcia Leitão de Almeida é Professora Associada do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Líder, ao lado de Carlos Alexandre Victorio Gonçalves, do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Morfossemânticos do Português (NEMP). Membro do grupo de pesquisa Investigações (In)Formais em Língua(gem) e Cognição (InFoLinC), da UNIFESP. Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992). Assessora do Projeto Caipira (USP) Áreas de interesse: Linguística Cognitiva, Semântica, Morfologia, Léxico. Pós-doutorado em Semântica sob a supervisão de Rodolfo Ilari com subvenção do CNPq, na UNICAMP (2004/2005). Pós-doutorado em Linguística Cognitiva sob a supervisão de Lilian Ferrari (UFRJ/2014). É autora do livro "Linguística Cognitiva em foco: morfologia e Semântica" (Ed. Publit, 2009) e de diversos capítulos de livros e artigos científicos publicados tanto no Brasil quanto no exterior.

Contato: marialucialeitaodealmeida@gmail.com

Mariangela Rios de Oliveira

Professora associada IV da UFF, docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem e do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas do Instituto de Letras da UFF. Pesquisadora 1C, pelo CNPq, e Cientista do Nosso Estado, pela Faperj. Editora da Revista Gragoatá, Qualis 1A da Capes, e coordenadora do GT "Descrição do Português", da ANPOLL. Coordenadora nacional do Grupo de Estudos "Discurso & Gramática". Organizadora de coletâneas e autora de artigos em periódicos e capítulos de livro sobre a morfossintaxe do português em perspectiva da Linguística Centrada no Uso.

Contato: mariangelariosdeoliveira@gmail.com

Paulo Osório

É licenciado pela Universidade Católica Portuguesa, mestre pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, doutor e agregado pela Universidade da Beira Interior. É pós-doutor pela PUC-Rio. É Professor Associado com Agregação no Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior (Covilhã, Portugal). É

pesquisador do LabCom.IFP. Tem proferido inúmeras conferências em Portugal e no estrangeiro e publica, regularmente, em revistas da especialidade.
Contacto: pjtrso@ubi.pt

Sirley Siqueira

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Colégio Pedro II (40h DE). Doutora em Estudos da Linguagem (UFF, 2014), Mestra em Letras (UFF, 2009). Atua principalmente nos seguintes temas: Língua Portuguesa, Leitura, Produção textual, Funcionalismo, Gramaticalização.

Contacto: sirley.ribeirosiqueira@gmail.com

Suzana Alice Marcelino Cardoso

Doutorado em Letras (UFRJ, 2002), é Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, Pesquisadora CNPq e Diretora-Presidente do Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Lidera, com Jacyra Mota, os Diretórios CNPq Atlas Linguístico do Brasil e DIVERSITAS. É Membro Associado do LDI da Université Paris 13. Contato: suzalice@gmail.com

ÁLBUM DE FOTOS



Foto 1 – Em casa de Labov, na Pensilvânia, com Gillian Sankoff e Alzira Macedo



Foto 2 - Lançamento Português Brasileiro 1 – 2004



**Foto 3 - Conferência: Dra. Claudia Neiva Roncarati
Tema: Cadeias referenciais: sua aplicabilidade na produção e
interpretação textual - - FELIN-UERJ, 2007**



Foto 4 - Claudia Roncarati e Mário Martellota - 2007



Foto 5 - Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina – ALFAL - Montevidéu - 2008



Foto 6 - Congresso da Associação de Linguística e Filologia da América Latina – ALFAL - Montevidéu - 2008



Foto 7 – Defesa de Mestrado em Linguística, de Rodrigo Alipio Carvalho do Nascimento, UFRJ, 2008.



Foto 8 - Defesa de Mestrado em Linguística, de Rodrigo Alipio Carvalho do Nascimento, UFRJ, 2008.



Foto 9 - Congresso da Associação Internacional de Linguística do Português – UFF - 2010



Foto 10 Congresso da Associação Internacional de Linguística do Português – UFF - 2010



Foto 11 - Congresso da Associação Internacional de Linguística do Português – UFF - 2010



Foto 12- Congresso da Associação Internacional de Linguística do Português – UFF - 2010